



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

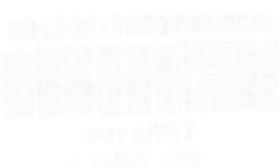
Centro de Humanidades

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**O EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A experiência de extensão universitária
do Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA).**

ADRIANO DE SOUSA BARROS

Campina Grande -PB
Setembro de 2006



UFPA
ADRIANO DE SOUSA BARROS

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

**O EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A experiência de extensão universitária
do Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Campina Grande/Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha

Campina Grande -PB
Setembro de 2006

**O EMPREENDEDORISMO COMUNITÁRIO NA PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO LOCAL: A experiência de extensão universitária
do Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA).**

BANCA EXAMINADORA

Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha – UFCG
(Orientador)

Dra. Ramonildes Alves Gomes - UFCG
(Examinadora Interna)

Dra. Marcionila Fernandes – PRODEMA/UFAL
(Examinadora Externa)

Campina Grande -PB
Setembro de 2006

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela luz que incidiu sobre meus pensamentos e emoções fazendo-me crer na possibilidade de um crescimento espiritual e intelectual dentro da minha jornada acadêmica.

Aos programas de Pós-Graduação em Sociologia da UFCG/UEPB e UFPE.

Ao meu orientador prof. Luis Henrique Cunha, pelo apoio e por crer na possibilidade de se desenvolver um bom trabalho. Bem como a todos os professores do programa pela contribuição direta ou indireta para este trabalho.

Ao professor Jean-Philippe Tonneau, pelo apoio nas diversas etapas deste trabalho e por visualizar a importância da relação humana entre professor e aluno.

Ao PROCAD, nas pessoas do professor Edgar Malagodi e da professora Maria Nazareth Wanderley, pela oportunidade de participar de tão construtivo intercâmbio.

Ao GPAF, na pessoa da professora Ghislaine Duque, pelas inúmeras discussões que tanto contribuíram na construção dessa dissertação.

Ao PEASA, por abrir as portas para que o conhecimento fosse construído no compartilhar de informações.

Aos amigos, Maria do Socorro Oliveira, Fábio Ronaldo da Silva, Ângela Cordeiro e Ivontonio Viana, pela força e o apoio nas horas difíceis e a satisfação nas horas alegres.

A minha família, por acreditar em meus projetos e estar sempre dando o suporte emocional necessário.

Agora descubrem que “desenvolver” não significa nada se só se trata de despejar cimento, instalar canos de água ou levantar a qualquer custo curvas estatísticas, sem pensar, antes, durante e depois de suas intervenções, nas reações muito diversas das pessoas atingidas por essa intervenções e nos benefícios que esperam ou não das mesmas”.

Guy Hermet

RESUMO

O Nordeste rural semi-árido tem passado durante as últimas décadas por diversos modos de pensar e fazer seu desenvolvimento e, conseqüentemente, sua modernização. Depois do amplo investimento em infra-estrutura na perspectiva do “combate à seca”, acompanhado pelo plano de industrialização regional tido como a melhor solução para o problema do desenvolvimento da região, surge, na década de 1990, a perspectiva do desenvolvimento local e da “convivência com o semi-árido”. Apesar de novo, esse olhar diferenciado sobre as dificuldades sócio-econômicas da região, aqui destacando sua porção semi-árida, trazem também em seu arcabouço um projeto de modernização, na medida em que propõe uma mudança de comportamento que afeta as estruturas sociais e produtivas locais. O Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) surge, em 1994, em meio a esse processo de mudança, propondo uma intervenção que altere o rumo do desenvolvimento de algumas localidades do semi-árido paraibano. Seu modelo de intervenção, atrelado à perspectiva dos Sistemas Produtivos Locais (SPL's), propõe por meio do *agribusiness* a criação de empreendimentos comunitários em forma de agroindústrias, nas quais os produtos de vocação local receberiam um tratamento logístico dentro de um amplo processo de racionalização da produção. O presente trabalho investigou esse modelo de intervenção, focando na construção de sua metodologia dentro da perspectiva de promoção do desenvolvimento local, buscando perceber também que perspectiva de modernização é construída a partir nas ações desse programa de extensão universitária. Nossa pesquisa utilizou-se de dados colhidos junto ao programa e seus colaboradores técnicos; na investigação documental (relatório de atividades, projetos de fomento, artigos técnicos dentre outros); e no acompanhamento de uma de suas experiências de intervenção, o projeto de implantação da Agroindústria de Beneficiamento da Fibra de Sisal para Produção de Artesanato na Comunidade Cuiuiú, Barra de Santa Rosa – PB. O modelo de intervenção identificado como empreendedorismo comunitário mostra-se ineficiente na promoção do desenvolvimento local, chocando-se com o próprio sistema produtivo local de tradição camponesa e de organização familiar. O foco do modelo na racionalização das estruturas produtiva e social acaba por desconsiderar a questão ambiental, limitando o projeto de desenvolvimento às questões de cunho econômico.

ABSTRACT

During the last decades, the rural semi-arid northeast has gone through various forms of thinking and making its development and, consequently, its modernization. After the wide investment in infra-structure aiming the “combat to the drought”, accompanied by the regional industrialization plan, considered the best solution to the development problem in the region, in the 90’s the perspective of local development and the living with the semi-arid came to be. Despite being new, this differed look upon the social-economic difficulties of the region, hereby standing out its semi-arid portion, brings in its base a project of modernization, as it proposes a change of behavior which affects the local social and productive structures. The Program of Studies and Actions for the Semi-Arid (PEASA) appears, in 1994, in the middle of this changing process, proposing an intervention which alters the path of the development of some localization of the semi-arid of Paraíba. Its intervention model, linked to the perspectives of Local Productive Systems (SPS’s), proposes as means of agribusiness, the creation of communitarian undertaking in the shape of agro industries, in which the local vocation products would receive logistic treatment within a wide process of rationalization of the production. The present paper investigated this model of intervention, focusing on the construction of its methodology within the perspective of promotion of local development, seeking to realize, also, that the perspective of modernization is built from the actions of this program of university extension. Our research used data collected along with the program and its technical collaborators; in the documental investigation (activity report, foment projects, technical articles among others); and in the accompanying of one of its experiences of intervention, the implantation project of the agro industry of Benefiting of Sisal Fiber for production of handcraft material in the county of Cuiuiú, Barra de Santa Rosa – PB. The intervention model identified as communitarian undertaking lies ineffective in the promotion of local development, shocking against the own local productive system of camping tradition and familiar organization. The focus of the model in the rationalization of productive and social structures ends up not considering the environmental question, limiting the project to development to economic nature questions.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA I – Distribuição geográfica das UGEA's do PEASA.....	10
FIGURA II – O Polígono das Secas	29
FIGURA III – Quadro demonstrativo da distribuição das UGEA's.....	79
FIGURA IV – Ilustração do que seriam as UGEA's e seus agro-pólos.....	99
FIGURA V – Ilustração das etapas da proposta de intervenção do PEASA.....	101
FIGURA VI - Representação da COOAGRIL	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO I – Ações do Programa de Convivência com a Seca no Semi-árido Brasileiro.....	35
QUADRO II – Brasil e Nordeste: Taxas de crescimento do PIB - 1960/90.....	53
QUADRO III – Desempenho técnico do PDCT por módulo e por universidade.....	73
QUADRO IV – Situação dos módulos do sub-programa GAT/Paraíba.....	74
QUADRO V – Representação gráfica do esquema coordenado pelo PEASA nas agroindústrias.....	87
QUADRO VI – Projetos comunitários das Unidades de Produção Agroindustrial do Semi-Árido.....	100
Quadro VII – Projetos desenvolvidos pelo PEASA segundo relatório de atividades de 2005.98	107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	
CAPÍTULO 1 - Do “combate a seca” à “convivência com o semi-árido”: uma trajetória dos discursos e das políticas	
1.1 O “combate à seca” e o Nordeste “natural”: a relação entre políticas e discursos.....	
1.2 A “convivência com o semi-árido”: um novo olhar sobre antigas questões	
CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO: as mudanças sociais na construção de novas relações	
2.1. Sociedade moderna e desenvolvimento: um novo projeto, antigas questões.....	
2.2. A Modernização do Nordeste Semi-Árido: Que projeto é esse?	
2.3 A terceira via de modernização do Nordeste rural semi-árido: o PEASA na expansão de um novo modelo.....	
CAPÍTULO 3 - O Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA): uma experiência de extensão universitária	
3.1 Extensão Universitária: a academia na construção do desenvolvimento social ...	
3.1.1 Extensão Rural: a lógica da difusão tecnológica	
3.2 O PEASA como programa de extensão: da constituição a proposta de intervenção	
CAPÍTULO 4 - EMPREENDEDORISMO COLETIVO: O PEASA e na construção de um modelo e de uma prática de extensão e intervenção	
4.1 Os conceitos articulados pelos agentes do PEASA para basear sua intervenção..	
4.1.1 Conceitos que orientam a intervenção	
4.1.1.1 O semi-árido e o diagnóstico dos seus problemas	

4.1.1.2 Os Sistemas Produtivos Locais – SPL	
4.1.1.3 Agribusiness/Agronegócio	
4.1.2 Conceitos não articulados na intervenção	
4.1.2.1 Planejamento Ambiental	
4.1.2.2 Desenvolvimento Sustentável	
4.2 A prática da intervenção: operacionalização de um modelo	
4.3 Problemas relacionados ao modelo de intervenção	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A década de 1990 e a primeira metade da década atual têm sido marcadas por mudanças muito importantes nos discursos que orientam, justificam e/ou legitimam programas e projetos – de iniciativa dos poderes públicos ou da sociedade civil – para melhoria da qualidade de vida no semi-árido nordestino. A hegemonia discursiva do “combate à seca” tem sido substituída tanto pela idéia geral de “convivência com o semi-árido”, como por um conjunto de conceitos e noções que se associam a este discurso geral, tais como sustentabilidade, vulnerabilidade, desenvolvimento territorial, multifuncionalidade, pluriatividade, entre outros.

Estes discursos, no entanto, não remetem apenas às ações que objetivam resolver os problemas do Nordeste semi-árido, mas, principalmente, ainda que nem sempre isso fique muito claro, informam sobre projetos de modernização das estruturas produtivas, políticas e sociais. Conviver com o semi-árido significaria promover mudanças nas estruturas tradicionais de poder, de relacionamento com o meio ambiente e de produção. Mudanças que devem ser compreendidas como esforços de modernização, nomeados nos termos do desenvolvimento local sustentável.

Nessa perspectiva, tomamos o referido processo de mudança discursiva (do “combate à seca” à “convivência com o semi-árido”) como elemento analítico para pensar a elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento e modernização para a região Nordeste, e como essa tensão de mudança discursiva reflete na constituição de projetos e ações. Elegemos como objeto de nossa investigação o Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA) - programa de extensão ligado à Universidade

Federal de Campina Grande (UFCG), que surge em 1994 em meio às transformações sobre o olhar que se lança sobre o Nordeste rural semi-árido.

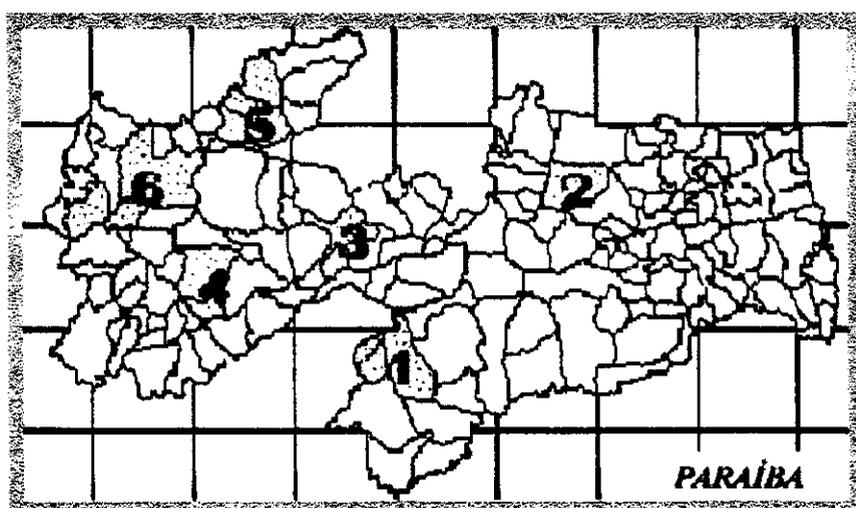
A constituição do PEASA está diretamente ligada à inserção, nos anos de 1980, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE), o qual, ainda sob o discurso do “combate à seca”, desenvolveu uma série de projetos visando aumentar em qualidade e quantidade as pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelas universidades nordestinas, tendo como foco os problemas do semi-árido, testando e adaptando tecnologias apropriadas à problemática clima/economia e seus efeitos (Araújo, 1996).

As experiências do PDCT/NE levando-se em consideração a atuação da Sub-Unidade de Execução de Programa (SUEP) assumida pela UFPB após o encerramento das atividades do PDCT, pré-determinaram a constituição do PEASA, o que refletiu também na constituição de um corpo de técnicos que passaram, em sua maioria, pelo PDCT/NE. Diante de tamanha ligação, mas já refletindo a idéia de “convivência com o semi-árido” e da preocupação com o desenvolvimento local, o PEASA objetiva realizar estudos e intervenções relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à temática do semi-árido paraibano. Sendo importante ressaltar que, de acordo com informações coletadas junto à coordenação geral do referido programa, ainda não foi realizado nenhum tipo de avaliação sobre o impacto social dos estudos e das ações realizados até então, mesmo após quase doze anos de criação.

O PEASA iniciou suas atividades com algumas experiências de intervenção a partir da implantação de unidades agroindustriais em seis localidades representativas da região semi-árida do estado, definidas como Unidades Geo-Ambientais de Estudos e Ações (UGEA's) tendo como referência seis bacias hidrográficas: **1. CARIRI** – Bacia do Rio Sucuru; **2. CURIMATAÚ** – Bacia do Rio Guandu; **3. DEPRESSÃO SERTANEJA** –

Bacia do Riacho de Santa Gertrudes; 4. VALE DO PIANCÓ – Bacia do Rio Santana; 5. CATOLÉ DO ROCHA - Bacia do Rio Jericó; e 6. ALTO SERTÃO – Bacia do Riacho Santo Antônio ou Jangada. Atualmente apenas três unidades encontram-se em funcionamento: Catolé do Rocha, Curimataú e Cariri.

FIGURA I – Distribuição geográfica das UGEA's do PEASA.



Fonte: PEASA

Em tese, sua metodologia baseia-se numa abordagem multidisciplinar focada na construção do “desenvolvimento sustentável” das localidades onde atua, afirmando considerar as peculiaridades sócio-culturais e o conhecimento local. As práticas do referido programa são classificadas como criadoras de mecanismos que ajudam a lidar com a vulnerabilidade social, econômica e geo-ambiental presentes na região semi-árida da Paraíba (ARAÚJO, 1996).

A proposta de intervenção do PEASA tem como foco os Sistemas Produtivos Locais (SPL's), trabalhando junto a valorização das vocações produtivas locais enquanto alternativas de sobrevivência e permanência do homem no campo, através,

principalmente, da agregação de valores (logísticos e comerciais) aos produtos ou atividades já características de cada localidade gerando emprego e renda.

Os projetos do PEASA possuem uma ênfase no fator econômico do desenvolvimento, na medida em que lidam em primeira instância com os SPL's, desconsiderando outros fatores como o social e o ambiental, visualizando o melhoramento destes como consequência daquele. Essa perspectiva de atuação reflete-se no desenvolvimento do *agribusiness*¹, apoiado num amplo processo de racionalização das estruturas produtivas e sociais. O modelo de intervenção identificado em nosso estudo é chamado pelo programa de **empreendedorismo comunitário**, no qual o empreendimento é gerenciado pela comunidade via associação, um negócio que tem na ação coletiva sua base de planejamento e execução.

A criação do referido programa mostra que o impacto da perspectiva de “convivência com o semi-árido” afeta também a academia, aqui representada pela extensão universitária, encontrando abertura a partir da grande influência que os modelos europeu, de assistência e responsabilidade social, e norte-americano, de Transferência de Tecnologia (TdT), exercem sobre ela (RIBEIRO, 2000).

As questões que envolvem essa mudança discursiva, acompanhadas pela elaboração e implementação de projetos como o do PEASA, passam diretamente pela compreensão que se tem da constituição do Nordeste enquanto região com identidade própria, forjada em meio às diversas transformações sociais, políticas e culturais no decorrer de sua história (ARAÚJO, 2001).

Durante esse processo, o clima semi-árido e o fenômeno das secas sempre estiveram em foco, já sendo mencionados em textos que datam do século XVII (Cardin, 2004). O aumento demográfico do sertão, com a fixação sedentária principalmente de

¹ Tipo de negócio, empreendimento, que envolve produtos oriundos da agropecuária.

comunidades camponesas brancas pobres ou provenientes de quilombos (Palácios, 1987), faz emergir a percepção do clima semi-árido e da seca como problema social de abrangência nacional, agregado a fatores como a decadência político-econômica do Nordeste açucareiro e a ascensão do ciclo do algodão e da pecuária e sua elite coronelista; da agricultura ineficiente diante do problema da água; da ocupação desordenada das terras do interior e da concentração fundiária (RIBEIRO, 2004).

Nesse contexto, podemos dizer que a seca de 1877-79 possui um caráter paradigmático, nos servindo de referencial histórico para a demarcação da emergência definitiva desse fenômeno como “o grande inimigo” do Nordeste. A variabilidade das chuvas, entretanto, não pode ser considerada como principal determinante desse processo, o ponto agravante na época foi marcado pela inexistência de uma estrutura sanitária eficiente, marcando uma catástrofe que resultou na morte de 500 mil nordestinos, fato que abriu precedente para um estudo mais sistemático acerca desse fenômeno (CARVALHO, 1988).

A partir desses acontecimentos, a peculiaridade climática tem sido associada diretamente a falta de desenvolvimento da região, caracterizando, por meio de um determinismo geográfico, um Nordeste fadado e entregue aos “desmandos” e “hostilidades” da natureza (ALENCAR, 2004). O Estado brasileiro assume desde então o papel de agente curativo e repressivo do “mal” nordestino, contribuindo decisivamente para a emergência de um discurso de “combate à seca” que se reflete diretamente em suas políticas a partir do processo de modernização das infra-estruturas. Um exemplo disso é a criação da Inspetoria de Obras Contra às Secas (IOCS), em 1909, transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas (IFOCS) em 1919 e que, mais tarde, daria

lugar ao Departamento Nacional de Obras Contra às Secas (DNOCS). Pompeu Sobrinho² destaca o conjunto de soluções técnicas adotadas pelo Estado brasileiro em sua política de “combate à seca”, são elas: *a solução hidráulica* – açudagem e irrigação; *a solução florestal* – reflorestamento e florestamento intensivo; *a solução do dry-farming* – a chamada cultura científica do solo; e *a solução compósita* – ajustamento do meio físico e social para melhor êxito da exploração agrícola (CARVALHO, 1988).

Outra solução é apontada a partir do diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), na década de 1950: a industrialização da região. Servindo-nos com divisor de águas, esse diagnóstico aponta para outras questões que vão além do clima, enfatizando a necessidade de modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas como forma de promover o desenvolvimento.

O desenvolvimento social do Nordeste rural semi-árido³, menos determinado pelo fenômeno climático, volta a ser discutido a partir da década de 1990, influenciado principalmente pela sociedade civil organizada - aqui representada pelas Organizações Não Governamentais (ONGs). Essa perspectiva, agregada ao novo discurso de “convivência com o semi-árido”, abre debates e ações direcionadas às diversas questões como: a oposição às políticas públicas de mitigação dos efeitos da seca; o questionamento do uso político desse fenômeno como forma de levantar verbas federais para região, ou melhor, em favor das elites locais; a concentração de terras, água e outros meios de

² Engenheiro chefe e mais tarde presidente do Primeiro Distrito da Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas.

³ O uso do termo “Nordeste rural semi-árido” foi escolhido na medida em que se reconhece, porém pouco se discute, uma heterogeneidade do clima e questões que delimitam rural e urbano. No tocante ao clima, temos um Nordeste dividido em uma faixa úmida litorânea conhecida como Zona da Mata, coberta por florestas tropicais; nas chamadas zonas intermediárias como o Agreste, possuindo grau mais elevado de umidade e solos de melhor qualidade; e no semi-árido, nosso foco de estudo (FURTADO, 1964). No tocante a delimitação rural, baseamo-nos no estudo de José Eli da Veiga (2002) quando da sua delimitação de pequenos municípios como zonas muito mais rurais do que urbanas, chegando a afirmar a existência de um “rurbano”.

produção; a sustentabilidade do desenvolvimento; a falta de investimento técnico, econômico e científico; dentre outros.

Ações orientadas por esse “novo” discurso estão ligadas a iniciativas de ONGs (a exemplo do Centro Sabiá e do Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades - PATAC⁴) que têm se reunido em torno da chamada Articulação para o Semi-árido (ASA), no sentido de fortalecerem suas reivindicações e intervenções nas localidades semi-áridas. Outro exemplo de expressão desses discursos são os diversos pactos de desenvolvimento territorial que envolvem uma série de instituições em torno do chamado Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), como o Pacto Novo Cariri coordenado pelo SEBRAE-PB.

Nesse contexto, a experiência do PATAC nos ajuda a perceber que esta preocupação – o rompimento com o paradigma do “Nordeste natural”⁵ – já vinha sendo desenvolvida desde a década de 1970, sendo consolidada nos anos de 1990. O Projeto Trienal do PATAC (1993-1995) elaborado em 1992 destaca que ele *“desde 1979 priorizou o trabalho com populações rurais para avaliar as causas do êxodo rural, sobretudo em relação ao pequeno produtor, têm sua origem na injusta estrutura fundiária do país e nas dificuldades encontradas pelo agricultor em retirar da terra os meios necessários para a sua sobrevivência”*. A “convivência com o semi-árido”, a vulnerabilidade social, econômica e política das populações rurais da região já aparecem nas preocupações do PATAC, fato que vai tomar corpo em seu Projeto Trienal (1996-

⁴ Criado em 1971 pela Congregação Redentorista do Nordeste, o PATAC lançou olhar sobre a imigração de pequenos produtores rurais em decorrência da seca, os quais acabavam direcionando-se para a cidade de Campina Grande onde se formava uma massa de “sem teto”. Lutar contra a fome de quem fugia da seca passou a ser a preocupação do PATAC, através, principalmente de alternativas que viabilizassem a produção agropecuária no semi-árido, formas de conviver com o semi-árido no desafio do “fome zero no semi-árido” (DUQUE, s/d).

⁵ “Nordeste natural” é uma expressão por nós utilizada, e melhor desenvolvida no capítulo 1, na tentativa de compreender como se deu a construção do chamado “determinismo geográfico nordestino” e sua influência no imaginário popular ao associar o clima com o desenvolvimento da região (ALENCAR, 2004).

1998), elaborado em 1995: “(...) *sofre mais aquele que tem menor condição de adaptação e convivência com os fenômenos devido principalmente à dificuldade de acesso à terra e à água*”. (DUQUE, s/d, p.8)

A noção de “convivência com o semi-árido”, por outro lado, passa a ser criticada na medida em que seria falácia pretender ensinar o nordestino a conviver com esse fenômeno, pois, além de ser a mais importante massa de camponeses brasileiros, mais do que qualquer outra população interiorana, ele possui particular intuição e experiência para lidar com as forças telúricas (Ab’Sáber, 1999). Esse conhecimento desenvolvido pela experiência cotidiana e agregado às crenças populares permite ao sertanejo estar sempre às voltas com prognósticos sobre as possibilidades de chuvas nos anos que virão: o dia de Santa Luzia (13 de dezembro) serve de referência para a chuva em janeiro do ano posterior e os dias que seguem servem de referência para os outros meses; 19 de março, quando se comemora o dia de São José, também serve como referência sobre a chuva durante o inverno do ano que segue (ANDRADE, 1998).

Mesmo considerando a crítica acima, o clima como único fator determinante do desenvolvimento do Nordeste é “desconstruído” pela proposta de “convivência com o semi-árido”, trazendo também um novo projeto de modernização, não mais voltado às infra-estruturas ou a industrialização, mas preocupado com a qualidade de vida, a inclusão social e o capital humano.

O fator que se encontra no centro dessas discussões é o projeto de modernização do Nordeste. O “atraso” da região mais árida e rural do Brasil, agregado a pobreza que sempre desemboca em suas grandes cidades e nas metrópoles do sudeste-sul e tanto incomoda as elites locais, dificilmente é visto a partir da construção histórica de uma estrutura fundiária que reflete diretamente na concentração dos meios de produção e na valorização da grande propriedade.

Faz-se necessário, portanto, pensar a modernização para além da dicotomia entre arcaico e moderno, fato que se torna mais intenso quando se pensa o nordeste rural semi-árido e as características sociais tão peculiares à sua cultura. O desenvolvimento, aqui visto como intrinsecamente ligado à modernização, deve ser compreendido, acima de tudo como um conjunto de mudanças nas formas de vida e de organização sociais, deixando claro que nem se pode pensar que esse processo é em absoluto o resultado de um plano ideológico nem, de outra forma, que é algo sem direcionamentos específicos (Coelho et alli, 2006).

A partir dos anos de 1990, com a descentralização das políticas públicas, tem-se buscado alternativas para amenizar as disparidades locais relacionadas ao desenvolvimento regional, sendo esse contexto o pano de fundo da criação do PEASA. Buscar compreender a construção do referido programa nos ajuda também a perceber como tais mudanças operam-se diante da elaboração e implementação de políticas e projetos, tendo nesse caso o fazer acadêmico, via extensão universitária, como ponto de partida na compreensão do que se tem mantido nas entrelinhas do processo: o projeto de modernização para o Nordeste.

Nessa perspectiva, o presente trabalho foi desenvolvido no ano de 2005 e parte de 2006, envolvendo um estudo exploratório sobre a origem do PEASA e seu funcionamento atual, buscando uma compreensão ampla sobre sua metodologia e seus pressupostos. Utilizamos como instrumentos de coleta de dados: entrevistas semi-estruturadas (junto a Coordenação do programa – coordenador geral, técnica responsável pela agroindústria de Cuiuiú e técnica responsável pela COOAGRIL⁶; junto a agroindústria de Cuiuiú – três componentes do centro de artesanato e três moradores não

⁶ Cooperativa Agroindustrial incubada na Fundação Parque Tecnológico e que serve ao programa com central de comercialização

integrantes do centro); visitas de campo a agroindústria Cuiuiú e a sede do programa; pesquisa documental (Projeto de implantação do PDCT/NE, informativos da antiga SUEP, documento de implantação das agroindústrias, textos publicados pelo PEASA, relatórios anuais de atividades, informativos da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba etc).

A mudança discursiva que envolve o ambiente sócio-histórico no qual surge o PEASA (do “combate à seca” à “convivência com o semi-árido”) será discutido no **Capítulo I**, no qual, busca-se compreender a dinâmica dessa mudança, passando, também, pela noção de “Nordeste natural”; pelo fenômeno social da seca; e pelo papel do Estado na elaboração e implementação de políticas que refletem a referida mudança discursiva.

Seguindo essa análise, o **Capítulo II** visa discutir a tensão entre desenvolvimento e modernização no Nordeste rural semi-árido. O desenvolvimento é apresentado a partir da introdução da sustentabilidade ao seu arcabouço, levando-se em consideração as limitações dessa proposta e os principais obstáculos na sua implementação. Agregado a isso se inclui a noção de modernização, na medida em que são conceitos na origem indissociáveis, focando o caso do “projeto” de modernização para o Nordeste e problematizando o PEASA como produto e produtor desse projeto.

No **Capítulo III** buscamos contextualizar o PEASA a partir de sua constituição enquanto programa de extensão universitária, perpassando por sua história acadêmica – demanda e ambiente social - e por sua proposta teórica e metodológica. A UFPB aparece nessa discussão, com seus projetos e produções, nos auxiliando na compreensão do ambiente acadêmico que antecede e influencia a constituição de nosso objeto de estudo.

O **Capítulo IV** tem como ponto central uma análise mais específica do modelo de intervenção do PEASA – o *empreendedorismo comunitário* - buscando problematizar-

lo a partir da noção de *agribusiness*. Como, portanto, caracteriza-se a elaboração e implementação dessa intervenção dentro de uma mudança discursiva sobre o Nordeste rural semi-árido, seu desenvolvimento e seu projeto de modernização.

Capítulo 1

Do “combate a seca” à “convivência com o semi-árido”: uma trajetória dos discursos e das políticas.

O Nordeste brasileiro não é apenas uma região geográfica ou uma delimitação política, ele também é uma construção discursiva. Os discursos constitutivos do Nordeste, particularmente quando se refere a sua porção semi-árida, ligam-se a projetos de desenvolvimento e a planos de modernização.

Os discursos sobre o semi-árido estão sempre em processo de movimento, podendo emergir a partir de um conjunto de intervenções já estabelecidas. A modernização desse território, nesse ponto, encontra-se nas entrelinhas do processo, atuando e alterando os cenários sociais num contínuo revolucionar de modos de vida rumo ao “tão almejado” desenvolvimento capitalista.

O semi-árido nordestino foi objeto, durante sua constituição histórica, de diversos modos de pensar e agir sobre o espaço. A especificidade climática entra em cena, num primeiro instante, como veículo de valorização de uma *tropicalidade* que auxilia na construção da identidade nacional, o que, a partir do século XIX, passa a caracterizar-se como entrave ao desenvolvimento da região, refletindo nas diversas políticas de “combate à seca” e, com elas, a todo um discurso que dá à relação homem-natureza um caráter determinista.

No final do século XX, entra em cena uma severa crítica ao determinismo que o “combate à seca” reproduz, eclipsando o forte caráter social associado ao fenômeno das estiagens prolongadas. O reconhecimento da vulnerabilidade das populações residentes na

região à seca e da necessidade de se “conviver com o semi-árido”, traz à tona uma perspectiva que passa a influenciar a elaboração e implementação de políticas e ações para a região, sendo, certamente, influenciada também por elas.

Essas políticas e ações originam-se tanto de iniciativas governamentais como também do seio da sociedade civil organizada, dando a perspectiva da “convivência com o semi-árido” a possibilidade de emergir enquanto alternativa na construção de um desenvolvimento localizado e, conseqüentemente, de um processo de modernização. Essa trajetória discursiva será analisada neste capítulo com o objetivo de compreender que ambiente serve de cenário para a constituição do PEASA, principalmente ao percebê-lo enquanto programa de extensão produto e produtor de uma intervenção voltada a essas novas construções discursivas.

1.1 O “combate à seca” e o Nordeste “natural”: a relação entre políticas e discursos.

Determinar é fechar possibilidades diante de uma única explicação, é estabelecer uma relação causa e efeito dentro de uma visão unilateral e racionalizada. A ciência desde o século XIX, em sua tradição positivista, estabelece essa relação absoluta entre o fenômeno e a causa, buscando a construção discursiva de uma cientificidade que se opunha radicalmente ao fatalismo, à explicação metafísica, a partir de um princípio experimental e metodológico.

A geografia não escapou às influências positivistas, procurando firmar-se enquanto ciência a partir das explicações dos fenômenos geográficos via causas naturais, relacionando inclusive a essas causas as questões sociais. Claval (*apud* RIBEIRO, 2004) estabelece três fontes principais que dão origem ao chamado *determinismo geográfico*: I.

A Cosmologia Antiga – a medicina hipocrática com a busca das causas das doenças no meio e, com o naturalismo do século XVIII, com Montesquieu e a Teoria dos Climas que enfatizava a temperatura como terminante de causas sociais; **II. A Filosofia Herderiana** – vertente não racionalista que defendia o mundo criado por Deus e o homem definido por esse mundo; e **III. O Darwinismo** – evolucionismo que faz do meio o selecionador natural das espécies.

Essa última fonte teria uma influência mais forte sobre a geografia como ciência positiva, abrindo caminho para a hegemonia de um determinismo geográfico. Outra influência importante nessa vertente evolucionista foi a da escola alemã na figura de Friedrich Ratzel, firmando o pensamento do “homem como produto do meio”, constituindo-se via um longo processo de diferenciação natural.

A partir do século XIX, com a independência do Brasil, coloca-se em jogo a necessidade de se “forjar” a identidade do Estado Brasileiro. Em 1838, é fundado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB, objetivando a delimitação de uma identidade nacional, sendo influenciado diretamente pelo pensamento iluminista e pelo determinismo geográfico. Para tanto, uma de suas estratégias foi criar institutos localizados nas diversas regiões que servissem de apoio ao seu objetivo central, trabalhando tanto no resgate das culturas provinciais como da cultura nacional⁷.

Estes fatos nos servem de suporte na compreensão do que chamamos de Nordeste natural, concepção amplamente influenciada pelo determinismo geográfico predominante do século XIX ao início do XX, e presente na discussão sobre raça e na

⁷ Um exemplo importante foi a constituição do Instituto do Ceará – IC, já em 1887, assumindo um papel decisivo na difusão de idéias sobre o Nordeste, seu clima, sua gente e seu “progresso”. A Revista do Instituto do Ceará – RIC torna-se uma das revistas de melhor periodicidade do país, servindo como porta voz de grande importância tanto da elite cearense como da brasileira. Diversos intelectuais foram presidentes do IC, dentre eles citamos Tomaz Pompeu Brasil Sobrinho o qual assumiu lugar de destaque na produção intelectual do instituto, escrevendo sobre temas como a seca, geo-economia, cultura etc, tendo sua obra amplamente influenciada por Ratzel (RIBEIRO, 2004).

aceitação da influência do clima tropical e do relevo sobre a constituição do povo, refletindo até hoje nos diversos discursos sociais, o que, segundo Bourdieu (2004), permite a construção de uma ordem *gnoseológica*, ou seja, a edificação de uma concepção homogênea da realidade social.

No estudo realizado por Ribeiro (2004) sobre “A gênese do discurso do semi-árido nordestino”, constata-se a influência ainda forte das idéias difundidas nesta época, nos meios de comunicação e em algumas produções acadêmicas contemporâneas, sobre a seca e o “progresso” regional. A primeira relação que emerge, nessa perspectiva, é a de “*homem/meio*”, ou seja, a relação que se faz entre clima e progresso exaltando, assim, uma *tropicalidade* (BUCKLE *apud* RIBEIRO, 2004)⁸ condicionante de um processo que facilitaria o desenvolvimento regional:

O clima condicionaria o progresso, facilitaria o trabalho e a procriação, gerando uma boa raça. A seca, quando citada, é apontada como mera adversidade temporária que nada impediria o desenvolvimento da região, já que as condições excepcionais do meio físico, incentivariam no homem um espírito de trabalho e de desenvolvimento das capacidades intelectuais, suplantando qualquer adversidade temporária. Era comum também a utilização de alta taxa de natalidade verificada na região como uma evidência de salubridade do clima para as pessoas a ele submetidas (RIBEIRO, 2004, p.7).

Na segunda relação discursiva aparece o que o autor chama de “*Adjetivação Trágica*”, na qual a uma intensa descrição de secas anteriores é acrescido o *trágico, o terrível, o arrasado e o mortífero*, que surgem junto aos efeitos desse fenômeno natural. Fica claro, portanto, o forjar de um imaginário trágico que associa a falta de equidade social e crescimento econômico direta e exclusivamente ao meio físico.

O último ponto assinalado por Ribeiro (2004) é a relação que acaba por firmar o binômio “*seca/atraso*”, partindo principalmente da comparação entre o que ele chama de

⁸ Termo usado para nos referir ao combate intenso feito por intelectuais brasileiros à tese de Henry Buckle (1823-1862), lançada no livro “*Introduction to the history of civilization in England*” de 1857, na qual o progresso seria resultado do distanciamento do mundo natural, fato que deixaria o Brasil fadado ao atraso tendo em vista a abundância de sua vida natural (RIBEIRO, 2004).

progresso da região Sudeste e seu clima com as condições do Nordeste. O aumento populacional, aparecendo aqui de forma mais pontual, agregado ao baixo grau de formação técnica da população, transformaria qualquer estiagem em uma tragédia, antes sentida com menos intensidade. Outro fato importante na compreensão dessa relação discursiva “seca/atraso” é o fato da emergência de um Nordeste algodoeiro-pecuarista, substituindo a imagem nobre e ostensiva dos barões do açúcar pela dos coronéis, imagem rude, “pobre” e, conseqüentemente, de um Nordeste de “vidas secas”.

O clima semi-árido agora é visto como algo negativo, a seca é a causa que tem como efeito direto e determinado o atraso da região, agora transformado em problema nacional. Aqui a natureza parece desempenhar uma relação “hostil” para com a região, ligando-se diretamente a miséria e a fome à falta de água para o homem e para a agricultura.

A intensa ligação entre sociedade e natureza passa a comandar o imaginário social sobre o semi-árido, a seca e o Nordeste, fato que, também influenciado pela necessidade de poder da elite local, ganha corpo no “combate à seca”. Essa visão passa a refletir na elaboração de políticas públicas e no discurso sobre o desenvolvimento da região, a exemplo da chamada “Solução Hidráulica” que, ainda hoje, é defendida com veemência por políticos e meios de comunicação como única solução para os problemas diversos do semi-árido nordestino, a exemplo do polêmico projeto de transposição das águas do Rio São Francisco.

Por outro lado, sabe-se que o clima semi-árido de regiões similares ao de grande parte da região Nordeste, como o caso de Israel e da Califórnia, não é associado com a miséria e as marginalidades, pois, o fator central da diferenciação encontra-se na maneira de ocupação das terras e na desigualdade social que se instaura a partir daí. O discurso do “combate à seca” é “(...) *um forte instrumento de legitimação da atuação dos diferentes*

grupos sobre o espaço” (RIBEIRO, 2004, p.1), refletindo, portanto, na criação de todo um sistema simbólico com uma função muito específica de imposição e/ou dominação de uma classe sobre outra, num amplo processo de “violência simbólica”. (BOURDIEU, 2004)

Apossar-se, portanto, da idéia de um Nordeste natural como território foi também uma alternativa da elite local, transformando um conjunto de perspectivas, muitas vezes discrepantes, em consenso não só localmente como nacionalmente, em outras palavras a construção do que Bourdieu (2004, p.14) chama de “*poder simbólico*”:

(...) poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo: poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Esses argumentos não são influenciados direta e simplesmente pela concatenação de uma identidade regional, eles servem tanto aos interesses locais como aos nacionais:

1. A expansão capitalista necessita de novos espaços de conquista;
2. O discurso da diferenciação auxilia a construção do Estado Nacional;
3. Permite-se à elite local uma unificação discursiva, auxiliando o diálogo com o resto do país mesmo depois da perda do seu poder político;
4. Influuiu na posse de órgãos, a exemplo do Departamento Nacional e Obras Contra as Secas (DNOCS), por parte na elite local em vistas de sua sobrevivência; e,
5. Permite justificar os incentivos do governo para modernizar, não só a indústria canavieira, mas, também a sociedade local, com o objetivo de

diminuir as diferenças para com o Sudeste-Sul e aumentar conseqüentemente a capacidade do Nordeste de competir de igual para igual.

A idéia que se construiu de Nordeste rural semi-árido, portanto, não se reduz simplesmente às questões geográficas e climáticas. Essa “nordestinidade” foi sendo forjada durante todo o percurso descrito, apossada aos poucos pela sociedade local aproximadamente nos últimos 50 ou 60 anos, a partir de mudanças no cenário nacional que envolveram principalmente o domínio político-econômico que passou das mãos de uma elite para outra, empurrando aquela que perde espaço a criar alternativas de sobrevivência.

É importante destacar, nesse processo, o papel da academia enquanto produtora e difusora de idéias, na medida em que o conhecimento produzido acaba por influenciar a elaboração e implementação de políticas que reproduzem os interesses e a compreensão que se tem da sociedade de então. O efeito disso reflete, portanto, na produção e reprodução de um sistema que, direta ou indiretamente, é responsável pela construção de um conjunto de relações sociais mais ou menos hegemônicas, ou seja;

O efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, é inevitável na medida em que os critérios ditos “objetivos”, precisamente os que os doutos conhecem, são utilizados como armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e pelo reconhecimento: eles designam as características em que firma-se a ação simbólica de mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade. (BOURDIEU, 2004, p. 119-120)

O semi-árido nordestino, parte interior também chamada de sertão, passa também a ser reproduzido nessa luta simbólica a partir do momento em que ocorre um aumento considerável de sua densidade demográfica, o que traz consigo a emergência de uma preocupação pontual com o fenômeno das secas. Mesmo não sendo algo novo:

A ocorrência de secas na região noticiada por vários historiadores, desde os tempos coloniais, teve seu “aparecimento” neste período de expansão econômica e demográfica do semi-árido, no ano de 1877 (...) a seca pela primeira vez foi noticiada na imprensa do sul, os jornais do Rio de Janeiro

mandaram, pela primeira vez, repórteres para a cobertura do “evento”. As novas gerações do semi-árido tinham perdido parte da memória de convivência com a falta de chuvas, adicionada ao aumento da população, e a diminuição desta, em mais de um terço, tanto por emigração como por mortes, e perda de mais da metade do rebanho bovino e caprino (ALENCAR JÚNIOR, 2004, 2).

O caso Canudos, no sertão da Bahia, nos serve de exemplo na compreensão sobre a emergência do sertão e seu clima, principalmente social, como um problema nacional. Canudos descortinou para o resto do país a existência de uma cultura própria do sertão, produzida num espaço bastante peculiar e diferenciado do resto do território nacional em constituição, o qual acaba por classificar esses habitantes a princípio como seguidores da monarquia e logo em seguida como bárbaros que necessitam ser civilizados, em outras palavras trazidos para a “luz” da sociedade moderna, industrial e urbana. Para tanto, há de se instaurar um projeto de modernização para esta região, e o Estado entra nesse contexto, a princípio representado pelas diversas campanhas militares, como um agente decisivo e promotor desse projeto, principalmente junto ao semi-árido (ALENCAR JÚNIOR, 2004).

O “combate à seca” emerge não só como discurso, mas, em forma de políticas públicas. Apenas 10 anos após a guerra de Canudos é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), em 1909, transformada em 1916 em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), gerenciada a princípio por um corpo de técnicos militares sem ligação direta com as oligarquias locais.

A IFOCS, ao introduzir o primeiro grande modelo modernizador para o Nordeste (investimento em infra-estrutura), teve como objetivo principal desenvolver um projeto hídrico, servindo também como instrumento de integração da unidade nacional na medida em que articula as diversas regiões ao poder central:

A participação da IFOCS na inserção do sertão nordestino ao restante do Brasil tem um papel importante, pois, três décadas após sua criação, tinham sido levantadas tipograficamente todas as áreas físicas passíveis de construção de açudes, criando-se acesso através de estradas de rodagem entre as capitais nordestinas e os principais centros urbanos do interior dos estados, além da

construção de prédios públicos. Em suma, em muitos recantos do sertão nordestino, se tem pela primeira vez a presença do estado brasileiro, mais de um século depois da independência do país (ALENCAR JÚNIOR, 2004, p 3).

A atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que surge em substituição a IFOCS, possibilita uma ampliação desse projeto baseado na criação e ampliação da infra-estrutura. O Estado passa então a assumir, através de intervenções institucionais, o papel central na redefinição dos espaços nacionais.

Esse Nordeste rural semi-árido é forjado, portanto, dentro da necessidade de coesão nacional, principalmente quando se pensa em um país que constrói de maneira lenta seu projeto modernizador, buscando mudar sua imagem a partir de uma dinâmica social que envolve grupos diversos, inclusive os interesses de poder de uma elite local em decadência.

Constituindo-se a partir de um determinismo geográfico somado ao aumento demográfico regional que dá “vida” ao semi-árido, o discurso de “combate à seca” influi na elaboração e implementação de projetos e de políticas que agem no foco da modernização da região. Reforçando uma realidade baseada em interesses diversos, permitindo *“aprender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento da luta para fazer existir ou inexistir o que existe”*. (BOURDIEU, 2004, p. 118).

No geral, um discurso também muito conveniente, na medida em que desvia o olhar dos principais flagelos sociais que afligem principalmente o interior da região como: a concentração de renda, terras e água; o desvio de verbas e obras públicas; a exploração política e econômica da pobreza; a valorização da monocultura extensiva em detrimento de uma agricultura familiar multifuncional; ênfase no modelo urbano industrial; escassez e exaustão dos serviços públicos em saúde e educação, dentre outros.

Situação que acaba por reforçar o *status quo*, refletindo até o hoje nas limitações do desenvolvimento regional.

1.2 A “convivência com o semi-árido”: um novo olhar sobre antigas questões.

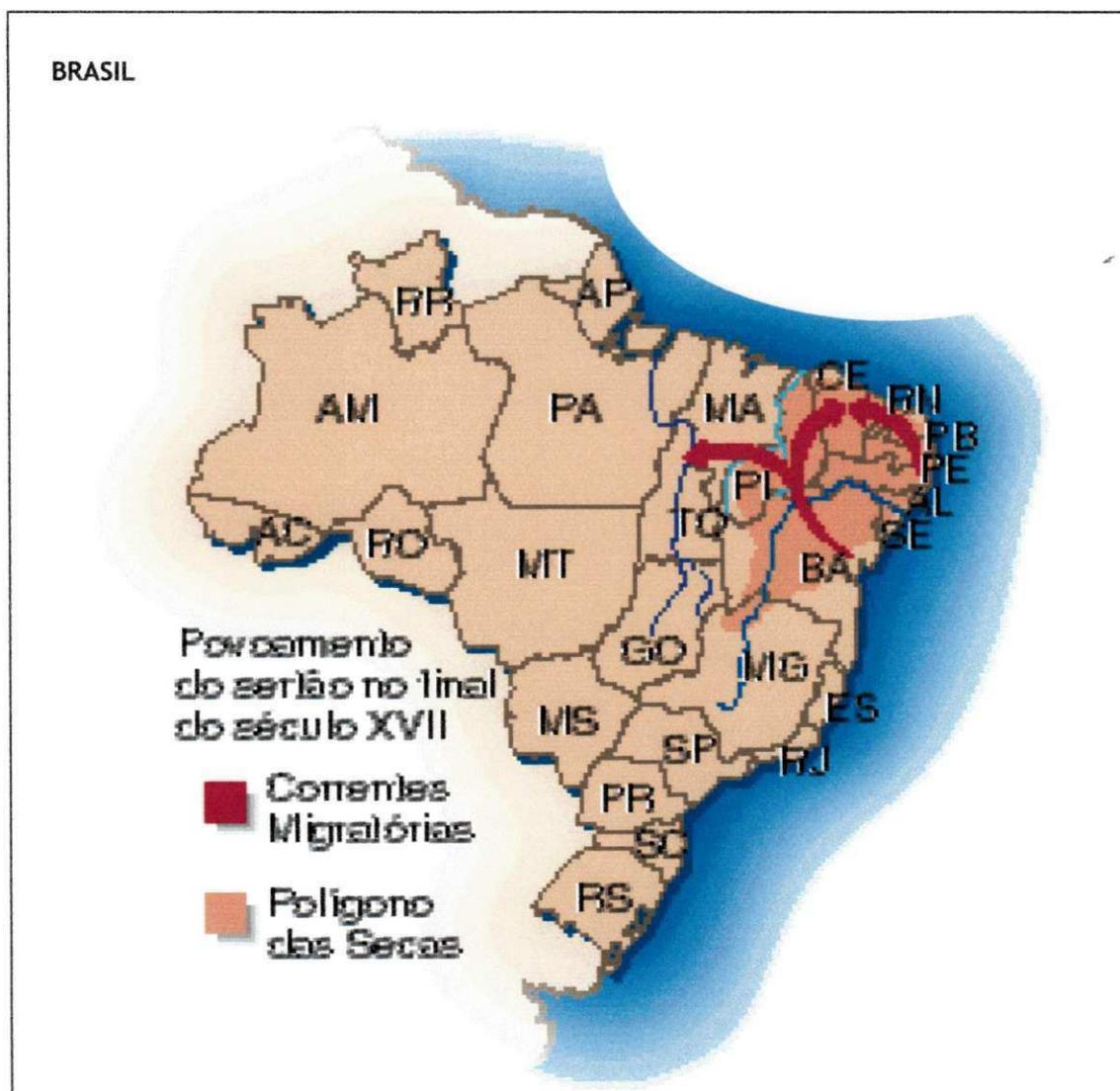
A seca e seu combate deram força e ainda servem como pano de fundo para as chamadas políticas de mitigação, justificando um conjunto de iniciativas que amenizam a situação em períodos de crise, permanecendo na superfície de um problema que atinge a muitos mas beneficiam poucos. A percepção de que a seca é um problema muito mais social do que um fenômeno natural que sozinho castiga a população já vem sendo questionado desde a década de 1950. O papel do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)⁹, nesse questionamento, é fundamental para desmistificar a questão. As condições sociais e econômicas que assolam o Nordeste rural semi-árido aparecem no relatório do GTDN como consequência de uma construção histórica, apresentando como solução um amplo processo de modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas da região via principalmente a criação de pólos de desenvolvimento que teriam como motor central a industrialização regional. A principal contribuição do grupo foi trazer a tona um novo olhar sobre a questão, mesmo que esse ponto de vista vislumbre apenas uma alternativa de melhoria das condições sociais.

O estado brasileiro foi um dos principais responsáveis pelas construções discursivas em torno do clima semi-árido e da seca, via, principalmente, a implementação de políticas voltadas à região. Nas primeiras décadas do século XX surge a delimitação

⁹ Grupo criado pelo governo Kubitschek e comandado por Celso Furtado.

do **Polígono das Secas**¹⁰ (Figura II), com uma área aproximada de 1.150.000 Km², no qual se inclui 912.208 Km² de região semi-árida representando 54% da área do Nordeste. A partir da seca de 1952 o governo federal cria o Banco do Nordeste do Brasil com o objetivo de fornecer crédito para a população residente no polígono, permitindo uma abertura para se visualizar a seca não apenas como um problema climático (ANDRADE, 1989).

FIGURA II – O Polígono das Secas



FONTE: EMBRAPA

¹⁰ O Polígono das Secas não se circunscreve apenas ao Sertão, abarcando no caso do Ceará 94,8% do território, da Paraíba 97,6% e do Rio Grande do Norte 92,0%.

O período transcorrido entre as décadas de 1980 e 1990 marca mudanças, no que concerne a construção de discursos e práticas em torno do desenvolvimento social, do crescimento econômico e da preservação do meio ambiente. Em relação ao Nordeste do Brasil, e mais especificamente sua região semi-árida, questionamentos inerentes colocam novamente em xeque o paradigma *seca/atraso* e o determinismo geográfico nordestino. Após o GTDN volta-se a se discutir a construção histórica do espaço nordestino e suas peculiaridades, diferentemente do que ainda continua impregnado no imaginário popular, nas práticas sociais, em algumas produções acadêmicas e na elaboração e implementação de projetos e políticas.

A referida situação faz emergir uma série de críticas e iniciativas que trazem consigo a perspectiva de “convivência com o semi-árido”. A inevitabilidade do fenômeno natural é acompanhada por discussões sobre a vulnerabilidade das comunidades diante da seca, agora se levando em consideração as estruturas econômicas, políticas, institucionais, sociais e ambientais que compõem, segundo Wilches-Chaux (2004, p.23) essa vulnerabilidade:

(...) el nivel o grado al cual un sujeto o elemento expuesto puede verse afectado cuando está sometido a una amenaza, donde el sujeto amenazado es aquel que compone el contexto social o material de una comunidad, como los habitantes y sus propiedades, una actividad económica, sus servicios públicos, etc.

A seca aparece agora como uma ameaça, um fator que não se pode combater. Por outro lado, levando-se em consideração as condições locais e suas vulnerabilidades a esse fenômeno, o fortalecimento das populações pode ser feito antes daquele, diminuindo-se a intensidade da ameaça e criando-se uma série de iniciativas em torno da diminuição das vulnerabilidades dessa sociedade para além do fenômeno climático.

Essa perspectiva tende a retirar o foco do fenômeno natural e redirecioná-lo para as estruturas sociais locais. A noção de território entra em jogo, permitindo uma compreensão mais ampla acerca do Nordeste semi-árido, um território que passa a ser

percebido para além de sua constituição física, mas, principalmente, a partir da relação entre indivíduos e as organizações, parte de um tecido social que “(...) *representa uma trama de relações históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico*”. (ABRAMOVAY, 1998, p. 31)

A noção de território pode ser abordada a partir de cinco vertentes (HAESBAERT, 2002):

1. JURÍDICO-POLÍTICA: espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder (estatal);
2. CULTURAL: dimensão simbólica e mais subjetiva, produto da apropriação feita pelo imaginário e/ou da identidade social;
3. ECONÔMICA: com destaque para desterritorialização (o capital sem nação) como produto espacial, embate de classes e relação capital/trabalho;
4. SOCIOLÓGICA: espaço de reprodução das relações sociais para além dos limites geográficos, com ênfase na solidariedade e nos laços de proximidade; e
5. HISTÓRICA: perpetuação no tempo e no espaço de uma memória social baseada em laços étnicos.

O território aparece aqui não apenas como receptáculo geográfico “neutro”, mas sim como um espaço onde os atores, em virtude da interação que promovem entre conhecimentos, reproduzem suas organizações, sua política, lhe permitindo um diálogo maior entre o setor associativo local e os órgãos estatais e privados (ABRAMOVAY e BEDUSCHI FILHO, 2003).

Nessa perspectiva o semi-árido passa a ser entendido enquanto território, a partir da década de 1990, influenciando iniciativas locais e políticas de convivência a exemplo dos pactos territoriais em torno do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)¹¹, uma abordagem que inclui uma nova visão do espaço, uma visão acima de tudo social, econômica e cultural.

Esse novo discurso também se traduz em práticas como a da Articulação do Semi-Árido (ASA¹²) que, em 1999 na Terceira sessão da Conferência da Parte das Nações Unidas da Convenção de Combate à Desertificação - COP3, organizou a elaboração da **Declaração do Semi-Árido**. O referido documento traz uma série de questões, reivindicações e propostas para a região, procurando, acima de tudo, desconstruir a idéia de um determinismo geográfico nordestino, defendendo a viabilidade de uma convivência sustentável com os efeitos “nocivos” do clima semi-árido, abrindo espaço para outras questões que envolvem o processo de desenvolvimento da região. Ao levantar a bandeira de “uma política adequada ao semi-árido” a declaração lança mão do não descarte das políticas de mitigação, mas, por outro lado, exigem que elas sejam extintas a médio e longo prazo:

Em muitos municípios está faltando água, terra e trabalho, e medidas de emergência devem ser tomadas imediatamente, reforçando a intervenção em todos os níveis (...) Sabemos muito bem que o caminhão pipa e a distribuição de cestas básicas não são medidas ideais. Mas ainda precisamos delas. Por quanto tempo? Até quando a sociedade vai ser obrigada a bancar medidas emergenciais, anti-econômicas e que geram dependência? Essas são perguntas para todos nós. A Articulação, por sua vez, afirma que, sendo o Semi-Árido um bioma específico, seus habitantes têm direito a uma verdadeira política de desenvolvimento econômico e humano, ambiental e cultural, científico e tecnológico, implementando essa política, em pouco tempo não precisaremos continuar distribuindo água e pão. (Declaração do Semiárido, 1999:1-2)

¹¹ O DLIS é idealizado com uma construção feita a partir de um conjunto de iniciativas que envolvem governo, sociedade civil e iniciativa privada, focando sua atuação nos chamados Sistemas Produtivos Locais com suas vocações produtivas e seu potencial empreendedor.

¹² A ASA é formada por 60 instituições, informações disponíveis em <<http://www.asabrasil.org.br>>

A Declaração do Semi-Árido pode ser inserida como “divisor de águas” no tocante a construção discursiva da “convivência com o semi-árido”. Considera como essencial na compreensão da dinâmica regional sua viabilidade sócio-econômica a partir da percepção de um espaço heterogêneo cultural e ambientalmente. Seu programa de convivência possui duas vertentes principais: 1. conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais; e 2. quebra do monopólio de acesso à terra, água e outros meios de produção. A seca entraria nesse processo como algo que não se combate, mas, que se pode conviver incluindo ações como: fortalecimento da agricultura familiar; uso de tecnologia e metodologia adaptadas; universalização do abastecimento de água; articulação entre produção, extensão, pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico adaptado; e acesso a créditos e canais de comercialização de produtos.

Esse novo olhar sobre o semi-árido abriu portas para uma discussão sobre sustentabilidade lembrando, inclusive, que o semi-árido não se apresenta apenas enquanto zona rural, mas, seus diversos municípios, sejam de pequeno ou médio porte, passam por problemas estruturais que não se relacionam diretamente com a questão climática. O fortalecimento da sociedade civil seria, então, uma questão central a ser repensada incluindo a erradicação do analfabetismo; o respeito ao saber local; a política de valorização da mulher e do jovem; o combate à desertificação através do uso sustentável dos recursos:

O semi-árido que a Articulação está querendo construir é aquele em que os recursos seriam investidos nos anos “normais”, de maneira constante e planejada, em educação, água, terra, produção, informação (...) para que expressões como “frente de emergência”, “carro-pipa” e “indústria da seca” se tornem rapidamente obsoletas, de modo que nossos filhos pudessem trocá-las por outras, como “convivência”, “autonomia” e “justiça”. (Declaração do Semiárido, 1999, p. 07)

O discurso de “convivência com o semi-árido” encontra-se também presente nas ações do governo federal. A Lei Nº 10.420 de 10 de Abril de 2002 geradora do **Fundo Garantia-Safra** direcionado para agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem prolongada, expressa uma preocupação direta com a necessidade de se conviver com o clima da região Nordeste, prevendo-se legislativamente alternativas de diminuição da vulnerabilidade local, incluindo capacitação para a convivência:

Art. 5^o § 3^o O regulamento definirá as condições sob as quais a cobertura do Fundo Garantia-Safra poderá ser estendida às atividades agrícolas que decorrerem das ações destinadas a melhorar as condições de convivência com o semi-árido.

Art. 6^o A. Tendo em vista o aumento da eficácia do Fundo Garantia-Safra, a União, os Estados e os Municípios buscarão a melhoria das condições de convivência dos agricultores familiares com o semi-árido (...)

Art. 6^o Parágrafo único. Para ter acesso ao Benefício Garantia-Safra, os agricultores familiares são obrigados a participar de programas de capacitação e profissionalização para convivência com o semi-árido.¹³

Uma referência importante nesse contexto de mudança discursiva, e conseqüentemente da elaboração e implementação de projetos e políticas, é o *Programa de Convivência com a Seca no Semi-Árido Brasileiro*, elaborado pela Embrapa Semi-Árido como proposta para um amplo projeto social focado no uso sustentável dos recursos naturais agregado a visão dos sistemas agro-industriais.

Os subsídios para elaboração do programa visualizam ações (Quadro I, página seguinte) colocadas dentro de um conjunto de etapas não necessariamente sucessivas. De acordo com Guimarães Filho & Lopes (2001) essas ações totalizam:

- **Recuperação e preservação dos recursos naturais:** desenvolvimento hídrico via expansão da oferta de águas superficiais e subterrâneas; reformulação na concepção de novos projetos públicos de irrigação; e, desenvolvimento de um sistema de gerenciamento ambiental.

¹³ Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 10.420, de 10 de Abril de 2002.

- **Reordenamento dos espaços agroecológicos:** zoneamento dos espaços agroeconômicos e ajustes fundiários.
- **Mudança no padrão tecnológico:** reestruturação e fortalecimento da rede regional de assistência técnica e extensão rural e formação de redes locais de apoio; fortalecimento do sistema de pesquisa; ações de validação e Transferência de Tecnologia e conhecimento disponíveis; e, busca de novas alternativas econômicas em termo do uso sustentado dos recursos do bioma.
- **Inserção no mercado:** organização profissional dos produtores e dos demais atores da cadeia; capacitação tecnológica e gerencial do produtor e dos demais segmentos da cadeia; estabelecimento de um sistema de crédito adequado às circunstâncias sob as quais operam os sistemas produtivos, e, valorização e promoção dos produtos ofertados ao mercado.

Quadro I - Ações do Programa de Convivência com a Seca no Semi-árido Brasileiro.



FONTE: Embrapa Semi-Árido, 2001.

Em linhas gerais a referida proposta conecta-se a questões já muito discutidas e que, na verdade, não trazem grandes propostas de mudança. As soluções para as questões hídricas não ficam muito distantes das desenvolvidas pelo DNOCS e ultimamente por algumas ONG's, agregado à transferência de tecnologia que geralmente esbarra no olhar unilateral dos técnicos.

Em toda essa discussão diversos pontos nos servem de referência para iniciar uma análise do PEASA como produto e produtor desses discursos. O programa emerge, como melhor detalhado no capítulo III, da experiência do Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE) criado no auge do “combate à seca” e influenciado por dois modelos de modernização para a região: o investimento na infra-estrutura e a industrialização dentro da perspectiva dos pólos de desenvolvimento. Porém, dentro desse novo ambiente de discussões envereda na construção do desenvolvimento localizado e voltado para a inclusão social, ou seja, modernizar via racionalização das estruturas produtivas e da mudança de comportamento perante as adversidades sócio-ambientais.

Na compreensão do semi-árido como território, o PEASA mostra-se enquanto agente de um desenvolvimento sustentável baseado nas peculiaridades locais, lançando projetos de intervenção voltados à criação de emprego e renda, promoção da qualidade de vida e inclusão social previstos na Declaração do Semi-árido.

Sua atuação centra-se também na transferência de tecnologia, acrescentando a perspectiva da chamada tecnologia social que envolve a interação multidisciplinar dos conhecimentos academicamente produzidos, entrando na vertente da prestação de serviço através da extensão tecnológica. Essa atuação volta-se também, como pretendia o Programa de Convivência com a Seca no Semi-Árido Brasileiro, aos sistemas agroindústrias.

O PEASA acaba por assimilar as diversas características que compõem esse momento histórico, seu discurso, sua prática e seu modelo de modernização. O programa associa diretamente a falta de desenvolvimento da região à “ineficiência” tecnológica e administrativa dos sistemas produtivos locais, colocando em segundo plano, questões sócio-culturais e políticas que transformam dia a dia as relações que forjam esse território.

No capítulo seguinte iremos aprofundar a discussão sobre desenvolvimento e os diversos modelos de modernização que perpassam a história do semi-árido nordestino, provocando uma reflexão sobre o PEASA como promotor de um modelo de intervenção também voltado a modernização, ao desenvolvimento local baseado na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida via racionalização das estruturas produtivas locais.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO: as mudanças sociais na construção de novas relações.

As questões acerca do desenvolvimento e da modernização do Nordeste rural semi-árido são construídas em meio às várias discussões que envolvem historicamente disputas políticas e econômicas, marcando intensamente sua constituição territorial.

O desenvolvimento capitalista tem por base um amplo processo de racionalização das forças produtivas e das relações sociais, chegando a opor-se às forças tidas como tradicionais na medida em que busca fazer prevalecer sua representação do mundo. Porém, modernizar, trazer para o centro do processo aqueles que se encontram à margem do modelo urbano industrial, não significou um rompimento por completo com o modo de vida tradicional, nem tão pouco a criação de uma oposição entre essas duas visões.

Remeter a tais relações quando se fala de semi-árido nordestino não é um equívoco. O Estado brasileiro, juntamente com os diversos movimentos sociais, acaba por protagonizar esse processo abrindo os caminhos para o interior através, principalmente, da elaboração e implementação de projetos e políticas, promovendo um desenvolvimento que representou, acima de tudo, mudanças no campo social. Não significando, entretanto, maior nível de equidade social e equilíbrio econômico, aqui pensado em termos de distribuição de renda e qualidade de vida.

O território semi-árido emerge agregado a uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de uma elite que também detém o poder político, alicerçado em um sistema de exploração do trabalhador rural muitas vezes comparado ao feudalismo, mas que se operacionaliza sob a lógica capitalista.

Em meio a esse processo, buscamos discutir no presente capítulo os diversos projetos que compuseram o cenário para a instalação do processo de modernização do Nordeste rural semi-árido, apresentando os elementos que nos auxiliam na compreensão do PEASA enquanto mecanismo de difusão de um desenvolvimento local alicerçado na racionalização das estruturas sociais e produtivas.

2.1 Sociedade moderna e desenvolvimento: um novo projeto, antigas questões.

A noção moderna de desenvolvimento surge historicamente agregada a emergência da própria sociedade capitalista, num momento histórico que se vislumbra como a solução para os males humanos de então o modelo capitalista de uma sociedade urbano industrial.

Fatos como a introdução da máquina, o surgimento das novas classes sociais, a reviravolta dos valores tradicionais, a emergência de novas formas de racionalização da vida, colocam no centro da sociedade novas necessidades, principalmente de compreensão sobre o impacto que tudo isso iria causar nas relações e estruturas sociais. Tocqueville (*apud* Martins, 1995) caracteriza as impressões que a revolução social de então provocou em seus contemporâneos da seguinte forma:

A revolução segue seu curso: a medida que vai aparecendo a cabeça do monstro, descobre-se que, após ter destruído as instituições políticas, ela suprime as instituições civis e muda, em seguida, as leis, os usos, os costumes e até a língua; após ter arruinado a estrutura do governo mexe nos fundamentos da sociedade e parece querer agredir até Deus; quando esta mesma Revolução expande-se rapidamente por toda parte com procedimentos desconhecidos, novas táticas, máximas mortíferas, poder espantoso que derruba as barreiras dos impérios, quebra coroas, esmaga povos e - coisa estranha - chega ao mesmo tempo a ganhá-los para a sua causa; à medida que todas estas coisas explodem, o ponto de vista muda. O que a primeira vista parecia aos príncipes da Europa e aos estadistas um acidente comum na vida dos povos, tornou-se um fato novo, tão contrário a tudo que aconteceu antes no mundo e, no entanto, tão geral, tão monstruoso, tão incompreensível que, ao percebê-lo, o espírito fica como que perdido. (TOCQUEVILLE *apud* MARTINS, 1995, p. 25-26)

Esse processo, classificado por Giddens (2000) como o “*deslocamento do sistema social*”, ainda hoje busca novas rupturas que constituem um movimento de constantes fragmentações internas e surgimento de novos modos de sobrevivência, principalmente do capital, a exemplo da reestruturação produtiva¹⁴ que vem ocorrendo desde a década de 1970 (HARVEY, 1989). Marx e Engels (2000:20) nos trazem uma reflexão acerca desse movimento referindo-se a ele como um

(...) permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos (...) todas as relações fixas e congeladas com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar (...).

Apesar de hegemônico, esse movimento não provocou um rompimento por completo com o modo de vida tradicional. Trouxe sim, uma nova forma de pensar, produzir, trabalhar, uma nova perspectiva de família, de educação e principalmente uma forma nova de se pensar o humano. A economia capitalista passa a comandar, em grande parte, a dinâmica desse processo, percebendo-se muitas vezes que parte da sociedade acaba por caminhar para o lado oposto à referida economia, fazendo os diversos modos de vida distanciarem-se, aproximarem-se e confundirem-se no movimento da história, o que, de acordo com Bourdieu (1979), é:

(...) Relativamente reduzida tanto no capitalismo recente como na sociedade capitalista avançada, a discordância entre os *habitus* e as estruturas da economia é nesse caso tão grande quanto possível. Por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes as estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e por vezes nos mesmos indivíduos. (BOURDIEU, 1979, P.16)

O capitalismo instaura-se, portanto, como modelo único a vigorar perante os Estados-nação, principalmente depois do fim da Guerra Fria e do mundo socialista,

¹⁴ Uma nova roupagem assumida pelo capitalismo na tentativa de reestruturar-se diante das mudanças sociais, causando uma flexibilização produtiva e de investimento de capital, afetando inclusive o mercado de trabalho através da instabilidade e do surgimento da prestação de serviço (HARVEY, 1992).

colocando no centro da questão o crescimento econômico enquanto solução única para problemas como a desigualdade social. Porém, esse crescimento, muito usado como sinônimo de desenvolvimento, produz uma economia profundamente desregulada que busca à custa de muitos manter-se viva, mesmo que esses muitos permaneçam a margem. As discrepâncias desse movimento, de acordo como Morin (2002), mostram que a “necessidade” desenfreada por crescimento econômico,

“(…) desde o século XIX, foi não apenas motor, mas também regulador da economia, fazendo aumentar simultaneamente a demanda e a oferta. Mas ao mesmo tempo destruiu irremediavelmente as civilizações rurais, as culturas tradicionais. Ele produziu melhorias consideráveis no nível de vida; ao mesmo tempo provocou perturbações no modo de vida” (MORIN, 2002:66).

O modelo social de crescimento econômico e com ele o de desenvolvimento da humanidade sempre se mostrou fragmentado, contraditório e inconstante. Diversos momentos da história mostram sua falência, como no período das duas grandes guerras mundiais, nas quais diversas nações avançadas “regrediram” (principalmente européias como a Alemanha). A “racionalização” das condutas econômicas, ponto central do processo de desenvolvimento na visão de seus defensores, encontraria como obstáculo central a herança cultural, a qual o homem das sociedades pré-capitalistas estaria atrelado, conseguindo converter-se ao mundo moderno através tão somente de um comportamento econômico racional, prevalecendo assim a conduta do chamado *homo economicus* (BOURDIEU, 1979).

O crescimento econômico e seu processo constante de racionalização aparecem como saída única para toda e qualquer dificuldade humana, deixando clara a face unilateral desse projeto – o modelo **urbano industrial do ocidente**, o qual, em nome do “progresso” humano passa, na maioria das vezes, por cima da tradição, da natureza e das ideologias arraigadas no “arcaísmo” tido como inimigo do homem em desenvolvimento

(FEATHERSTONE,1996). A compreensão, portanto, desse processo de adaptação à dinâmica da economia capitalista passa diretamente por uma análise que supõe;

(...) um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias a uma *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso. É assim que a adaptação a uma organização econômica e social tendendo a assegurar a previsibilidade e a calculabilidade exige uma disposição determinada em relação ao tempo e, mais precisamente, em relação ao futuro, sendo que a “racionalização” da conduta econômica supõe que toda a existência se organiza em relação a um ponto de fuga ausente e imaginário. (BOURDIEU, 1979, p.18-19)

Morin (2002) afirma que o discurso que sempre predominou sobre o que ele chama de “desenvolvimento tecno-econômico” gira em torno de dois aspectos básicos: 1. O mito global no qual as sociedades industriais no ápice do seu progresso reduziriam suas desigualdades, difundindo entre os indivíduos o máximo de felicidade e bem-estar social; e 2. A concepção de que o crescimento econômico é a mola mestra do todo desenvolvimento social, psíquico e moral.

Esse modelo ignora claramente questões de âmbito cultural, social, territorial, geo-ambiental dentre outras, vislumbrando na esfera econômica o “milagre” da “aldeia global”. Podemos classificá-lo como desenvolvimentista na medida em que suas limitações e falhas são mostradas pela própria história. O projeto da modernidade não conseguiu levar a todos o “desenvolvimento” que pretendia, principalmente por ter se mostrado insensível às riquezas culturais das sociedades tradicionais.

A necessidade de se repensar o desenvolvimento agregado à cultura - matriz em constante evolução de sentimentos e modos de vida específicos, o lugar do qual se representa o mundo - coloca-o na dimensão do movimento, da mudança. Torna-se então inconcebível crer que o homem novo pode nascer despojando-se subitamente da pele do homem velho, na medida em que a tradição parece sobreviver ao moderno, convivendo em alguns casos de forma relativamente harmoniosa (HERMET, 2002). É necessário

substituir essa idéia dualista para poder se pensar o desenvolvimento como processo de “mudanças estruturadas”:

A essas mudanças Elias chama de processos sociais. O foco nesses processos sociais permite apreender a constituição das instituições e formações sociais que não foram nem pretendidas nem planejadas por qualquer indivíduo ou grupo singular. As mudanças estruturadas de longo prazo, segundo Elias (1994, 1997) ocorrem em duas direções principais: a uma maior diferenciação e integração ou a uma menor diferenciação e integração. Esses processos são complexos e as mudanças podem ocorrer em direções opostas, simultaneamente numa mesma sociedade (...) E, ainda, as continuidades, assim como as rupturas, fazem parte dos processos sociais. (COELHO et alli, 2006, p.05)

A diversas rupturas e continuidades ocorridas no processo social que envolve o projeto de modernização da sociedade acabam por incentivar novas formas de se pensar o desenvolvimento, umas inclusive radicais, agregando uma série de conceitos e nomenclaturas que, em geral, dificultaram e embargaram o desenvolvimento construído a partir de um projeto coletivo. Poderíamos levantar aqui diversos exemplos para ilustrar tal processo, porém, vamos nos deter rapidamente aos conceitos de Ecodesenvolvimento e de Desenvolvimento Sustentável.

O enfoque do Ecodesenvolvimento surge na década de 1960 assumindo uma base alternativa de planejamento e gestão distanciando-se de uma visão estritamente economicista e/ou estadista, hegemônica diante da dinâmica evolutiva das sociedades modernas (VON BERTANFFLY *apud* BUNGE, 1980). Esse enfoque percebe como causa central da crise ambiental a má regulação das dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico, a partir das quais não se realiza uma avaliação profunda do impacto sócio ambiental diretamente provocado.

Diante disso, o Ecodesenvolvimento constitui-se como “nova ideologia sócio-política” densa em conhecimento científico de ponta, na qual o fundamento axiológico é agir rápido no foco das causas dos desequilíbrios, possuindo, para tanto, quatro critérios de avaliação normativa (BUNGE, 1980):

1. Prioridade ao alcance de finalidades sociais (satisfação de necessidades básicas – materiais e intangíveis – e a promoção da equidade);
2. Prudência ecológica;
3. Autonomia (ou *self-reliance*); e
4. Viabilidade econômica.

Essa perspectiva enfrentou resistências, sem falar nas diversas críticas recebidas quanto a sua relação com a dimensão econômica. Nesse ponto, seu quarto critério de avaliação normativa – *Viabilidade Econômica* – propõe um rompimento para com a lógica mercantil, valorizando as produções locais para atender às demandas de consumo também locais, vendo no Estado o regulador das dinâmicas relacionadas à demanda social, à oferta de bens e serviços e às questões modernizadoras.

As resistências e críticas a esse enfoque possivelmente surgiram na medida que sua proposta torna-se “utópica” (TONNEAU: 2004): *primeiro* porque seria difícil romper radicalmente com a lógica mercantil vigente, pois afinal vivemos numa sociedade capitalista na qual a espinha dorsal é o lucro, proposta dificilmente aceitável pelas grandes potências; *segundo*, não é possível manter iniciativas locais voltadas para dentro, pois, local/global não é uma dicotomia; e, *terceiro*, a dinâmica neoliberal a partir da queda do *Welfare State*, afasta cada vez mais o Estado de sua função reguladora do mercado, inclusive, diminuindo sua responsabilidade política frente às demandas sociais, não lhe permite mais assumir um papel tão decisivo diante do desenvolvimento.

Seguidamente a essas discussões, e diretamente influenciado por elas no que se refere à introdução da relação desenvolvimento e meio ambiente, em 1983, a pedido da Assembléia Geral das Nações Unidas para investigar as condições do meio ambiente e do desenvolvimento no mundo, foi composta a Comissão *Brundtland*. Em março de 1987 a referida comissão publica seu relatório sob o título “**Nosso Futuro Comum**”, contendo

uma exaustiva lista de ameaças ao equilíbrio do meio ambiente, citando pela primeira vez o conceito de **Desenvolvimento Sustentável** (GUERRA et alli, 2002).

A perspectiva de um desenvolvimento sustentável assume então a missão de redefinir a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, propondo um programa global de mudanças que atenderiam às necessidades das gerações atuais sem comprometer àquelas das gerações futuras (TONNEAU, 2004). Em outras palavras:

Desenvolvimento sustentável é aqui definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (i.e. desenvolvimento) que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro” (GOODELAND e LEDOC *apud* FERNANDES, 2003: 147).

(...) deve ser levado em conta as seguintes metas e objetivos básicos: a taxa de consumo de recursos renováveis não deve ultrapassar a capacidade de renovação dos mesmos; a quantidade de rejeitos produzidos não deve ultrapassar a capacidade de absorção dos ecossistemas; recursos não renováveis devem ser utilizados somente se puderem ser substituídos por um recurso equivalente renovável” (FENZL *apud* FERNANDES, 2003: 147).

Diversos outros conceitos poderiam aqui ser elencados, porém os acima citados aproximam-se mais da proposta construída em *Nosso Futuro Comum*. Por outro lado, a aplicabilidade dessa “nova” concepção de desenvolvimento pode apresentar algumas contradições em sua construção, a exemplo da proposta de frear o desenvolvimento via manutenção de um sistema de produção gerador de exclusão social, alicerçado na justificativa de preservação do meio ambiente. Mas que, por outro lado, não deveria intervir no modelo de desenvolvimento até então adotado pelos países desenvolvidos e, principalmente, não interferir nos seus modos de vida e padrões de consumo. Um exemplo que nos ajuda a entender essa questão é a recente preocupação que a China tem causado ao mundo, principalmente por se pensar no potencial mercado consumidor de automóveis que é esse país em desenvolvimento, agregado à quantidade de poluentes que o mesmo pode vir a emitir na atmosfera; por outro lado, nada se questiona acerca da

negação dos EUA em assinar um acordo de diminuição da emissão dos mesmos poluentes.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável construído pela Comissão *Brundtland* ainda apresenta, de acordo com Fernandes (2002), algumas incongruências teórico-práticas das quais destacamos as seguintes:

- 1) A idéia de *sustentabilidade* é retirada do campo das ciências biológicas – tido como a busca da durabilidade dos ecossistemas no tempo. Sua utilização, mesmo levando em consideração os aspectos biológicos da espécie humana, não abarca os aspectos contraditórios do mundo social. O marco teórico do Desenvolvimento Sustentável não relaciona problemas ambientais aos sociais, comprometendo a questão das desigualdades e com ela a proposta de equidade;
- 2) Esse novo modelo distancia-se de uma crítica às formas de apropriação da natureza a partir do capitalismo, negando a ética da competição e do lucro imediato crescente como mecanismos de uso indevido dos recursos naturais;
- 3) Esse conceito tido como novo modelo de desenvolvimento transparece ser muito mais uma proposta de gestão, controle e monitoramento dos recursos naturais constituído diretamente pelos países ocidentais do norte;
- 4) A dificuldade de conciliar crescimento econômico e sustentabilidade dos ecossistemas, principalmente pela incapacidade de gerenciar áreas de nichos ecológicos. Um exemplo é a impossibilidade de impedir por completo o desmatamento e o contrabando de madeira nobre da Floresta Amazônica que tem como um dos principais compradores o Japão, país em amplo processo de crescimento econômico; e,

- 5) A fragilidade da idéia de contemplar as necessidades das gerações futuras sem combater os problemas sociais das gerações atuais, como os decorrentes das desigualdades entre nações e entre seus pobres e ricos.

A criação de “novos” modelos de desenvolvimento, como os acima citados e seus problemas teórico-práticos, demonstra a dificuldade de encarar a questão do crescimento econômico frente aos problemas que afetam a humanidade como a desigualdade e a exclusão social. Talvez o entrave esteja em pensar sempre adiante sem considerar experiências passadas, buscando criar algo novo sem repensar o que já existe e como funciona, como um ciclo que se repete constantemente.

A experiência tem mostrado ser infrutífero buscar novas formas, modelos ou fórmulas de desenvolvimento sem deixar de lado o equívoco de se perceber crescimento econômico e desenvolvimento como sinônimos, de que modernizar significa o rompimento de um suposto conflito entre o moderno e o arcaico. Faz-se necessário, portanto, refletir aqui a caracterização desses conceitos como parte integrante de um complexo processo social que, desestrutura, estrutura, cinde, funde e/ou reforça, relações sociais. Em outras palavras, refletir o projeto de modernização social e seu alcance, na medida em que modernizar implica, em linhas gerais, mudanças radicais nos diversos modos de vida.

2.2 A Modernização do Nordeste Semi-Árido: Que projeto é esse?

Os conceitos de desenvolvimento, crescimento econômico e modernização sempre estiveram relacionados quando se trata de refletir acerca da sociedade capitalista, sua dinâmica e sua expansão.

O pensamento econômico neoclássico teve forte influência no processo de modernização brasileira, assumindo características muito específicas devido à peculiaridade da economia nacional e seu desenvolvimento, encontrando dessa forma pontos de convergência e de divergência com relação ao papel do Estado na economia - de um lado os que negam um mercado livre diante das condições de uma economia dita subdesenvolvida, e de outro os que defendem a liberdade de mercado como princípio fundamental.

De modo geral, quando os neoclássicos usam o termo “moderno” referem-se diretamente à utilização de tecnologias e inovações nas técnicas de produção, estando diretamente ligados à formulação de políticas públicas que reflitam tal pensamento, o que não é diferente quando se trata da agricultura (MONTENEGRO e SANTOS, 1994).

Em relação ao Nordeste do Brasil, para uma compreensão mais ampla do seu processo de modernização, é necessário remeter a estrutura produtiva que surgiu no século XIX, quando da decadência da produção agrícola desenvolvida na faixa litorânea. Nesse ínterim, o semi-árido, também conhecido como sertão, entra em cena tendo dois perfis: de um lado, a pecuária e o cultivo do algodão em grande escala pelos latifúndios, e, do outro, o cultivo de gêneros alimentícios pelo grande número de minifúndios, estes sendo compostos de trabalhadores vinculados às grandes fazendas e ao mesmo tempo assumindo o papel de produtores autônomos em nível de subsistência.

Nesse contexto, prevalece a tendência pelo aumento de uma produção agrícola comercializável, com o apoio de subsídios estatais e baseando-se na própria cultura local exportadora, em detrimento do incentivo a produção de gêneros alimentícios, provocando assim, o nascimento de uma estrutura que submeteria a região à ameaça de fomes periódicas. O exemplo da seca de 1877-79 que, provocando o descortinar de um Brasil “arcaico”, subdesenvolvido e, em alguns casos, anárquico, trouxe o governo para o centro

do conflito tornando-o fator decisivo na construção da conjuntura regional, fato muito pontual e que não acompanhou as diversas fases do desenvolvimento do país (Andrade, 1988).

Inicia-se assim, um amplo processo de modernização do Nordeste, no qual o Estado faz com que o ideal do moderno chegue tanto às cidades quando ao semi-árido rural nordestino e sua agricultura:

O Estado pode ser destacado como o grande agente protagonista desse movimento modernizador, através da concessão de recursos para a instalação e consolidação da industrialização no campo. As políticas públicas passaram a ser direcionadas para facilitar o processo de acumulação de capital na agricultura. Estas políticas tiveram, como base, o crédito rural de custeio e investimentos, com taxas de juros reais negativas, além de longos prazos de carência. A maior parte desses investimentos foi destinada aos grandes e médios produtores, transformando a terra em um ativo rentável para a mobilização de capital tanto como forma de angariar recursos como com fins especulativos (AQUINO E SANTOS, 2002).

O governo federal passa a desenvolver seu plano em duas vertentes: um projeto hídrico em favor da pecuária e, em instâncias últimas, da agricultura; e, um plano emergencial que impedisse os deslocamentos demográficos em função da seca, em fim, a ação governamental acaba por reforçar o *status quo* (FURTADO, 1989). Essas duas perspectivas criam por um lado, ações como as “frentes de trabalho” e, de outro, intervenções maiores como políticas públicas que dão origem a órgãos específicos de combate à seca, como quando da instauração do IOCS, do IFOCS e, posteriormente, do DNOCS, sem deixar de lado a importante ação da SUDENE.

Esses órgãos serviram como instrumento direto do projeto estatal de modernização para o Nordeste semi-árido. Baseado inicialmente na associação clima/desenvolvimento, o referido projeto agregou à estrutura hidráulica uma série de outras obras, como a das estradas (CARVALHO, 1988). A presença do Estado em localidades distantes seja por meio dessas obras ou pela instauração de órgãos públicos, permitiu as elites locais uma compreensão mais ampla da cultura e da economia

camponesa. Por outro lado, na medida que o DNOCS passa a ser controlado por técnicos ligados às oligarquias regionais, seu objetivo modernizador passa a ser desviado, ocorrendo a manipulação de verbas para interesses próprios, a exemplo da construção de açudes nos grandes latifúndios impedindo o acesso da população local.

A década de 1950 pode ser destacada como um divisor de águas no tocante a compreensão que se tinha do Nordeste e seu desenvolvimento. O foco inicial do governo federal em modernizar por meio da **infra-estrutura**, a exemplo da reorganização da agricultura do Vale do São Francisco acompanhado da produção de energia elétrica e da exploração de recursos minerais, acaba sendo abalado pela seca de 1952 (ANDRADE, 1988).

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)¹⁵, criado pelo governo Kubitschek, procurou desenvolver uma visão mais ampla acerca da região e sua crescente pobreza. Um dos questionamentos centrais girou em torno do porquê a região Nordeste já foi a mais desenvolvida durante o Brasil colônia e encontrava-se estagnada. A conclusão que se chegou é que sua atual condição não estava diretamente relacionada às peculiaridades climáticas (principalmente as do sertão), mas que uma série de distorções vinham ocorrendo em seu processo de desenvolvimento, principalmente quando se tem dados que comprovam que as populações das áreas úmidas eram mais pobres que as do semi-árido (ANDRADE, 1994).

A necessidade de uma reforma institucional no Nordeste foi um ponto de reflexão enfatizado pelo GTDN. A transformação na base econômica requer, segundo o grupo, um amplo processo de modernização das bases institucionais em função de um projeto sócio-econômico. Nesse pacote, a implantação de uma indústria e de uma agricultura

¹⁵ O GTDN foi influenciado pelo estudo desenvolvido pela Assessoria Econômica da Presidência da República – AEPR, publicado em novembro de 1953 sob o título de “Planejamento do Combate às Secas” (Santana, 1996: 73).

modernizadas estaria atrelada, também, à modernização do setor público tido como grande impulsionador de tudo (Santana, 1994).

O relatório desenvolvido pelo GTDN, intitulado *“Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”*, consta de quatro capítulos, sendo os três primeiros relativos ao diagnóstico do Nordeste e o quarto a proposta de um plano de ação.

Dentre os pontos apresentados no citado relatório, Lima (1994) destaca os seguintes:

- O crescimento/estagnação do Nordeste dependeu por muito tempo do setor externo, mercado voltado para exportação;
- A ação compensatória do Estado na melhoria do bem-estar social é importante na substituição desse mercado externo;
- É preciso empreender na diversificação econômica via industrialização (a monocultura de exportação limitou o mercado interno); e
- Simultaneamente à industrialização é necessário expandir também a fronteira agrícola e da irrigação.

Para o grupo a principal via de acesso a modernização e conseqüentemente ao desenvolvimento do Nordeste era a **industrialização**. A proposta central do grupo ia além do investimento em infra-estrutura como vinha fazendo o governo, o projeto de modernização da região muda de perspectiva na medida em que também visualiza uma certa autonomia da população local diante do amplo processo de desenvolvimento, algo que ia além do público atingindo principalmente as iniciativas individuais, aqui representadas pelo empresariado local.

Também como proposta do grupo é criada, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tendo como principais atribuições: **1.** A planificação regional; **2.** O controle dos investimentos do Governo Federal no Nordeste; **3.** Supervisionar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; **4.**

Supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos Federais ou Regionais; e, 5. Coordenação de programas de assistência técnica no Nordeste.

A SUDENE assume, durante seus primeiros anos de funcionamento, um amplo espaço no tocante a oferta de infra-estrutura, destacando-se frente ao projeto hídrico conduzido pelo DNOCS, demarcando assim, seu lugar como instituição promotora de uma modernização para o Nordeste. Porém, com o golpe militar de 1964, inicia-se um processo de desvio das razões para as quais a SUDENE foi criada (GOMES, 1994). O governo militar busca conduzir-se por caminhos opostos aos traçados pelo GTDN e a SUDENE, por exemplo, ao utilizar os subsídios em apoio à pecuária para o PROÁLCOOL, acabando por reforçar a estrutura fundiária da região ampliando, inclusive para o agreste, a produção da cana-de-açúcar, opondo-se a proposta de diversificação agropecuária do GTDN (ARAÚJO, 1994).

A proposta inicial de uma política de industrialização do Nordeste defendida pelo Grupo baseava-se no reconhecimento dos desníveis regionais de desenvolvimento, objetivando criar um sistema de “auto-propagação” por meio de duas estratégias: 1. Reorganizar as indústrias tradicionais da região e, 2. Modificar a estrutura industrial com a instalação da indústria de base. A industrialização do Nordeste acontece, mesmo timidamente, mas, os caminhos são diferentes dos planejados pelo GTDN: a industrialização ocorre por capital do Centro-Sul com o agravante de ser subsidiado pelo SUDENE - o capital privado termina por emigrar amplamente para outras regiões.

O papel do estado, principalmente depois do golpe militar, é determinante para o fracasso da SUDENE e do plano de ação do GTDN. O reformismo esbarra diretamente no arquivamento da proposta de uma mudança na estrutura fundiária. Nesse processo, pode-se perceber também que a própria política de desenvolvimento adotada pelo

governo agravava o problema (Santana, 1994), os mecanismos tributários diferenciados e sempre em favor do Sudeste-Sul acabavam por enfatizar as discrepâncias regionais, inibindo-se o processo de desenvolvimento do Nordeste. O governo ainda afirmava gastar mais na região do que arrecadava, o que, por meio de um olhar mais aprofundado, percebia-se que o referido gasto só aumentava na época de estiagem.

No Nordeste, como no resto do país, o Estado enquanto construía barragens para gerar energia, deslocava enormes contingências populacionais cuja sobrevivência era duramente afetada com a mudança. Enquanto patrocinava a modernização de novas atividades, promovia o desaparecimento de outras, como o fez com a pecuarização no agreste, inviabilizando a policultura e atingindo os pequenos produtores, que emigraram para as cidades, por exemplo. Enquanto subsidia fortemente a instalação no Nordeste de filiais dos grandes oligopólios industriais, realiza um modesto programa de apoio à micro e pequena empresa.

Enquanto promovia o crescimento da produção, destinava insuficientes recursos para a saúde, a educação, a habitação popular, o saneamento. A "dívida social" cresceu, enquanto o desempenho econômico do Nordeste acompanhava e até superava a média nacional. Mas essa foi a marca geral da ação do Estado brasileiro nas últimas décadas, em todo o país. (ARAÚJO, 1994:194)

Por outro lado percebe-se que o Estado ajudou a montar pólos de desenvolvimento que acabavam por conviver com estruturas locais decadentes, perdendo entre as décadas de 1980 e 1990 esse papel desenvolvimentista, seguindo a onda do neoliberalismo que vem se instaurando desde a década de 1970. O Nordeste, nesse movimento, não tem ficado muito atrás nas taxas de desenvolvimento, chegando em alguns momentos a superar as taxas nacionais (Quadro II).

Quadro II – Brasil e Nordeste: Taxas de crescimento do PIB - 1960/90

PERÍODOS	BRASIL	NORDESTE
1960-70	6,1	6,0
1970-80	8,7	8,7
1980-90	1,6	4,0
1960-66	4,6	5,2
1967-73	11,1	6,9
1974-80	6,7	7,4
1981-83	-1,4	2,9
1984-86	7,8	11,2
1987-89	1,6	2,6
1989-90	-4,0	-2,8

FONTE: BRASIL (IBGE) E NORDESTE (SUDENE)

A influência do governo sobre a SUDENE, e conseqüentemente sobre a não concretização dos planos do GTDN, atingiu diretamente o Nordeste, conduzindo um conjunto de políticas e intervenções que não tiveram impactos positivos sobre a região (ANDRADE, 1988). Como exemplo desse contexto temos o caso do *POLONORDESTE*, do *Projeto Sertanejo* e do *Projeto Nordeste*. O primeiro, baseado na teoria dos pólos de desenvolvimento, pretendia fortalecer os pequenos e médios produtores não conseguindo, porém, uma atuação inovadora tanto econômica como socialmente; o segundo, desenvolvido a partir da seca de 1970 e dentro de uma política assistencialista, visava transformar os pequenos negócios agrícolas em empresas voltadas para o mercado externo, o que provocou um aumento do capital do produtor mas uma profunda dependência em relação a produtos básicos oferecidos a preços elevados; já o último exemplo, visando levar crédito e assistência técnica ao pequeno e médio produtor, acabou fracassando devido ao gerenciamento político-ideológico conservador.

O GTDN foi de suma importância na construção de um projeto modernizador para o Nordeste, ampliando a visão sobre o processo de desenvolvimento da região, apesar de deixar de fora do seu diagnóstico a questão fundiária e a construção de novas institucionalidades. Depois dos quase 50 anos do seu relatório, várias das questões levantadas encontram-se ainda atualizadas e influenciando os discursos locais. Sua “doutrina” foi

(...) um grande sucesso pela influência que teve e continua tendo entre os acadêmicos e planejadores. As políticas que nela se fundamentaram, entretanto, não tiveram os frutos esperados. **Por outro lado** (grifo nosso), os paradigmas não se estabelecem apenas por causa do esforço intelectual ou político de um conjunto de pessoas. Resultam de um processo de transformação social que muitas vezes acontece à revelia dos governantes ou das elites intelectuais. Quando existe consciência, contudo, de que um processo de transformação social se encontra em andamento, é possível por meio de um amplo esforço intelectual, político e de participação, exercer influência sobre esse processo e explicitar, e até mesmo influenciar, o novo paradigma. (MAGALHÃES, 1995, p. 420)

Além da industrialização proposta pelo GTDN, a agricultura nordestina sempre esteve em foco quando se fala em modernização, principalmente por ser o Nordeste a região a possuir 50% da população rural do país (INCRA/FAO, 2000).

A visão que se tem da agricultura passa por duas fases na história moderna do Nordeste: 1. Final do século XIX e início do XX com a renovação do parque industrial nordestino ela é considerada um entrave ao progresso, principalmente por não fornecer matéria-prima suficiente para abastecer a indústria; e 2. A partir da década de 1960 ela passa a ser vista como mais uma alternativa no caminho do “progresso”, servindo principalmente como geradora de insumos para a indústria em crescimento e de alimentos ao país, consolidando-se mais uma vez a preferência por uma cultura extensiva nos moldes do agronegócio¹⁶(ANDRADE, 1979).

A introdução da agricultura no mundo moderno extrapola o nível de políticas públicas, tendo sua base na transformação das técnicas de produção, um discurso que tende a buscar uma resposta “técno-política” aos problemas sócio-políticos da agricultura (MONTENEGRO e SANTOS, 1994). Essa solução técno-política influenciou a criação de uma série de políticas públicas geradoras de iniciativas governamentais fomentadoras do projeto de modernização, dentre eles destaca-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965 com o objetivo de fornecer empréstimos para compra de equipamentos e insumos agrícolas. O SNCR beneficiou, sobretudo, os grandes e médios produtores rurais, causando em última instância, uma dependência tecnológica para com insumos industriais¹⁷, objetivo do já referido projeto modernizador que se instaura por definitivo na década de 1970.

¹⁶ Negócio agropecuário desenvolvido em grande escala.

¹⁷ A Revolução Verde marca esse período com a valorização da agricultura em larga escala e usuária assídua de insumos químicos industriais.

A agricultura brasileira, e conseqüentemente o semi-árido nordestino, com uma tradição de monocultura extensiva de exportação, vê-se agora, principalmente com o aumento demográfico das cidades acompanhado das duas crises de abastecimento ocorridas durante os períodos de 1951-54 e de 1958-59, como responsável pela segurança alimentar do país, além de continuar com seu papel de geradora de divisas, acumulação de capital e fornecedora de mão-de-obra.

Os efeitos desse processo são diversos, principalmente quando pensamos a estrutura fundiária do Nordeste desde o Instituto das Sesmarias¹⁸, bem como ao constatarmos que as políticas governamentais excluem os pequenos produtores e que:

(...) com a consolidação do modo de produção capitalista, no campo brasileiro, ocorre um processo de separação do trabalhador de seus meios de produção. Estabelece-se assim, a subjugação real do trabalhador ao capital. Os trabalhadores passam a ser substituídos por máquinas e outros insumos industriais, passando a ser marginalizados e ter suas condições de trabalho precarizadas. (AQUINO e SANTOS, 2002, p.138)

Andrade (1998) afirma que o fato mais importante no meio rural é representado justamente por essa contínua proletarização do trabalhador rural que, agregado ao avanço do modo de produção capitalista no campo, processando-se graças às facilidades de financiamento às grandes propriedades com expansão horizontal das culturas, fazendo desaparecer as pequenas áreas cultivadas pelos trabalhadores sem terras. Dessa forma, as políticas de modernização agrária no Nordeste semi-árido voltam-se à produção em larga escala como a mais rentável, somando-se a proletarização do trabalhador rural como única alternativa viável, em detrimento de uma agricultura camponesa baseada na pequena propriedade familiar e multifuncional.

¹⁸ O Instituto das Sesmarias, através do qual se doavam terras a colonos a fim de que as cultivassem, e que em Portugal foi muito útil para retirar das mãos dos nobres latifundiários grandes áreas que possuíam condições de produzir e que se encontravam ociosas, não teve, no Brasil, igual utilidade, na medida em que as terras eram cedidas a parentes de amigos da nobreza portuguesa (ANDRADE, 1979, p.20).

O processo acima tem como reforço direto à alta concentração de terras que, no caso do semi-árido nordestino, já foi definida a partir do período colonial e encontra-se ainda hoje em ampla expansão. Essa estrutura fundiária é o elemento central quando se trata de pensar o desenvolvimento no semi-árido, pois, diferentemente do que o discurso hegemônico difunde, não é clima o fator determinante da atual condição sócio-econômica dessa região, mas, a referida estrutura que é responsável pela vulnerabilidade à seca, a qual perde seu estatuto apenas de fenômeno climático e assume também sua faceta social.

Esse projeto de modernização é excludente em sua raiz, não permite o acesso a terra, ao crédito, portanto, ao desenvolvimento equitativo da sociedade rural. Em linhas gerais, não tem proporcionado melhorias das condições de vida no campo nem aumentado, com isso, as possibilidades de permanência do homem no meio, mas, por outro lado, tem incentivado o empobrecimento dessa sociedade e a degradação do meio ambiente.

2.3 A terceira via de modernização do Nordeste rural semi-árido: o PEASA na expansão de um novo modelo.

O desenvolvimento no Nordeste é marcado por vários modelos de modernização, como descrito acima, destacando-se o papel do governo com o investimento em infra-estrutura e posteriormente na industrialização como alternativa apregoada pelo GTDN. A partir da década de 1990 uma maneira diferente de visualizar o desenvolvimento da região emerge juntamente com o discurso de “convivência com o semi-árido”: o desenvolvimento localizado com investimento em capital social, na valorização da qualidade de vida e na inclusão social.

Esse novo cenário serve como pano de fundo para o surgimento do PEASA. Um programa de extensão criado para promover um desenvolvimento localizado para o semi-árido, dentro de uma perspectiva de investimento no potencial produtivo via implantação da lógica do *agribusiness*.

O diagnóstico que o PEASA faz do semi-árido lhe serve de justificativa para implementação de um amplo projeto de racionalização das estruturas sociais e produtivas. Segundo esse diagnóstico a região semi-árida aparece estagnada pela falta de sinergia, organização política, tecnologia e pouca mobilidade social, estando fadada ao subdesenvolvimento. Um diagnóstico muito próximo ao realizado pelo GTDN:

A fazenda das áreas mais áridas do Nordeste não contou com um estoque inicial de técnicas agrícolas e, sendo uma constelação de minifúndios, sem nenhuma capacidade de acumulação (...) fechou todas as portas ao investimento no fator humano, o que explica sua estagnação secular (...) A passividade da população, sua inaptidão para organizar-se na ação política, seu profundo sentimento de insegurança, levando-a a buscar proteção, contribuíram para implantar o imobilismo social e a estagnação econômica. A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste. (FURTADO, 1989,p.23).

O PEASA chega a conclusões quase idênticas as do GTDN, porém, sua proposta já não se direciona à demanda por industrialização da região. Ele segue a linha que o próprio DNCS (antes adepto do “combate à seca” e do investimento em infra-estrutura), passa a seguir: a convivência com o semi-árido. Conviver significa, nesse processo, uma mudança de comportamento tido como vulnerável, diminuindo o risco às adversidades que a inevitabilidade do clima provoca.

As mudanças de comportamento implicam aqui em modernização que, para o programa, estaria atrelada a um amplo processo de racionalização das estruturas produtivas e sociais. Esse processo é aplicado através do *agribusiness* voltado a construção do empreendimento comunitário, o qual é desenvolvido a partir das vocações produtivas locais e de uma produção especializada.

Em linhas gerais, o PEASA segue um modelo de modernização para o semi-árido influenciado por uma série de características: a perspectiva de convivência com o semi-árido; a produção de tecnologia social; a racionalização das estruturas produtivas e sociais e a prática do empreendedorismo comunitário; refletindo um tipo de desenvolvimento localizado e modernizador. Essas e outras características do programa serão discutidas e aprofundadas nos capítulos que seguem.

CAPÍTULO 3

O Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA): uma experiência de extensão universitária.

A preocupação em atender as demandas sociais como resposta aos investimentos feitos na universidade, não foi uma necessidade que sempre acompanhou a história desta instituição. Antes do movimento de democratização, a universidade servia exclusivamente a elite, formando os líderes que iriam comandar a sociedade, reproduzindo uma instituição voltada para dentro.

A partir de um complexo processo de abertura, que a princípio incluía apenas o ensino, a extensão universitária passa também a servir como instrumento de democratização da universidade assumindo, enquanto terceira força ao lado do ensino e da pesquisa, o papel de transmissora do conhecimento, prestadora de serviços e/ou intervencionista.

Nos EUA, já a partir de 1860, essa idéia de funcionalidade da academia expressava-se por meio da chamada *extensão cooperativa* ou *rural* e *extensão em geral*, marcando um desejo de ilustrar os populares a partir da prestação de serviços enquanto esforços do Estado.

No Brasil a antiga Universidade de São Paulo, em 1911, aparece como pioneira no desenvolvimento da extensão universitária. Encontrando-se ligada à Universidade Popular objetivou a promoção de cursos e debates abertos que, por outro lado, apresentavam temas discrepantes com relação a realidade social.

Na América Latina a extensão é marcada por sua intensa relação com os movimentos populares, a exemplo do movimento de Córdoba em 1918, buscando uma

relação universidade/social operacionalizada por uma extensão que promova a difusão da cultura (Ribeiro, 2000).

A extensão universitária brasileira acaba, portanto, por abarcar grande influência tanto das universidades populares européias - que objetivam disseminar o conhecimento produzido entre o povo, quanto da extensão americana - voltada à prestação de serviços.

Um modelo que inclui a transmissão de conhecimento, a prestação de serviços e um tipo de intervenção que almeja mudar o contexto social é o que vem sendo praticado pelo PEASA¹⁹. O referido programa, ao trabalhar a produção de tecnologia social, a consultoria como prestação de serviço e as capacitações como disseminação de conhecimento acadêmico, busca construir um modelo intervencionista muito peculiar, um modelo misto de extensão universitária voltado para uma intervenção direta no contexto social.

Ao desenvolver a perspectiva de extensão universitária desenvolvida pelo PEASA através de uma análise geral sobre extensão universitária, buscaremos apresentar também no presente capítulo o momento histórico que serve de ponto de partida para a elaboração e implementação de seus projetos, passando, principalmente, por uma análise de sua metodologia.

3.1 Extensão Universitária: a academia na construção do desenvolvimento social

A idéia que se tinha de universidade por volta da década de 1940, dentro de uma tradição ligada à ideologia alemã aqui representada por Karl Jaspers (*apud* SANTOS,

¹⁹ Apesar de manter um vínculo direto com a Pro-Reitoria de Extensão da UFCG, não estando diretamente ligado a nenhum curso de graduação ou pós-graduação, o PEASA tem sido dirigido e influenciado diretamente pelos cursos do Centro de Ciência e Tecnologia – CCT, a exemplo de Engenharia Agrícola.

1996), voltava-se para uma missão tida como “eterna”, na qual a universidade era um espaço onde uma determinada época podia cultivar a “lúcida consciência de si própria” dentro de uma concessão cedida pelo Estado e pela sociedade, tendo seus membros o objetivo único de buscar a verdade somente por amor à verdade. As críticas relacionadas a esse pensamento não iam muito longe, destacando como papéis da universidade a transmissão de cultura, o ensino de profissões, a investigação científica e a educação de novos homens de ciência (SANTOS, 1996).

O apelo a uma maior funcionalidade da academia vem acompanhado, a partir da década de 1960, pelo movimento de “democratização”, quando se percebe que diversas pressões sociais acabam por abalar essa “imutabilidade” dos objetivos da universidade, passando a vigorar como seus fins principais o ensino, a investigação e a prestação de serviços (SANTOS, 1996). Na prática esse processo pode ser percebido no contexto da Europa, da qual destacamos o exemplo da Itália que, em 1969, criou por lei um modelo ainda hoje vigente que ficou conhecido como *universidade aberta ou de massa*, ampliando em grande número o acesso de alguns estudantes que, em raras exceções, adentravam à universidade sem exame seletivo; refletindo também, nos EUA, através da prestação de serviços tanto no meio urbano como no rural.

(...) o apelo à prática, teve, a partir dos anos sessenta, uma outra vertente, de orientação social e política, que consistiu na inovação da “responsabilidade social da universidade” perante os problemas do mundo contemporâneo, uma responsabilidade raramente assumida no passado, apesar da presença crescente desses problemas e apesar da universidade ter acumulado sobre eles conhecimentos preciosos. (SANTOS, 1996, p. 205)

Esse apelo por uma prática que refletisse a vivência de uma responsabilidade social concretiza-se por vias diversas, dentre elas destaca-se a **Extensão Universitária** que, geralmente, é citada como a terceira “força”, ao lado do ensino e da pesquisa. Estimulada a partir dessas experiências americanas e européias, essa “nova” função social da universidade expressa-se inicialmente pela prestação de serviços, na qual, atenta-se

para a necessidade de uma relação mais profunda entre universidade e sociedade, antes realizada exclusivamente por meio do ensino e da pesquisa. Porém, essa possibilidade de concretização do conhecimento produzido academicamente, partia ainda de um campo ideológico, propondo sempre ações que partiam unilateralmente da universidade, desconsiderando-se, por outro lado, que “(...) *as diferenciações do ‘tecido social’, composto de várias classes, interesses, perspectivas, saberes, parecem surgir, nessa relação sociedade-universidade, ações sobre a própria universidade*” (MELO NETO, 1996, p.10).

No Brasil, já em 1922, era desenvolvida pela Escola Agrícola de Lavras a produção do jornal *O Agricultor*, instrumento de disseminação de informações técnicas objetivando influir no “aproveitamento inteligente” das riquezas naturais, com interação direta com seus leitores a partir da secção de cartas-resposta. Seguindo essa perspectiva, em 1926, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais, oferece assistência técnica aos agricultores (NOGUEIRA, 2005).

A importância desses acontecimentos passa pela revelação de um interesse por parte da população desprovida em elevar-se “culturalmente” faltando, porém, maior organicidade filosófica e centralização cultural por parte dos extensionistas. Nessa interação Gramsci (*apud* MELO NETO, 1996, p.10) afirma que “(...) *tinha-se a impressão de que eles se assemelhavam aos primeiros contatos entre mercadores ingleses e os negros africanos: trocavam berloques por pepitas de ouro*”. Em outras palavras, esse “servir”, além de ser a transmissão de um saber dominante, permitia uma maior compreensão do modo de vida da classe trabalhadora.

A partir dessa influência europeia diversas compreensões foram desenvolvidas sobre extensão universitária no decorrer da história acadêmica brasileira. Oficialmente ela aparece como **função supletiva** no Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931, do Estatuto

das Universidades, tendo como ponto central a difusão de conhecimentos úteis a sociedade²⁰, construindo-se a idéia de que “(...) a universidade deve exercer influência sobre a sociedade, elevando o nível de cultura do povo, e a extensão é o mecanismo através do qual isso se processará”. (NOGUEIRA, 2005, p.18)

O movimento estudantil da década de 1960 nos serve de referência em relação as reivindicações acerca da intervenção social da universidade, influenciando o desenvolvimento de um tipo de “intervencionismo moderado”, representado pela idéia de *multiversidade* teorizada por Clark Kerr (*apud* SOUSA, 1996) a partir de 1963. O conceito de *multiversidade* apóia-se na longa tradição das *land-grant universities*, traduzindo-se em uma universidade funcionalizada, abarcando serviços públicos arraigados às solicitações das diversas agências financiadoras, estatais ou não.

No Brasil, especificamente no período de 1960/64, o movimento estudantil articulado pela União Nacional dos Estudantes – UNE realizou um amplo processo de atividade extensionista, com a peculiaridade de não manter vínculos diretos e oficiais com a academia. Esse tipo de extensão objetivou ampliar a troca de experiências entre as diversas áreas do conhecimento e a sociedade. A UNE chega a desenvolver propostas direcionadas à Reforma Universitária, a exemplo do que aparece em documentos como a *Declaração da Bahia*,

(...) documento do I Seminário de Reforma Universitária, realizado em Salvador, em maio de 1961, no item que define as diretrizes para a reforma no Compromisso com as Classes Trabalhadoras e com o Povo, recomenda dentre outros aspectos: abrir a universidade para o povo, através da criação de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos ou as próprias faculdades para a realização de cursos de alfabetização de adultos, de mestre-de-obras nas Escolas de Engenharia, para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promove-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhanças de fábricas e bairros operários. (...) O documento recomenda que as medidas não tenham caráter paternalista, pois é necessário.

²⁰ Art. 42 (Parágrafo 1º) - A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizadas pelos diversos institutos da Universidade com prévia autorização do Conselho Universitário.

sobretudo, despertar a consciência popular para os direitos”. (NOGUEIRA, 2005, p.21)

A dissolução da UNE ocorre com o golpe militar de 1964, porém, o governo aproveita algumas idéias desenvolvidas pelo movimento estudantil, a exemplo da institucionalização da extensão universitária, realizando ainda a incorporação de uma atuação assistencialista agregada às questões de desenvolvimento e segurança nacionais (NOGUEIRA, 2005). Em 1965 é organizado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), buscando desenvolver discussões que giram em torno da idéia de interligação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo esta última vista como “desdobramento natural da atividade didática”²¹.

Em 1968, com a instauração da Lei Básica de Reforma Universitária Nº5.540, tem-se a elaboração da primeira política de extensão universitária no Brasil, mesmo esta lei fazendo apenas uma rápida referencia a extensão em seus Artigos 20 e 40²². O governo então trabalha no desenvolvimento do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e no Projeto Randon. O CRUTAC assume uma postura desenvolvimentista, refletindo a ideologia do Estado militar e servindo-lhe como mecanismo que ajudou a desviar o olhar sobre os reais problemas do país, contribuindo ainda para uma visão de universidade como ponte de acesso ao mundo “civilizado”. O Projeto Randon, por outro lado, instituído pelo Decreto Nº 62.927 de 23 de julho de 1968, incentivou a aproximação dos estudantes para com o governo, o qual pregava um modelo de educação ligado diretamente a segurança nacional. A princípio, o referido projeto recrutou os estudantes sem participação das instituições, o que posteriormente foi mudado

²¹ Diretrizes da Extensão Universitária, Seminário realizado em Fortaleza em 1972.

²² Art – 20 As universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.
Art – 40 a) As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento (NOGUEIRA, 2005).

com a criação dos Campi Avançados, os quais deram possibilidade de continuidade ao projeto, sendo implantados 22 campi em cinco anos de criação. O Randon é instinto em 1989, tendo seus Campi Avançados assumidos pelas universidades locais, as quais acabam com destituí-los de seu caráter extensionista, dando ênfase a formação (NOGUEIRA, 2005).

Até a criação e grande parte da execução dos projetos acima o Ministério da Educação e Cultura não tinha assumido uma responsabilidade direta sobre a extensão universitária. Nesse ínterim, divulga-se em 1975 o **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**, trazendo a compreensão de extensão como:

A forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. (NOGUEIRA, 2005, p.33)

A década de 1990 é o momento histórico de realização do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o qual atua junto com o MEC na elaboração de 2 políticas de extensão universitária, o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE e o Plano Nacional de Extensão Universitária. A primeira versão do Plano é elaborada em 1998, tendo a versão definitiva só em dezembro de 1999. Alguns avanços já são percebidos dentro das metas do plano, dentre eles está a criação do Sistema Nacional de Informações de Extensão Universitária – SIEXBRASIL coordenada pela Rede Nacional de Extensão – RENEX.

Atualmente, a extensão praticada no Brasil segue as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, tendo como foco atender às demandas da população mais desprovida. Dentro dessa perspectiva o conceito de extensão universitária que o Plano Nacional traz é o seguinte:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação

transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, 2001, p. 05)

No geral, a extensão é vista no Brasil como a Terceira força, juntamente com o ensino e a pesquisa respectivamente, podendo apresentar-se como difusora de cultura, prestadora de serviço ou interventora. Por outro lado, diversas críticas são levantadas quando da classificação da extensão universitária como a terceira força, função ou pilastra, tendo como objetivo central sanar o vazio presente na relação das outras funções com a população em geral. Mesmo diante da tentativa de indissociabilidade com a Lei 9.394/96 da Educação Nacional, fato também previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 207), a compreensão da Extensão Universitária enquanto função continuará colocando-a num lugar isolado dentro da estrutura universitária, desenvolvendo um contato diferenciado para com as “outras funções”. Nessa perspectiva, a extensão não contribuiria na promoção da democratização universitária, acabando por justificar,

(...) o lado elitista do ensino e da pesquisa ou eximindo quem realiza essas atividades da responsabilidade de vinculá-las às demandas sociais. Batomé chama atenção para uma questão relevante: ‘desde sua gênese, a extensão universitária parece ser uma compensação pelo ensino aliciado e pela pesquisa descomprometida com a realidade social. (MICHELOTTO, 2005, p. 08)

A crítica acima vislumbra uma filosofia de ação em detrimento de um papel funcional, provavelmente buscando a construção de uma universidade totalmente voltada para o social, uma universidade toda “estendida” (ROCHA *apud* MICHELOTTO, 2005). Essa perspectiva amplia o papel da extensão como inerente a toda universidade,

considerando-se, inclusive, que a estrutura social também emite ações sobre ela. Em outras palavras, coloca-se no bojo das discussões o “dever” da universidade atender as demandas sociais como forma de um retorno, quase que obrigatório, dos investimentos realizados pela sociedade na academia, buscando, ainda, distanciar-se de um modelo de ação extensionista que seja sinônimo de assistencialismo.

A extensão é compreendida por outro lado, embora essa compreensão seja pouco operacionalizada, enquanto prática que objetiva interligar a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas sociais, possibilitando a formação acima de tudo do profissional cidadão. Dessa forma, de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, busca-se pensar e consolidar a prática da extensão a partir da constante busca do equilíbrio entre as demandas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico (MEC, 2001). O referido plano reafirma a extensão universitária como processo acadêmico essencial na qualificação do professor, na formação do aluno e no intercâmbio com a sociedade, implicando em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais, tendo dessa forma os seguintes princípios básicos:

- A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- A universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado a ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- A universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

- A ação cidadã da universidade não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Em linhas gerais, poderíamos pensar a extensão universitária enquanto demanda que emerge atrelada a um anseio da própria universidade em “mostrar serviço” de um lado, e também, compreender a realidade social, por outro lado, através desse contato direto com a estrutura social. As demandas sociais, nesse contexto, ficariam, em sua maioria, atreladas a uma ação controlada por um pensar acadêmico hegemônico, o que ocorre na grande maioria dos casos.

3.1.1. Extensão Rural: a lógica da difusão tecnológica.

A extensão universitária, como mostrado acima, tem suas origens também atreladas à algumas práticas de extensão rural, a qual, passa logo em seguida, para a categoria de modalidade ou tipo de extensão. Dessa forma, agregada à idéia de assessoria, a extensão rural surge nos EUA em 1914, influenciada diretamente pelo modelo de

serviço público voltado ao desenvolvimento da agricultura e do meio rural criado no Japão em 1893.

No Brasil, apensar da realização de algumas experiências já virem sendo feitas em 1948, a expressão Extensão Rural (ER) só passa a ser usada a partir de 1952, abarcando atividades agronômicas e sociais realizadas pelos serviços públicos, tendo como foco a transferência de conhecimento e de tecnologia para o meio rural.

O modelo de ER instaurado no Brasil é claramente de influência norte-americana, enfocando a busca pela superação do “atraso” no campo, de acordo com a idéia vigente de desenvolvimento agregado à inovação tecnológica e à modernização, por meio de um processo educativo que alterasse a mentalidade do camponês, o que facilitaria a modernização da agricultura. No período de 1948 a 1960, a função do extensionista “(...) *era ajudar as pessoas a aprender a pensar sobre os seus próprios problemas e as formas de resolvê-los ou ajudá-los a ajudar a si mesmos*”. (SIDERSKY, 2002, p. 02)

A partir da década de 1960, a perspectiva da ER muda, a produção e a produtividade entram em jogo como caminhos únicos no melhoramento das condições de vida da população rural. Com o Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-78), a ER passa a fazer parte de uma política pública, mantendo-se o caráter educativo principalmente no sentido de motivar a adoção de práticas modernizantes dentro da chamada “*pedagogia tecnicista*” (CAPORAL *apud* SIDERSKY, 2002), posteriormente batizada de Transferência de Tecnologia (TdT), refletindo, enfim, um modelo estabelecido e oficializado de ER,

“(...) centrado na transferência de informações, práticas e idéias geradas fora das comunidades, as quais eram difundidas por meio de métodos de comunicação e ensino caracterizados pelo formato de ‘cima para baixo’ e que foram estudados para vencerem as barreiras psicológicas e sociais dos indivíduos que tomam decisões” (SIDERSKY, 2002, p. 04).

A chamada **Revolução Verde** pode ser caracterizada, nesse contexto, como um movimento amplamente influenciado por esse modelo de ER, a qual incita, posteriormente, críticas consistentes a respeito de sua eficácia principalmente em relação a transferência de técnicas e conhecimentos que desvalorizam o local e ignoram o debate em torno do impacto ambiental proveniente de suas práticas. A partir da década de 1970 essas críticas ao modelo de TdT vem produzindo a busca por alternativas, a exemplo das discussões trazidas pelo Ecodesenvolvimento e posteriormente pelo Desenvolvimento Sustentável que consideram a importância dos atores locais, suas ações e suas tradições.

No caminho dessas discussões, surgem novos enfoques a partir das décadas de 1980 e 1990, a exemplo das abordagens nomeadas de *Agricultor Primeiro e Último* e de *Campesinato e Campesino*²³, o que produziu, por um lado, um perfil de extensionista baseado no desenvolvimento de múltiplos papéis e, por outro, um perfil de agricultor como agente do desenvolvimento e da difusão de inovações, agregado ao fortalecimento das organizações sociais, o estímulo a liderança e a capacitação para a transformação (Sidersky, 2002). Entretanto, mesmo essas abordagens trazendo à tona novamente a questão da equidade social que esteve presente, pelo menos em parte, nos primórdios da ER, não conseguem influenciar no Brasil os diversos órgãos de extensão rural, a exemplo da EMATER.

3.2 O PEASA como programa de extensão: da constituição a proposta de intervenção.

O PEASA é um programa de extensão universitária que direciona suas atividades para o meio rural, especificamente o semi-árido paraibano, mantendo uma

²³ Movimento similar ao chamado “Extensão liderada pelos agricultores” (*Farmer-Led Extension*) (SIDERSKY, 2002).

ligação direta com a extensão rural e os diversos órgãos que a representam no Brasil. Porém, mesmo mantendo uma tradição metodológica baseada na TdT, volta-se também as questões que vão além da agropecuária, como a prestação de serviço. A extensão universitária desenvolvida pelo PEASA é de cunho intervencionista, a qual busca mudar a realidade social através da promoção do desenvolvimento local.

A compreensão do PEASA enquanto programa de extensão passa diretamente pelos antecedentes acadêmicos que lhe servem de base. Em 1984 a UFPB passou a fazer parte do grupo de universidades que compuseram o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE), conveniado ao CNPq e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)²⁴ durando 10 anos (1984/1994), sendo composto por dois sub-programas – **Pesquisa** (desenvolvimento de pesquisas relativas ao Semi-Árido) e **Extensão** (GAT - Geração e Adaptação de Tecnologias para produtores de baixa renda). O referido programa objetivou aumentar em qualidade e quantidade as pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelas universidades nordestinas, tendo como foco o semi-árido, desenvolvendo, para tanto, tecnologias adaptadas e apropriadas ao combate aos efeitos da seca.

O programa criou toda uma base de dados por meio do desenvolvimento de 40 projetos de pesquisa através do Sub-Programa de Pesquisa, contemplando as áreas de Agricultura de Sequeiro, Recursos Hídricos, Plantas Xerófilas, Produção Animal, Recursos Pesqueiros, Solos, Energia não Convencional, Agroindústria, Educação Rural, Estudos Sócio-Econômicos e Produção Vegetal. Apoiou e financiou também, com recursos do convênio, bolsas de estágio, graduação e pós-graduação, possibilitando também o investimento em obras, equipamentos e veículos na ordem de dois milhões de dólares (SUEP, 1991).

²⁴ Informativo SUEP/UFPB, n ° 08, janeiro de 1991.

O GAT a partir do Sub-Programa Extensão, constituiu a etapa de difusão controlada dos resultados de pesquisa, coordenando a instalação de quatro núcleos na Paraíba (Boqueirão, Pombal, Sousa e Picuí). Cada um desses núcleos atendeu a cinco propriedades, as quais serviram de modelos a partir da implantação de *módulos de exploração agropecuária* (caprinocultura, ovinocultura, apicultura, avicultura, suinocultura, agricultura de sequeiro, reflorestamento, irrigação e forragicultura).

Seguindo a marcha discursiva da década de 1980 (“combate à seca”), o PDCT direcionou sua intervenção para questões de transferência de tecnologias adaptadas, analisando sob problemas técnicos todas as questões sociais que envolvem a realidade do semi-árido. Em 1989 o programa realiza uma avaliação do GAT (Quadro III) incluindo os núcleos da Paraíba (Quadro IV, página seguinte) executados pela Sub-Unidade de Execução de Programa (SUEP), o que nos dá uma visão geral dos temas trabalhados e do enfoque dado a questão do desenvolvimento regional.

QUADRO III – Desempenho técnico do PDCT por módulo e por universidade

SUEP'S						
MÓDULOS	FUFPI	UFC	ESAM	UFPB	UFRPE	TOTAL
Irrigação	40	79	75	100	83	75
Sequeiro	85	84	75	100	87	86
Caprinocultura	57	67	42	92	73	68
Ovinocultura	100	74	100	92	-	92
Apicultura	100	73	44	-	83	78
Psicultura	-	80	-	100	100	90
Reflorestamento	100	100	100	37	37	87
Biogás	-	80	-	100	100	90
Avicultura	-	-	0	33	33	32
Suinocultura	-	-	-	40	40	70
Forragicultura	-	-	-	-	-	80
TOTAL	80	80	62	92	71	77

Fonte: SUEP/UFPB

QUADRO IV – Situação dos módulos do sub-programa GAT/Paraíba

Núcleos	Municípios	Módulo
Souza	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Souza ▪ Cajazeiras ▪ Nazarezinho 	Caprinocultura; Irrigação; Forragicultura; Sequeiro; Apicultura; Ovinocultura; Avicultura.
Boqueirão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Boqueirão ▪ Cabaceiras 	Sequeiro; Irrigação; Caprinocultura; Suinocultura; Caprinocultura; Reflorestamento; Ovinocultura.
Pombal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pombal ▪ Catolé do Rocha ▪ Paulista ▪ Condado 	Irrigação; Sequeiro; Ovinocultura; Avicultura; Reflorestamento; Apicultura.
Picuí	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Picuí ▪ Frei Martinho ▪ Nova Palmeira ▪ Barra de Santa Rosa 	Irrigação; Sequeiro; Ovinocultura; Avicultura; Reflorestamento; Apicultura; Caprinocultura; Forragicultura.

Fonte: SUEP/UFCG

Muitas críticas foram feitas a partir do alto custo agregado ao pequeno número de propriedades atendidas pelo GAT e o alto investimento em pesquisas, fato rechaçado pela equipe responsável e expresso em um ofício encaminhado pelo então gerente da SUEP, Hamilton Medeiros de Azevedo:

“(...) esta é uma visão estreita dos benefícios do GAT, de uma vez que não considera aspectos importantes como”:

- Os resultados obtidos através da monitoração e que servirão de base para novas ações governamentais;
- Municiamento dos órgãos de extensão com os resultados técnicos, econômicos e sociais para divulgação ampla junto aos agricultores;
- Treinamento de agricultores em serviço;
- Divulgação de Tecnologias junto às comunidades rurais através de dias de campo, palestras, apresentação de vídeos e reuniões técnicas;
- Estágio para estudantes de graduação e nível médio;
- Envolvimento de grupos de jovens das comunidades rurais, em torno das técnicas alternativas para o desenvolvimento local;
- Utilização das propriedades para visitas técnicas de professores e alunos do 1º e 2º graus das escolas rurais.

Some-se a tudo isso, o fato do Sub-Programa está possibilitando às universidades nordestinas conviverem e atuarem técnico-cientificamente junto ao pequeno produtor rural do Semi-Árido, região onde o subdesenvolvimento, a fome, a desnutrição, o analfabetismo e a baixa condição de vida, ocupam índices alarmantes e vergonhosos para a 8ª economia do mundo”. (OF/SUEP/UFPB/No. 027/91, Campina Grande, 04 de Julho de 1991)

A tentativa de justificar as críticas sobre os altos investimentos monetários do GAT, realizada pelo gerente da SUEP, passa a imagem de um processo, no qual, os frutos

externos parecem mais importantes que àqueles colhidos internamente pelos maiores interessados, os agricultores.

Ao se finalizar os recursos do CNPq e do BID as universidades envolvidas com o PDCT/NE (UFPB, UFPE, a Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM e a UFCE que na época ainda possuía status de Fundação) mantiveram os núcleos de ação formados pelo PDCT, as SUEP's. No caso da UFPB, a SUEP possuía na época um orçamento maior do que o da própria universidade, investindo consideravelmente nos campi do interior. Em 1994, com o reitorado de Neroaldo Pontes Azevedo e fim definitivo do PDCT/NE, a SUEP foi ameaçada de fechamento e seus bens de serem distribuídos com os diversos grupos interessados dentro da universidade. Em oposição a tal decisão, ai destaca-se a figura do professor doutor Hamilton Medeiros de Azevedo, o último coordenador do Programa, partindo-se para um longo diálogo levantando-se as contribuições já realizadas e as que porventura ainda poderiam se realizar.

A partir desse amplo processo de discussão decide-se manter uma linha de pesquisa e extensão tecnológica voltada pra o semi-árido, substituindo-se o PDCT e não deixando sem resposta o convênio BID/CNPq. O Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido surge em 1994 com essa missão, dando continuidade a proposta, mas, por outro lado, assumindo uma perspectiva metodológica um pouco diferente.

(...) o PDCT focou o programa na pesquisa e pesquisa é muito caro, então foi muito recurso, eram grupos diversos de pesquisa na universidade, então, até pra gerir um programa desse era muito complexo porque você avaliar esses 40 projetos distribuídos de Areia até Cajazeiras (...) Campina Grande tinha um maior número de projetos, mas cada projeto desses tinha uma atuação no semi-árido em ações localizadas (Cariri, Sertão, Curimataú) tinha projeto em todo canto, tinha um pessoal de Areia, tinha um pessoal de João Pessoa, eram 40 projetos, Campina Grande tivesse talvez 20 projetos e o outros 20 distribuídos em outros cantos, nos outros campi da universidade. E ai o PEASA surgiu sem nenhum recurso, com um orçamento mínimo da universidade, que na época o orçamento inicial que o professor Neroaldo liberou pra gente foi uma coisa minúscula e a gente teve que buscar novos projetos, novas parcerias, então a gente chegou a conclusão o seguinte: que apoiar novos projetos de pesquisa na versão anterior era inviável, era impossível (...) Então no bojo do PEASA a gente viu a importância da sociologia, a importância de uma gestão voltada para a extensão tecnológica junto às comunidades rurais e um programa que

não envolvesse só a parte de tecnologia mas que envolvesse toda parte sócio, econômica, cultural, saúde, educação, então a gente tentou criar pequenos núcleos de apoio ao PEASA nesse sentido. O programa começou muito bonito (...) porque tinha representatividade dos diversos campi da universidade, nós fazíamos reuniões plenárias do programa (...) só que isso começou a custar muito caro e a universidade começou a entrar em crise e a gente não conseguia mais fazer essas reuniões porque eram 15...14 representantes que se deslocavam dos centros para a uma determinada cidade e isso tinha um custo muito alto de diária e o PEASA começou a não conseguir mais bancar isso, os centros também não tinham nem recursos para combustível, toda aquela fase crítica que a universidade passou sem recurso (...) ao final de 97 um projeto pré aprovado pelo CNPq, que foi exatamente o projeto das unidades de produção agroindustrial, faltava somente eles atrelarem esse projeto ao um grande programa do governo do estado, chamado Programa Paraibano de Tecnologias Apropriadas (PPTA), porque o CNPq achou prudente não liberar esse projeto pra gente isoladamente e sim atrelar ou vincular nosso projeto a esse programa PPTA, o que foi muito ruim porque a gente ficou atrelado a uma coordenação em João Pessoa e isso causou muitos problemas pra gente. (Coordenador geral do PEASA, entrevista concedida em 04 de Abril de 2006)

O PEASA tem, portanto, como objetivo geral realizar estudos e intervenções relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à temática do semi-árido paraibano. Em outras palavras, visa “(...) *contribuir para o desenvolvimento do semi-árido através dos meios e competências inerentes à universidade (...) a produção e a difusão de conhecimentos apropriados à região que possam ter sobre esta, efeitos dinamizadores*” (ARAÚJO, 1996, p.169).

Os objetivos de constituição do PEASA, em âmbito geral, centram-se nos seguintes pontos:

1. Inserir a UFCG²⁵ e demais organismos de pesquisa na realidade das comunidades do semi-árido, facilitando o cumprimento de seu papel como agente de desenvolvimento;
2. Promover o desenvolvimento sustentável (economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo) da sociedade do semi-árido; e
3. Desenvolver a capacidade de produção dos meios de sobrevivência, aumentando a competitividade da produção (ARAÚJO, 1996).

²⁵ A partir de 2002, com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, os campi de Campina Grande, Patos, Souza e Cajazeiras passam a constituir a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sigla que passaremos a utilizar a partir de agora.

Outras possibilidades de abrangência apontadas pelo programa pretendem direcionar suas ações nas seguintes perspectivas: *socialização e difusão de conhecimentos tanto na universidade como na sociedade local; produção de novos conhecimentos a partir da fusão entre saber popular e científico; melhoria das condições de vida da população do semi-árido a partir de uma atuação junto à tecnologia produtiva e organizacional; e diminuição da vulnerabilidade da dependência extrema do sistema produtivo local viabilizando uma desconcentração da riqueza e da renda* (PEASA, 2004).

Os projetos desenvolvidos pelo PEASA direcionam-se à zona rural do Semi-Árido paraibano, com a qual busca-se articular conceitos importantes na compreensão do referencial teórico-metodológico do programa. Além de uma ênfase na multidisciplinaridade, o PEASA pretende em suas ações construir processos que almejem o desenvolvimento local e sustentável do semi-árido paraibano, para tanto, afirma focar na integração de setores que julga importantes na construção de sua proposta, são eles:

- Informação Tecnológica, Sensoriamento Remoto e Meteorologia;
- Manejo, Conservação dos Solos e Máquinas/Implementos Agrícolas;
- Meio-Ambiente, Preservação, Conservação, Produção e Manejo Florestal;
- Educação, Saúde, História e Artes;
- Sociologia e Assessoria Jurídica Rural;
- Segurança Alimentar e Processamento Agroindustrial de Alimentos;
- Recursos Hídricos, Irrigação, Saneamento e Abastecimento;
- Recursos Minerais e Energia Alternativa;
- Produção, Manejo e Saúde Animal;

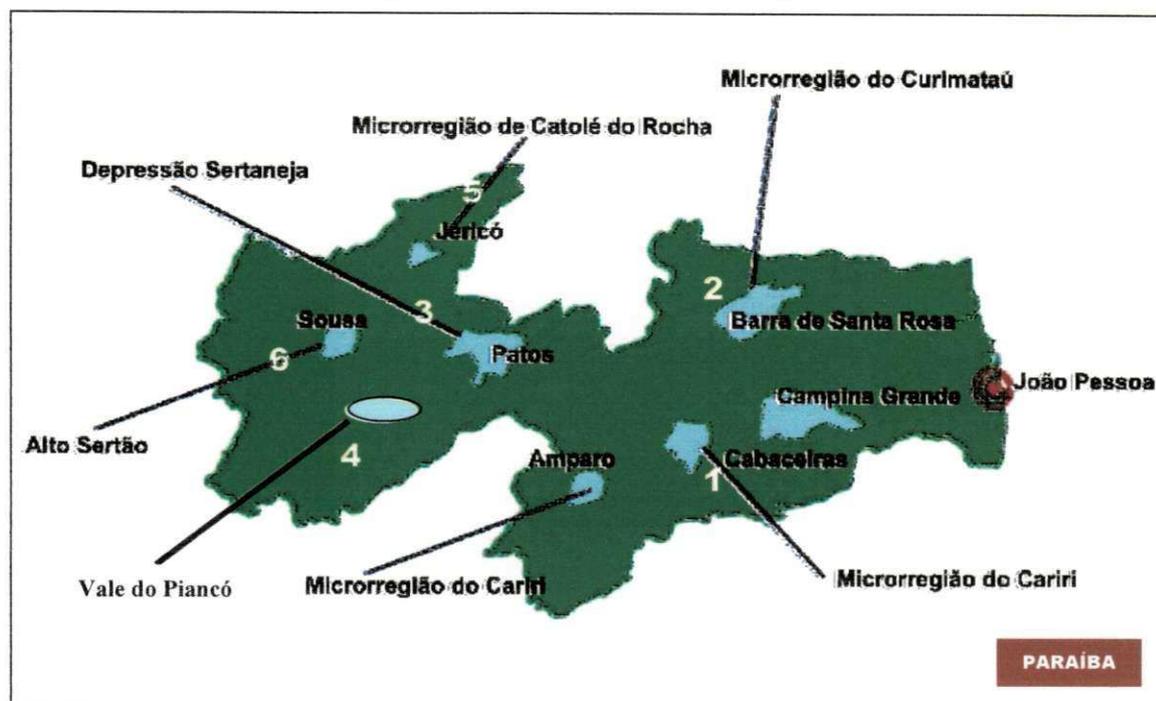
- Economia, Transporte, Distribuição e Comercialização (Marketing e Design);
- Armazenamento e Construções Rurais.

Metodologicamente em seu projeto inicial, o programa propôs uma atuação em seis áreas representativas de regiões fisiográficas de clima semi-árido, denominadas de **Unidades Geoambientais de Estudos e Ações (UGEA's)**. Em outras palavras, essas unidades geoambientais são representadas diretamente pelas bacias hidrográficas²⁶ dessas regiões, nas quais imperaria a difusão de tecnologias apropriadas e de processos organizacionais a partir da identificação do seu potencial produtivo, demografia e infraestrutura de produção e de apoio. A longo e médio prazo, o programa visualizou transformar as UGEA's em pólos de desenvolvimento ou agropólos. As UGEA's são divididas da seguinte forma (Figura III, página seguinte) :

1. CARIRI – Bacia do Rio Sucuru;
2. CURIMATAÚ – Bacia do Rio Guandu;
3. DEPRESSÃO SERTANEJA – Bacia do Riacho de Santa Gertrudes;
4. VALE DO PIANCÓ – Bacia do Rio Santana;
5. CATOLÉ DO ROCHA - Bacia do Rio Jericó; e
6. ALTO SERTÃO – Bacia do Riacho Santo Antônio ou Jangada.

²⁶ A compreensão e justificativa do uso do conceito de *Bacias Hidrográficas* partem do pressuposto de que são, do ponto de vista hidrológico, territórios que apresentam uma rede de drenagem comum delimitados pelos diversos divisores de águas superficiais e subterrâneas e, do ponto de vista sócio-político, são formadas por municípios ou estados. Aqui, nenhum aspecto histórico-cultural é considerado (ARAÚJO, 1996).

FIGURA III– Quadro demonstrativo da distribuição das UGEA's.



Fonte: PEASA

Nas áreas abrangidas pelas UGEA's a proposta de intervenção baseava-se num planejamento ambiental integrado, no qual, o programa serviria de ponte entre o Estado e a sociedade nas Vertentes Institucional e Comunitária, buscando um trabalho conjunto via “(...) *solução unitária e consensual dos problemas sócio-econômicos, tecnológicos e ambientais prioritariamente levantados*”. (PEASA, 2004)

Atualmente, dessas seis áreas, apenas três encontram-se com projetos funcionando: Curimataú, Cariri e Catolé do Rocha. No Curimataú encontra-se em desenvolvimento a Unidade de Produção Agroindustrial da Comunidade Cuiuiú, Barra de Santa Rosa, que atua no beneficiamento da corda de sisal para produção de artesanato; no Cariri tem-se a unidade de Amparo que atua com o processamento e beneficiamento de leite; e, em Catolé do Rocha, encontra-se a unidade de Jericó que desenvolve o processamento de pescado e produção de artesanato com pele de peixe.

O PEASA conta com uma pequena equipe permanente (3 profissionais de nível superior, sendo 2 da área de engenharia e 1 da área de informática, e um grupo 5 profissionais de nível médio responsáveis pelo operacional) e um grupo de profissionais que atuam por meio de projetos ou voluntariamente por tempo determinado (2 consultores na área de tecnologia de alimentos e 1 engenheiro civil). Oficialmente, o programa por encontra-se ligado a Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão - PROPEX da UFCG, tendo sua atividade extensionista voltada ao desenvolvimento local sustentado, focando em atividades baseadas no *agribusiness* seja em nível de intervenção ou consultoria.

De acordo com o Relatório de Atividades 2005 (Anexo) o PEASA tem participado de uma série de outros projetos, desenvolvendo ações de consultoria e prestação de serviços não diretamente atrelados à perspectiva das UGEAS, são eles:

- **Projeto Rede Paraibana de Incubadoras** (PaqTcPB, SEBRAE/PB, FINEP e CNPq): atividades voltadas a elaboração da plano de negócios e do modelo de gestão de incubadora, capacitações, extensão tecnológica em empreendedorismo agroindustrial, elaboração de estratégia de marketing compartilhado, dentre outras;
- **Projeto Peixe Vivo** (PactcPB, PMCG e SEAP/PR): criação da marca *Peixe Vivo* e elaboração do Manual de Identidade Visual, elaboração de projetos de arquitetura e engenharia do entreposto de comercialização no atacado e na unidade de comercialização etc;
- **Projeto de Exposição “Viver e Compreender o Semi-Árido”** (PMCG, PaqTcPB; CEDAC, SEBRAE/PB, Unicampo, FIEP, VITAE e CNPq): Pré-lançamento da Exposição de painéis, artefatos e artesanato; lançamento do livro “Plantas, Prosa e Poesia do Semi-Árido”, Exposição virtual (CD-ROM e DVD) e implantação do Cactáreo no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia;

- **Extensão tecnológica para a Incubadora do Agronegócio de Apicultura de Mossoró – RN** (SEBRAE/RN, ESAN, Fundação Guimarães Duque, PaqTc e IGRAM): elaboração do plano de negócios e do modelo de gestão da incubadora, concepção de produtos derivados da Apicultura (marcas, rótulos, e embalagens) e capacitações diversas;
- **Extensão tecnológica para a Central de Produção e Comercialização de Castanha de Caju da Serra do Mel (RN) – COPECAJU** (SEBRAE/RN, PaqTcPB e COPECAJU): Elaboração do plano de negócio, modelo de gestão, manual de identidade visual etc;
- **Projeto PCHS – Sistema Integrado de Produção de Peixe, Camarão, Halófito e Sal na comunidade de Poleiros, Barra de Santa Rosa** (PaqTcPB, Prefeitura de Barra de Santa Rosa, Comunidade de Poleiros e SEAP/PR): Projeto de reestruturação, construção e ampliação do número de tanques escavados de engorda de camarões e peixes, reforma da unidade de apoio ao projeto, reconstrução da casa de máquinas e re-equipamento do Sistema de produção através de Fontes Alternativas de Energia (Eólica e solar);
- **Capacitação de comunidades rurais para criação de peixe em tanques-rede** (PaqTcPB, Prefeituras, Comunidades rurais e SEAP/PR: capacitação e implantação da produção de peixes em tanques-rede nas comunidades rurais dos municípios de Jericó, Cajazeiras, Souza, Patos, Coremas e Condado; capacitação para implementação posterior em comunidades de Boqueirão, Barra de Santa Rosa e Araçagi;
- **Projeto de desenvolvimento do sistema de informação para Apoio à Gestão de Arranjos Produtivos Locais** (PaqTcPB, EMBRAPA Algodão, Governos da Paraíba (SAIA/EMATER) e da Bahia (SAA/EBDA), SEBRAE/PB e ADENE/MIN): Capacitação de Atores Produtivos e institucionais e implantação do Portal de

Informação e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL do Algodão Colorido (para região do Sertão polarizada por Patos – PB), capacitação e implementação do portal de informações e rede digital de negócios BALCOM para a APL da Mamona (região polarizada por Irecê – BA).

Os projetos acima têm colocado o programa como agente externo, atuando inclusive em outros estados como o Rio Grande do Norte, propagador desse tipo de *agribusiness* que tem na ação coletiva sua base. A grande diferença desse tipo de atuação consultiva é que o programa atua apenas na elaboração e implementação dos projetos, não atingindo a fase de gerenciamento, o que torna difícil uma avaliação na medida em que não se desenvolve um acompanhamento junto às localidades.

No capítulo seguinte iremos analisar mais especificamente o modelo de intervenção do PEASA definido como empreendedorismo comunitário, apresentando sua base teórica, sua metodologia e suas limitações diante do contexto social. Esse modelo tem sido aplicado as UGEA's em funcionamento, como citado acima, e influenciado diretamente os projetos de consultoria e prestação de serviços realizados pelo programa.

CAPÍTULO 4

EMPREENDEDORISMO COLETIVO: O PEASA e na construção de um modelo e de uma prática de extensão e intervenção.

A partir da década de 1990, uma nova perspectiva de desenvolvimento passa a ser difundida tendo como questões centrais a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o combate à pobreza. Uma nova estratégia de modernização – encoberta pelo discurso do desenvolvimento local (integrado e sustentável) passa a ser proposta, atrelada às iniciativas de “convivência com o semi-árido”. Como elemento desta nova estratégia de modernização, o PEASA vai aplicar, ao longo de sua trajetória, um modelo e uma prática de intervenção identificados como “empreendedorismo comunitário”.

O PEASA (enquanto braço da universidade), assim como outras instituições públicas e privadas (com forte atuação das ONG's), participa do movimento de adoção de novos modelos de desenvolvimento. O programa, enquanto extensão universitária que desenvolve suas ações junto a populações rurais do semi-árido paraibano, buscou novos caminhos para concatenar suas ações dentro desse novo leque de “necessidades” voltadas ao desenvolvimento do semi-árido nordestino.

Em linhas gerais, a proposta de extensão do PEASA tem por objetivo a promoção do desenvolvimento local, através da adoção de tecnologias sociais e de modificações nos sistemas produtivos das localidades onde atua, tornando-os mais racionais e permitindo, desta forma, uma inserção mais segura e eficiente no mercado capitalista. A racionalização das estruturas produtivas deveria ser acompanhada de uma mudança comportamental, afetando diretamente as relações sociais.

A opção em focalizar os sistemas produtivos locais tem feito com que o PEASA não tenha se envolvido diretamente em ações voltadas para a solução da questão hídrica enquanto mecanismo de desenvolvimento, apesar de sua experiência com a capacitação de recursos humanos para a construção de cisternas²⁷ de placa no semi-árido rural da Paraíba.

Essa ação focada nos sistemas produtivos locais resulta no modelo de intervenção baseado no *agribusines*, o empreendedorismo comunitário. Esse modelo, da maneira como aparece nos discursos dos técnicos do PEASA e em suas práticas, baseia-se no padrão clássico de empreendedorismo, mas, ao mesmo tempo, foge a lógica geral do empreendimento individual, da construção do empreendedor, do empresário. O empreendedorismo abarca uma série de definições, porém, em sentido amplo pode ser entendido como o estudo relativo ao empreendedor (perfil, origem, sistema de atividades, universo de atuação), aquele que se dedica à geração de riquezas (transformação de conhecimentos em produtos e serviços), gerando conhecimentos ou inovações em áreas diversas (DOLABELA, 1999).

Na perspectiva de atuação do PEASA a comunidade passa a ocupar o lugar do indivíduo (empreendedor) e é pensada (como um ser homogêneo, não-conflituoso, substancializado) como fonte das transformações consideradas necessárias para que se alcancem os objetivos de aumento da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos locais e inserção no mercado, gerando emprego e renda.

A passagem do individual para o coletivo é legitimada por pressuposições acerca das populações alvo dos programas do PEASA e por avaliações valorativas nem

²⁷ Capacitação realizada entre 1997 e 2004 em parceria com a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba - PaqTc-PB e a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado da Paraíba - SETRAS-PB, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, PLANFOR/PEQ-PB e as comunidades e/ou Prefeituras Beneficiadas (PEASA, 2004).

sempre explícitas, ainda que claramente identificáveis. De um lado, um diagnóstico negativo acerca da disposição e mesmo do potencial dos nordestinos do semi-árido rural em mudar mentalidades, hábitos e comportamentos (numa versão mal disfarçada de um determinismo cultural que associa à tradição e aos costumes locais a ineficiência de seus sistemas produtivos e a dificuldade de se inserir no mercado) e, de outro lado, a idéia de que qualquer intervenção – para não reproduzir o clientelismo e o paternalismo – deve se voltar para a comunidade e não para indivíduos particulares. Uma idéia moral de comunidade como lugar do bem, a vida coletiva percebida como livre (ou mais facilmente libertada) dos vícios e das limitações individuais.

O *empreendedorismo comunitário* tem como princípio a noção de comunidade como espaço de construção de uma coletividade politicamente organizada, com uma cultura homogênea e uma equidade social quase que obrigatória, um lugar onde uma economia integrada num sistema produtivo compartilhado seria o caminho único de sobrevivência dos sujeitos que, sozinhos, estariam fragilizados e vulneráveis. Essa noção de comunidade serve de alicerce para a escolha de um modelo de intervenção defendido como viável para a realidade do semi-árido, operacionalizado a partir de uma produção racionalizada pela introdução de uma lógica administrativa do tempo, do espaço e dos produtos, incluindo a perspectiva de uma logística planejada e executada coletivamente.

Essa percepção, como mostraremos neste capítulo, vai orientar a formulação de projetos de desenvolvimento (ou de melhoria da qualidade de vida, de combate à pobreza, de geração de emprego e renda) e práticas de intervenção que se fundamentam em um diagnóstico equivocado e simplificador acerca dos problemas enfrentados pelas populações do semi-árido e por um padrão valorativo que vale para “comunidades” rurais, mas que nem de longe deve valer para as “comunidades” dos próprios técnicos ou dos verdadeiros empreendedores.

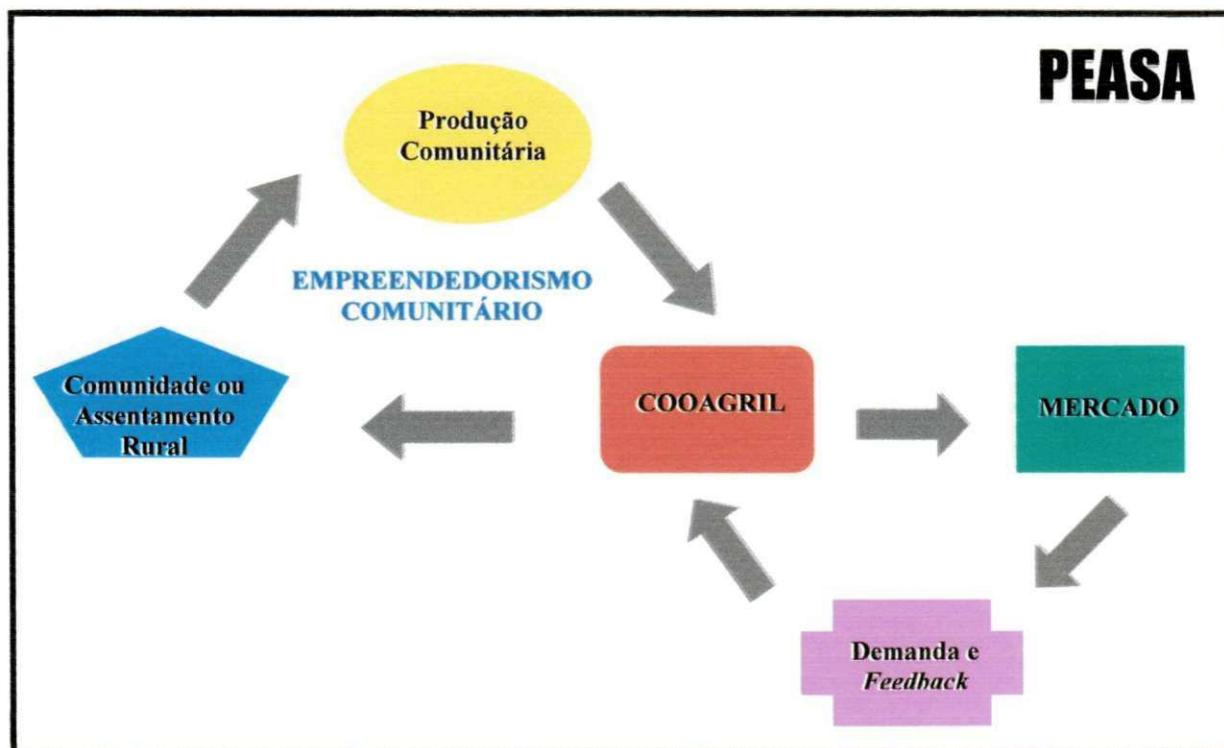
A metodologia aplicada pelo programa na implantação dos pólos agroindustriais no semi-árido paraibano define como primeiro pré-requisito para escolha das comunidades a serem envolvidas a motivação de se trabalhar coletivamente, verificável pela existência de algum tipo de organização política (associação de produtores ou moradores). Nos casos em que estas organizações não existam, as comunidades são incentivadas a criarem uma associação. A opção por estabelecer a associação como interlocutor privilegiado não é exclusividade do PEASA. Programas e projetos de instituições públicas e privadas seguem a mesma regra (e os mesmos pressupostos e avaliações valorativas acima indicados).

A partir daí, realiza-se o chamado “diagnóstico rápido participativo” que, por meio de entrevistas e observações diretas nas comunidades, permite visualizar o contexto social, econômico e cultural daquela localidade. A fase de capacitação vem logo em seguida, constituindo-se também em um momento de concatenação de um projeto coletivo que seja capaz de trazer o desenvolvimento através do que já é produzido localmente, agora, com um diferencial, o valor agregado aos produtos por meio de uma racionalização do processo produtivo já desenvolvido. Depois dos agentes capacitados e aptos a desenvolver o projeto, momento importante no forjar de um espírito empreendedor, é organizado um esquema de acompanhamento, incluindo um fator importante, a central de distribuição, a Cooperativa Agroindustrial (COOAGRIL) incubada no PaqTec-PB, responsável última pela logística e pela comercialização dos produtos comunitários (Quadro V, página seguinte).

O modelo do empreendedorismo comunitário é a mola propulsora do desenvolvimento local pretendido pelo PEASA, dentro de um amplo processo modernizador das estruturas produtivas. Entretanto, apesar de pregar os princípios do desenvolvimento local integrado e sustentável, o programa acaba não promovendo

discussões, por exemplo, sobre a sustentabilidade no uso dos recursos naturais ou sobre as vinculações entre estruturas produtivas, condicionantes políticas, econômicas e técnicas com os quais se defrontam as populações atendidas (alvo da intervenção).

Quadro V – Representação gráfica do esquema coordenado pelo PEASA nas agroindústrias.



A presença do *empreendedorismo comunitário* é decisiva para que se possa compreender a proposta desse programa, o que acaba por ser corroborado por sua metodologia e escolha de parcerias, a exemplo da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba e do SEBRAE-PB, refletindo um programa de extensão universitária que assume uma roupagem específica quando se trata de intervenção no social, ligado não apenas a uma estratégia de desenvolvimento local mais a um projeto modernizador das estruturas produtivas e, por extensão, das relações sociais.

Nossa proposta no presente capítulo tem por objetivo problematizar o modelo de intervenção do PEASA – o empreendedorismo comunitário. Para tanto, desenvolvemos um estudo exploratório a partir de documentos (projeto de implementação das unidades agroindustriais, relatório anual de atividades, documento base de constituição do programa); entrevistas (com o coordenador geral, a técnica responsável pela agroindústria de Cuiuiú, a coordenadora da COOAGRIL e 06 membros da comunidade de Cuiuiú, sendo 3 participantes da cooperativa de artesãs e 3 produtores locais) e observações de campo (visitas a agroindústria de artesanato de Cuiuiú e a sede do programa no PaqTc-PB).

4.1 Os conceitos articulados pelos agentes do PEASA para basear sua intervenção.

O modelo de prática extensionista desenvolvido pelo PEASA²⁸ baseia sua intervenção em um conjunto de conceitos²⁹ que aparecem tanto nos documentos produzidos pelo programa como nas falas de seus representantes. Esses conceitos servem de base para a compreensão sobre o lugar da intervenção e a implantação e coordenação dos projetos. Dividimos estes conceitos em dois grupos: primeiro os conceitos que influenciam diretamente a prática da intervenção (semi-árido, agronegócio/agribusiness, sistemas ou arranjos produtivos locais), e segundo, os que não aparecem diretamente nessas práticas, mas, servem para sua legitimação (planejamento ambiental, desenvolvimento sustentável).

²⁸ Disponível em <<http://www.peasa.ufcg.edu.br>>

²⁹ Os conceitos que aparecem adiante foram extraídos em sua maioria de um texto disponível do site oficial do PEASA, complementados pelas falas dos entrevistados na pesquisa.

4.1.1 Conceitos que orientam a intervenção

4.1.1.1 O semi-árido e o diagnóstico dos seus problemas

O primeiro conceito a se destacar na busca da compreensão sobre o modelo de intervenção que o PEASA aplica é o de semi-árido, o diagnóstico feito pelo programa sobre a região transmite a visão desenvolvida por ele acerca do espaço social onde atua.

A região semi-árida do Nordeste é apresentada nos textos do programa e pelos seus agentes como um território homogêneo, principalmente ao não levar em conta as diferenças que envolvem a relação entre sua zona urbana e sua zona rural:

A ordenação do espaço regional é mal estruturada, pobremente articulada, deficiente de infra-estrutura (...) com o interior raramente servido de núcleos urbanos de porte médio e pontilhado de pequenas cidades, muitas delas meras projeções de um meio rural igualmente estagnado. (PEASA, 2004, p. 06)

A seca (caracterizada como ausência, escassez, pouca frequência e limitada quantidade e/ou má distribuição das chuvas durante o período do inverno) aparece nos textos do programa como um fenômeno tipicamente físico e determinante das relações sociais locais, o que é acompanhado de uma “tecnologia” tradicional definida como frágil e responsável pela desigualdade social, pobreza e o êxodo populacional:

As características do meio ambiente condicionam fortemente a sociedade regional, a sobreviver principalmente de atividades econômicas ligadas basicamente à agricultura e a pecuária. Estas se realizam sempre buscando o melhor aproveitamento possível das condições naturais desfavoráveis, ainda que apoiadas em base técnica frágil, utilizando na maior parte dos casos, tecnologias tradicionais. (PEASA, 2004, p. 10)

A sociedade local é descrita nesse texto como predominantemente rural e dedicada à atividade agropecuária, tendo sua estrutura fundiária baseada no grande número de pequenos estabelecimentos de produção familiar. A seca e a estrutura fundiária são apontadas como causas centrais dos inúmeros problemas da região, a exemplo do

êxodo rural, porém, em se tratando de estrutura fundiária, a problematização é inexistente principalmente em relação a concentração das terras. Por outro lado, o programa aponta a importância da produção alimentar nessas pequenas propriedades rurais para as relações sócio-econômicas da região:

Registra-se que mais de 70% da produção dos principais alimentos é oriunda das pequenas propriedades agrícolas de menos de 100ha, onde reside a maior parte da população rural, estes produtores representam 91% das unidades de produção, apesar de ocupar apenas 28% da área dos estabelecimentos. Estes dados demonstram a importância econômica e social do pequeno estabelecimento rural.

Analisando-se, entretanto, as condições alimentares dos produtores e os investimentos públicos em educação, saúde, habitação, geração e difusão de tecnologia, é que se tem a dimensão do débito da sociedade brasileira para com as populações rurais do país, particularmente com a população do semi-árido. (PEASA, 2004, p. 01)

Essa mesma agricultura destacada como importante para segurança alimentar é também usada pelo programa como exemplo das conseqüências da visão tradicional para o desenvolvimento da região, a qual termina sendo tratada pela sociedade e pelo Estado como um elemento isolado dos sistemas maiores.

Um dos setores, no Brasil, e especialmente no semi-árido nordestino, onde a visão tradicional tem sido mais desastrosa é a agricultura. A cadeia de alimentos e fibras - o mais complexo sistema da sociedade brasileira - é ainda ignorada pela sociedade e pelo governo, que insistem em considerar os vários elementos - que, dentro dela, estão em contínua interação - como segmentos isolados da economia. Daí a dificuldade, até a impossibilidade, de definição de políticas consistentes para os vários elementos do sistema, simplesmente pela ignorância ou desconsideração do próprio sistema. (PEASA, 2004, p. 12)

O programa destaca ainda o déficit da balança comercial e a falta de vantagens competitivas, tudo apontado como decorrência quase que total da agricultura tradicional de subsistência.

(...) nos últimos anos 25 anos, o Nordeste tem apresentado elevadas taxas de crescimento, comparáveis às do Brasil, ainda assim, o semi-árido padece de sérias vulnerabilidades. Elas são de natureza econômico-social, geoambiental, científico-tecnológico e político-institucional. (...) além das vulnerabilidades climáticas do semi-árido, grande parte dos solos encontra-se degradada. Os recursos hídricos caminham para a insuficiência ou apresentam níveis elevados de poluição. A flora e a fauna vêm sofrendo a ação predatória do homem. E os frágeis ecossistemas regionais não estão sendo protegidos, ameaçando a sobrevivência de muitas espécies vegetais e animais e criando riscos à ocupação humana (...) (PEASA, 2004, p. 04)

O diagnóstico que o programa realiza no intuito de compreender o espaço onde pretende desenvolver suas ações volta-se para uma série de problemas enfrentados pelo semi-árido desde muito antes da criação do PEASA. Apesar de já introduzir os conceitos de qualidade de vida e vulnerabilidade das populações frente à seca, pouco se discute sobre a concentração de terras e a má distribuição de renda, fatores essenciais para se entender o percurso do desenvolvimento regional até os dias de hoje. A descrição realizada pelo programa sobre o semi-árido acaba por apontar os obstáculos do seu desenvolvimento, provocado principalmente pela falta de crescimento econômico que seria sanada, de acordo com o programa, por um processo de racionalização das estruturas, em outras palavras por um amplo processo de modernização.

4.1.1.2 Os Sistemas Produtivos Locais – SPL

A partir da compreensão que o programa desenvolve sobre o semi-árido, principalmente quando aponta as dificuldades da economia local, é possível perceber que seu olhar volta-se diretamente para o Sistema/Arranjo Produtivo Local.

O desenvolvimento da região, na visão do PEASA, teria como mola propulsora os Sistemas Produtivos Locais (SPL), definidos em seus documentos como o conjunto de toda a tradição produtiva envolvendo desde técnicas e métodos produção até o tipo de comercialização, enfatizando-se as vocações produtivas de cada localidade:

É justamente da conjugação do meio ambiente adverso com a atividade econômica basicamente dependente da natureza que emerge a extrema vulnerabilidade deste sistema produtivo sujeito a virtuais colapsos nas ocasiões climáticas desfavoráveis à produção. Daí, em parte, derivam a fragilidade da economia regional, a pobreza generalizada e a miséria absoluta em uma escala que fazem o Nordeste brasileiro junto com sua porção semi-árida, o maior bolsão de miséria de todo o hemisfério ocidental. (PEASA, 2004, p. 01)

Na percepção do programa o clima juntamente com a visão tradicional que condiciona os SPL's são fatores que aumentam a fragilidade da região semi-árida, impedindo o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida. O investimento na otimização desses sistemas serviria como mola propulsora do desenvolvimento, principalmente através da ênfase nas vocações locais e no processo de agregação de valor aos produtos, permitindo uma inserção mais segura no mercado.

(...) o programa tenta difundir para as comunidades, para os grupos de pequenos produtores essa possibilidade deles atuarem no mercado concorrendo com grandes grupos, mas que ele tem uma fatia nesse mercado e aí tem o apelo, por exemplo, de ser artesanal, não utilizar, por exemplo, produtos agrotóxicos. Todo esse apelo de não agredir o meio ambiente, serem produtos artesanais, de serem produtos com a cara do produtor da região do semi-árido, isso é uma coisa que a gente tenta utilizar bastante para viabilizar. (Pedagoga coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

A articulação do conceito de Sistema Produtivo Local³⁰ na experiência do PEASA segue uma linha de pensamento que vem sendo trabalhada por outras instituições desde a década de 1990, esse conceito emerge agregado às discussões em torno de um desenvolvimento voltado para o local, para o fortalecimento das experiências construídas a partir de realidades particulares, no intuito de fortalece-las para uma inclusão competitiva na realidade global. Todo o processo de intervenção do PEASA parte das peculiaridades dos SPL's, sendo direcionadas todas as energias no intuito de racionalizar esses sistemas para inseri-los em mercados mais abrangentes e, a partir daí, provocar através da melhoria das condições econômicas um aumento da qualidade de vida destas localidades.

4.1.1.3 *Agribusiness*/Agronegócio

³⁰ Conceito científico utilizado pela Agronomia e pela Sociologia Rural apropriado por instituições vinculadas às atividades rurais como ONG's e órgãos de extensão rural.

Agregado ao conceito de SPL, principalmente como mecanismo de acesso ao desenvolvimento local, estaria o de agronegócio e o de *agribusiness*. O agronegócio é um tipo de negócio oriundo da produção agrícola em grandes extensões de terra, geralmente monocultura extensiva, porém, é utilizado pelo PEASA com sinônimo de *agribusiness* – qualquer tipo de negócio que envolve agropecuária. O programa utiliza indiscriminadamente ambos os conceitos, em seus textos ou nas falas dos seus agentes, para designar o tipo de negócio que pretende desenvolver em suas intervenções: o negócio voltado ao pequeno produtor e gerenciado de maneira coletiva, comunitária.

Nos textos do programa o *agribusiness* é o caminho pelo qual a produção agropecuária se integraria à economia global, sem esquecer sua importância na geração de alternativas para o problema da segurança alimentar:

Está no *Agribusiness* uma das saídas, a médio prazo, para acelerar a integração da produção agropecuária nordestina à economia regional e nacional, e é ele também que oferece a grande oportunidade de descentralização agroindustrial. Até mais importante do que isso tudo, depende do *Agribusiness* a Segurança Alimentar de uma região, pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa. A visão é a de que a vocação, a capacitação e os recursos brasileiros no *Agribusiness* podem, se bem administrados, contribuir, de forma decisiva, para vencer os quatro grandes desafios da sociedade nordestina: o desenvolvimento sustentado, a integração à economia nacional e internacional, a melhoria da distribuição de renda através da desconcentração de pólos de desenvolvimento e a preservação do ambiente. (PEASA, 2004:03)

Para o programa o *agribusiness* é essencial na construção do desenvolvimento local via valorização das vocações produtivas constituintes dos SPL's, apostando na capacitação do capital humano existente como fonte de riqueza. A garantia da segurança alimentar também passaria a ser uma tarefa importante do *agribusiness*, a qual teria uma participação direta no aumento da qualidade de vida e da equidade social.

Nessa perspectiva, o tipo agronegócio apontado pelo PEASA acaba buscando a reprodução de um perfil de camponês como empresário. Além da necessidade de se forjar

o perfil do empreendedor esse ainda é forçado a se adaptar a uma atuação coletiva, comunitária:

(...) empreender é você gerar oportunidade de negócio dentro da filosofia do camponês, evidentemente o que a gente chama de empreendimentos comunitários, o PEASA anda nessa linha de empreendimentos comunitários, não é empreendimento para a pessoa ficar tirando benefício próprio em detrimento do restante da comunidade (...) empreendedorismo no sentido de haver essa cooperação, essa parceria essa cooperação mesmo entre membros da comunidade para viabilizar o negócio e gerar oportunidade e renda pra comunidade como um todo (...). (Coordenador geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

O empreendedorismo comunitário, portanto, distancia-se do seu foco original aplicado pela administração no desenvolvimento do empresário e do negócio individual. Na visão do programa o “individualismo” do pequeno produtor aumentaria sua vulnerabilidade, estando no empreendimento comunitário baseado no associativismo, a base na qual a comunidade serviria de apoio para a sustentabilidade do negócio, agregando-se à criação de um sistema racional de gestão comunitária com introdução de métodos e tecnologias sociais voltadas à construção do desenvolvimento local via fortalecimento das vocações produtivas e dos SPL's.

A maneira como os conceitos (Semi-árido, SLP, *agribusiness/agronegócio*) emergem nas práticas do programa serão apresentados adiante. Antes se faz necessário compreender outras categorias que aparecem nos textos, mas, não diretamente nas intervenções.

4.1.2 Conceitos não articulados na intervenção

Os conceitos não articulados diretamente na intervenção do PEASA (Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) revelam o viés modernizador do programa, concatenando uma série de elementos de legitimação da sua prática.

4.1.2.1 Planejamento Ambiental

A partir de sua proposta inicial de atuação junto às bacias hidrográficas da Paraíba, como visto no Capítulo III, o PEASA abre espaço em seus textos para uma breve discussão sobre Planejamento Ambiental, buscando-se perceber o meio ambiente a partir de uma relação sistêmica e integrativa (homem-natureza-sociedade).

O planejamento ambiental destacaria-se como um processo político, social, econômico e tecnológico, de caráter educativo e participativo, gerador de um desenvolvimento equilibrado como resultado, também, de uma educação ambiental, vivenciada através de programas e atividades específicas. Nesse processo o programa destaca como fator fundamental a *educação ambiental*, procedimento central na mudança de comportamento frente ao desenvolvimento local: “*Educação Ambiental pode ser entendida como uma busca consciente de um conjunto de atividades de caráter sócio-ambientais para o desenvolvimento comunitário, onde é reconhecido e considerado o saber popular das comunidades*”. (PEASA, 2004, p. 02)

Os Conselhos Municipais são apontados pelo PEASA como agentes centrais no processo de planejamento e gestão ambiental, devendo utilizar dos diversos mecanismos de cooperação, instrumentos jurídicos, pactos ou acordos firmados dentro dos municípios com a participação de diversas instituições (prefeituras, sindicatos, associações de classe, cooperativas etc):

Conselho Municipal é um eficiente mecanismo de cooperação dentro dos municípios, que lhes possibilita a consecução de obras, serviços e atividades de interesse comum a diversas instituições, de caráter temporário ou permanente, racionalizando investimentos e viabilizando empreendimentos que, de maneira isolada, talvez fossem inexecutáveis ou antieconômicos. (PEASA, 2004, p. 02)

Pensar o meio ambiente a partir de uma perspectiva de planejamento e gestão implica introduzir, na relação homem/natureza, um viés modernizador. A discussão sobre planejamento ambiental trazida pelo programa acaba por revelar seu intuito em modernizar as estruturas, na medida em que busca, através de educação, uma mudança de mentalidade via processo de capacitação. Por outro lado, essa preocupação com o meio não se reflete diretamente nas práticas do programa, servindo apenas para justificar a sua proposta de racionalização dos processos.

4.1.2.2 Desenvolvimento Sustentável

A preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento é algo que sempre aparece nos textos e documentos do PEASA. Desenvolvimento Sustentável é apresentada a partir de um conjunto de “(...) *condições de durabilidade ao longo do tempo. Para isso, deve ser economicamente sadio, socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade*”. (Araújo, 2001, p. 03)

O desenvolvimento sustentável é um conceito bastante complexo e ainda pouco compreendido pelo programa, apesar da preocupação e inserção nos textos e discursos dos técnicos. A necessidade de uma continuidade dos projetos, agregada a autonomia das comunidades, perante o processo de desenvolvimento local é uma preocupação presente nas falas dos agentes, porém, na prática, isso é trabalhado muito sutilmente, desfavorecendo a sustentabilidade das intervenções:

A perspectiva do PEASA é essa, porque ele não visa ver apenas esse grupo que está trabalhando hoje melhorar suas condições de vida, mas, que seja detonado um processo nessa comunidade que os que estão vindo também possam se agregar nesse grupo e possam melhorar, que essa atividade ela perpetue no tempo e possa crescer, atingir também as outras gerações e o próprio meio ambiente é uma preocupação do PEASA também - a não degradação do meio ambiente, aproveitar os recursos naturais que tem sem acabar com esses recursos, mas fazendo com que eles sejam aproveitados de

uma forma racional que alguns possam ser substituídos por outros renováveis (...) a nossa preocupação é essa que seja hoje e seja amanhã também. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

O desenvolvimento sustentável é apontado pelo programa como um modelo viável para o semi-árido, o qual representaria mais crescimento e mais riqueza para a região, apresentando-se em termos de melhoria da qualidade de vida da população local (mais educação, qualificação, saúde, renda e habitação):

(...) o nosso objetivo, desde o início, era melhorar a qualidade de vida deles, no sentido mais amplo possível, melhorar a questão da educação. Então a gente trabalhou na perspectiva de que eles ficassem na escola, quem não estava na escola, as crianças que trabalhavam ajudando os pais (...). A gente fez um levantamento lá, eram cerca de 80 a 90% analfabetos, os adultos (...) então trabalhar para que eles pudessem desenvolver a atividade deles, gerar renda suficiente para que pudessem ter acesso a todos esses bens que a gente considera ainda privilégio de alguns (...). Então com esse grupo a gente tentou proporcionar, a gente viu que não dava pra trabalhar com todo mundo, mas que esse projeto tivesse um efeito multiplicador tanto dentro da comunidade, outras pessoas fossem se agregando, quanto o sucesso dele repercutisse em outras comunidades, e outras pudessem desenvolver também a mesma experiência. Então desenvolver pra gente é isso: melhorar as condições de vida dessa comunidade que vivia de uma forma bastante precária, qualquer melhoria que ia acontecendo e que a gente percebia já era um aspecto positivo que o projeto estava alcançando seus objetivos. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

Desenvolver sustentavelmente, de acordo com o programa, é crescer economicamente e gerar maior qualidade de vida. Porém, a sustentabilidade desse desenvolvimento deixa a desejar na medida em que os projetos possuem pouca autonomia, gerando uma dependência que provocaria o encerramento do processo caso o programa se retirasse da comunidade, somado as poucas discussões realizadas sobre a relação homem/natureza e sobre o uso sustentável dos recursos.

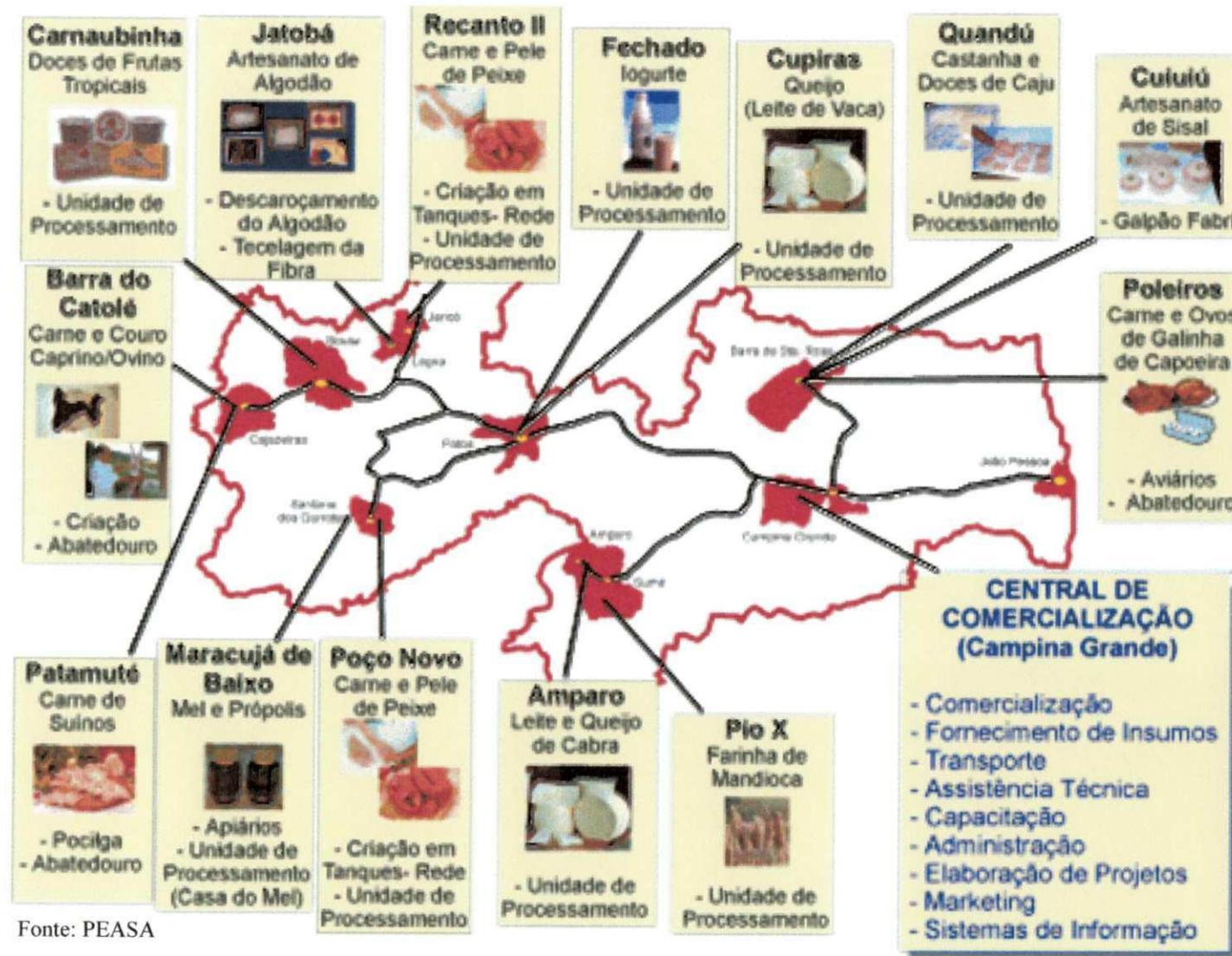
4.2 A prática da intervenção: operacionalização de um modelo

A experiência do PEASA é marcada por uma metodologia bastante específica, a qual busca promover o desenvolvimento local (aumento do nível de qualidade de vida) via processo de fortalecimento dos SPL's. Este contexto se dá por meio da valorização das vocações produtivas via processo de agregação de valor logístico aos produtos (racionalização produtiva), tudo dentro da lógica dos empreendimentos comunitários.

Seu projeto inicial contemplava a criação de sete agro-pólos (com um ou mais agroindústrias) em localidades representativas do semi-árido paraibano, baseando-se sempre na existência de um potencial hídrico permanente. Esse projeto tinha como objetivo central o desenvolvimento do potencial produtivo das comunidades rurais via identificação e valorização dos SPL's e suas vocações:

Então essas agroindústrias não seriam coisas pensadas por nós, mas, a partir de uma vocação que a comunidade tem, por exemplo Cuiuiu já trabalhava com corda, toda a tradição deles é a corda, a cordoalha, e o sisal também, que é uma planta e uma cultura também tradicional naquela região (...) o Curimataú é hoje ainda quem detém essa cultura. Outra comunidade como Polciros que, por exemplo, já criava galinhas naquele sistema de criar solta de qualquer jeito, essas galinhas de capocira como eles chamam. O sertão, por exemplo, uma comunidade que produzia muita fruta, mas não aproveitava as frutas, no alto sertão em Cajazciras criavam porcos, criavam cabras. No Cariri também comunidades que desenvolviam atividades da caprinocultura. Então, a partir dessa identificação dessa vocação que a gente começou a trabalhar mais especificamente e diretamente, assim dentro daquele seguimento que a gente identificou como uma oportunidade de negócio para eles e agregando valor aos produtos que eles já desenvolviam rudimentarmente alguns ou de uma forma sem muito controle. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

Figura IV – Ilustração do que seriam as UGEA's e seus agro-pólos.



Fonte: PEASA

A figura IV (página anterior) representa o que seriam os agro-pólos e suas vocações produtivas, a idealização do resultado dos produtos já trabalhados logisticamente e o papel da central de comercialização localizada em Campina Grande – PB. Porém, atualmente, dos projetos comunitários de implantação de unidades agroindustriais no semi-árido encontram-se em funcionamento apenas Cuiuiú e Poleiros (Barra de Santa Rosa), Jericó (Catolé do Rocha) e Amparo (Quadro VI). Todos os projetos foram submetidos a uma metodologia muito particular que se divide em quatro etapas: **Identificação, Proposição, Execução e Sustentação**. (Figura IV, página seguinte)

Quadro VI – Projetos comunitários das Unidades de Produção Agroindustrial do Semi-Árido.

Unidades de produção agroindustrial do Semi-árido ³¹	SITUAÇÃO (Todas em fase de conclusão)	PARCERIAS
Unidade de Cuiuiú:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão da ampliação da Unidade de Artesanato; Desenvolvimento de novos produtos artesanais derivados do sisal; desenvolvimento do site da Unidade; Apoio ao processo de marketing e comercialização dos produtos;apoio logístico. 	Paqtec, COOAGRIL, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.
Unidade de Jericó	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão da unidade de processamento de pescado; capacitação da comunidade de recanto e instalação de 42 tanques. 	Paqtec, COOAGRIL, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.
Unidade de Amparo:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração do projeto e obtenção de recursos para ampliação da unidade de processamento de leite e derivados e obtenção do SIF. 	Paqtec, COOAGRIL, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Fonte: PEASA

31 As outras unidades agroindustriais apresentadas na figura III estão paralisadas, foram concluídas ou estão funcionando parcialmente sem o auxílio do PEASA devido a fatores como final dos recursos ou inviabilidade comercial da unidade, restando apenas as três apresentadas no quadro VI.

FIGURA V - Ilustração das etapas da proposta de intervenção do PEASA.



Fonte: PEASA

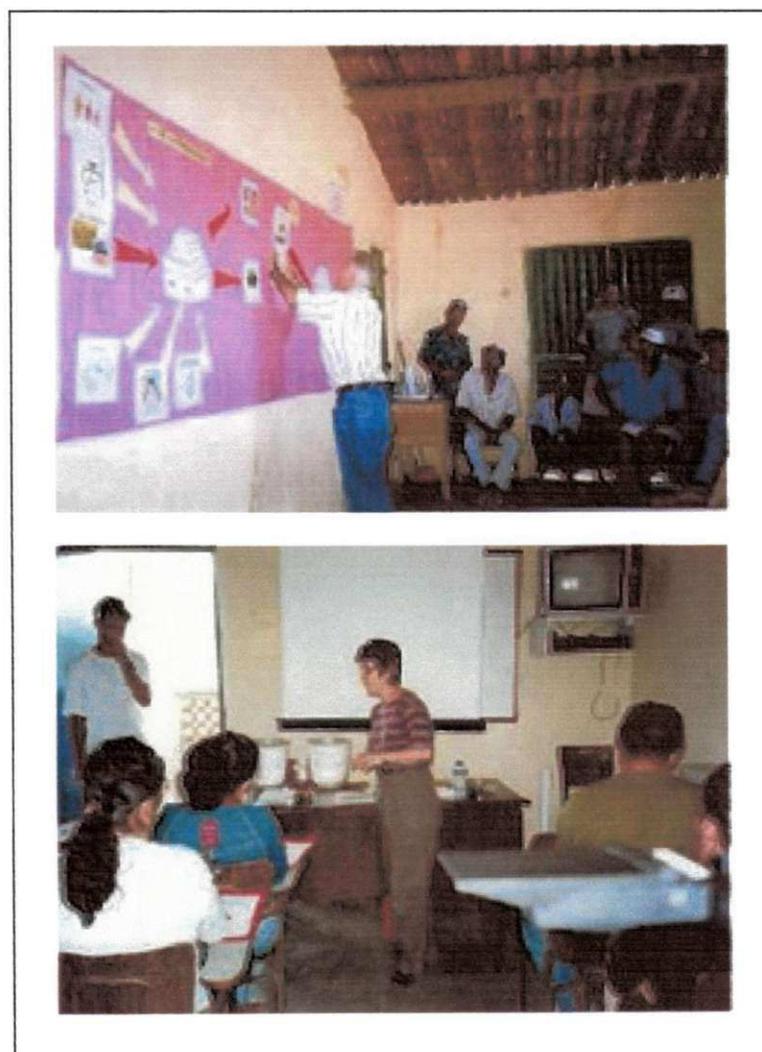
Na fase de **identificação** o pré-requisito básico é a existência na comunidade de pelo menos um germe de organização política, uma associação de moradores ou de produtores, o caso das comunidades de Barra de Santa Rosa nos serve aqui de exemplo. O programa iniciou sua investigação no Curimataú paraibano, região norte do semi-árido estadual, na segunda metade da década de 1990 e tanto a comunidade Cuiuiú como a comunidade Poleiros apresentavam condições propícias. A comunidade Cuiuiú possuía uma associação criada para diminuir a atuação dos atravessadores em relação a produção e comercialização da cordoalha, corda feita de sisal:

(...) surgiu a associação em 95 ai teve umas reuniões, ai não existia esse prédio era no grupo, começou a vir um pessoal de Areia, da universidade de Areia, e esses de Campina. Veio se juntando o PEASA com o SEBRAE e a PPTA e começou a dar um apoio ao pessoal, ai fizeram lá, o primeiro presidente foi Emílio Matias (...) ai não deu certo a cordoalha não chegou a funcionar mesmo para comprar não (...) ai foi que se juntou os parceiros e fizeram ali. (Presidente da Associação de Artesanato de Cuiuiú, entrevista em 21/12/2004)

Após a verificação acerca da organização política comunitária o programa utiliza-se de um instrumento muito difundido entre as ONG's, o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), tendo como objetivo uma análise da realidade social, econômica e cultural através de um processo dialógico que envolve a sociedade local (BUARQUE,

1999). A experiência diagnóstica realizada pelo programa no Curimataú, por exemplo, nos permite visualizar um pouco dessa proposta metodológica:

Foi formada uma equipe multidisciplinar, a gente iria trabalhar tudo, cada um na sua área específica, mas, trabalhando em conjunto, e assim foi muito enriquecedor pra equipe toda. Tanto eu que não conhecia nada da área rural na convivência, na interação com os agrônomos, veterinários, gente da área de engenharia agrícola, zootecnia. Então comecei a me interar dessa área, desses aspectos técnicos das comunidades de produção, mas, ao mesmo tempo que eu ia trabalhando, fazendo esse levantamento na parte educacional, eles também iam interagindo comigo e a gente ia desenvolvendo o trabalho.(...) Quando eu cheguei ao município, nosso contato lá era a prefeitura e a EMATER, como em quase todos os municípios que a gente trabalhou. Primeiro nós fizemos aquele levantamento de vista, de observação, depois a aplicação de questionários com todas as famílias da comunidade, e agente fez com a colaboração dos próprios comunitários, principalmente com as pessoas que faziam parte da associação, as lideranças comunitárias, conseguimos com isso aplicar esses questionários com todas as famílias das comunidades ai tivemos um quadro interessante. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)



Aplicação do Diagnóstico Rápido e Participativo (DRP) (PEASA, 2004)

Dentro da perspectiva do DRP, a participação de uma equipe multidisciplinar é essencial para a visualização amplificada da realidade das comunidades, sendo necessário envolver o maior número de pessoas possível. Talvez, as limitações dessa metodologia girem em torno da não participação da grande maioria dos moradores, centrando-se nos supostos representantes, e da influência do olhar técnico sobre a realidade social e suas peculiaridades, influenciando sobre o resultado final do diagnóstico.

(...) o objetivo do diagnóstico era a gente conhecer a realidade onde a gente ia atuar e também identificar a vocação dessas comunidades pra poder a gente trabalhar a questão da intervenção tecnológica e do desenvolvimento dessa profissão no mercado, como a gente queria, e implantar agroindústria no meio rural. (Pedagoga e coordenadora COOAGRIL, Entrevista em 26/01/2005)

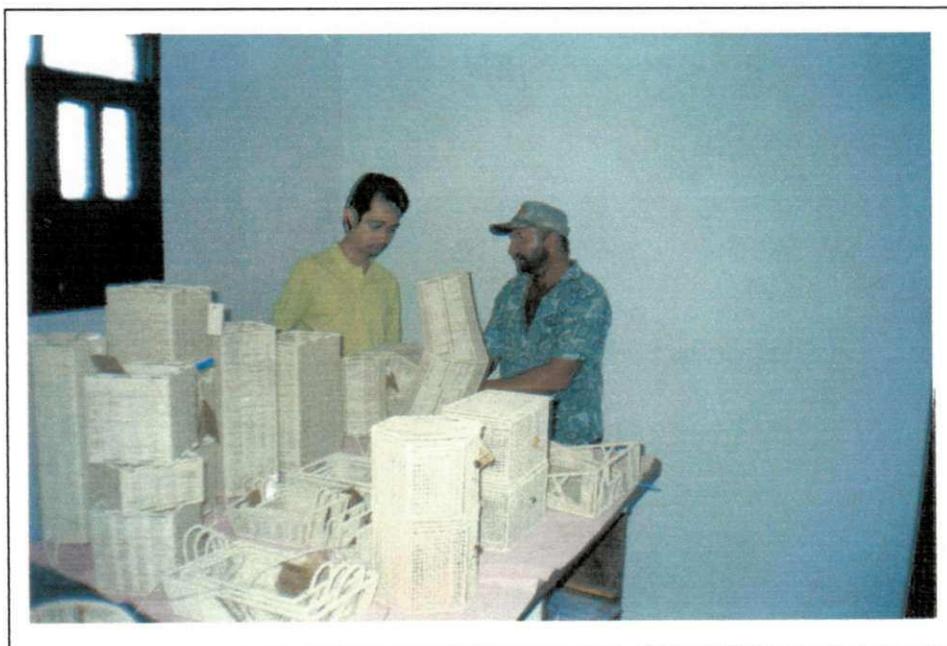
Apesar da aplicação do DRP ter por objetivo visualizar de maneira ampla as condições sociais e econômicas das localidades, percebemos que o foco da aplicação realizada pelo PEASA foi detectar especificamente o funcionamento do SPL e as vocações produtivas. Essa aplicação tendenciosa reflete também o intuito prévio de intervir nos sistemas produtivos, racionalizar a produção dentro dos moldes de uma gestão modernizada.

Seguindo essa linha, é perceptível que a fase de **preposição** serve para legitimar as informações diagnosticadas. Nessa fase, são realizados treinamentos que envolvem os agentes locais, visando principalmente uma mudança de comportamento frente ao processo produtivo já conhecido por eles. Os temas são bastante variados (planejamento, vendas, técnicas de designer etc), porém todos giram em torno de uma racionalização das condutas para se construir um sistema produtivo local mais competitivo e empreendedor, fortalecido pelos conhecimentos difundidos pela academia (administração, marketing, logística, contabilidade etc).

Durante as fases de **sustentação e execução** vários ensaios são feitos para se chegar a um modelo de gerenciamento coordenado pelo programa. Aqui entram em ação

a proposta que já vem sendo alicerçada durante a fase anterior, o desenvolvimento de um sistema de racionalização produtiva, agregada à perspectiva do empreendimento voltado a gestão comunitária, daí a necessidade de uma organização social mínima (associação de moradores ou produtores) prevista antes da escolha das localidades.

Especificamente na fase de **execução** o programa monta um amplo esquema de acompanhamento dos projetos (gerenciamento da produção com visitas periódicas, capacitações, divulgação dos produtos em feiras nacionais e internacionais, organização das vendas, busca de novas parceiras, supervisão dos bolsistas etc) dando um suporte gerencial e técnico a exemplo do recebido pela parceria com o SEBRAE-PB que disponibilizou para a comunidade Cuiuiú uma consultoria na área de designer, trabalhando-se oficinas de criação de peças artesanais e de melhoramento das já existentes. Outro ponto importante nessa fase é o papel da central de comercialização localizada em Campina Grande – PB, a Cooperativa Agroindustrial (COOAGRIL) encubada na Fundação Parque Tecnológico da Paraíba.



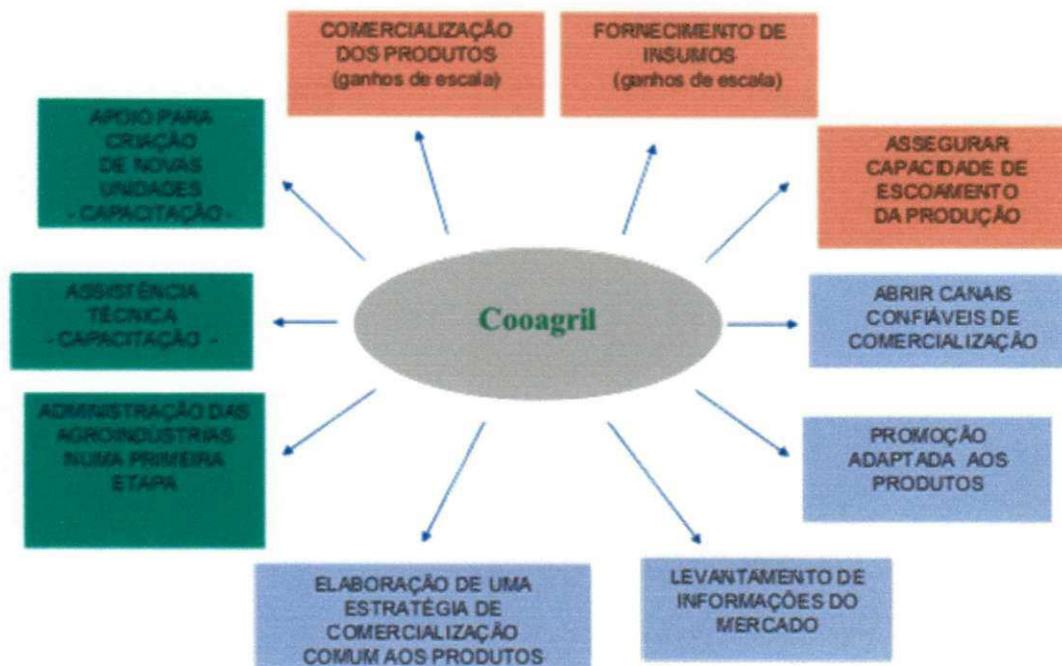
Peças desenvolvidas a partir da capacitação desenvolvida pelo SEBRAE-PB na comunidade Cuiuiú, Barra de Santa Rosa.

A COOAGRIL (Figura V, página 99) serve, na fase de execução, como centro de comercialização e apoio logístico às unidades agroindustriais. A cooperativa recebe os produtos, trabalha seu visual através da marca **Semear**³² e realiza todo o processo de comercialização, incluindo emissão de documentos e notas fiscais. Outra atividade importante é o acompanhamento gerencial feito pela cooperativa às unidades agroindustriais em sua fase inicial, principalmente por meio do desenvolvimento de capacitações:

Foi identificado no processo que um dos grandes gargalos para essas comunidades é a colocação dos seus produtos no mercado, por isso que existe um atravessador. Então para superar essa necessidade a gente pensou em criar uma estrutura, uma central de comercialização que é assim chamada inicialmente, que comercializasse e concentrasse todos esses produtos dessas unidades, todas que estavam sendo implantadas e abrisse mercado para elas, pra isso essa unidade ela teria que ter uma personalidade jurídica. Como a gente já estava lidado de certa forma com o PaqTc e o coordenador do PEASA (...) ele sugriu que fosse criada essa personalidade jurídica, uma cooperativa e que ela fosse uma empresa incubada a Fundação PaqTc já que aqui tem a incubadora que assessora empresas que estão iniciando. Então foi pensando por toda a equipe que trabalhava, todos os bolsistas, analisamos a proposta da fundação da Cooperativa, onde todos nós enquanto técnicos seríamos associados e continuaríamos dando assistência técnica a essas comunidades, mesmo após o final da bolsa porque ela seria uma empresa e remuneraria nosso trabalho, e os próprios comunitários seriam associados. Então não iria existir o caso da gente agora esta substituindo o atravessador, mas seria uma empresa onde todos fariam parte e a gente poderia através desta empresa buscar mercado através da assessoria de marketing que existia aqui na fundação, buscar mercado pra esses produtos. (Pedagoga e Coordenadora da Cooagril, entrevista em 23/01/2005)

³² Semear é uma marca criada pela COOAGRIL no processo de agregar valor logístico aos produtos oriundos das agroindústrias, envolvendo desde o artesanato até alimentos.

Figura VI – Representação da COOAGRIL



Fonte: PEASA

Seguindo os moldes do empreendimento comunitário, a COOGRIL congrega técnicos e produtores locais ligados às agroindústrias coordenadas pelo PEASA. A cooperativa acaba por substituir, de uma forma ou de outra, o papel do atravessador na medida em que concentra as vendas e a abertura de mercado. O grande diferencial é a organização gerencial, uma empresa formalizada e administrada “coletivamente”, apesar da maioria das decisões não passarem por todos os seus membros:

A Cooagril a gente utiliza (...) por exemplo, hoje Cuiuiú é uma unidade consolidada, apesar dos problemas Cuiuiú já tem uma ponta no mercado e ele não tem interesse em transformar aquilo ali num negócio, preferem ficar como uma associação comunitária, só que o mercado não quer negociar com esse tipo de situação, o mercado precisa de nota fiscal precisa de ter alguém que responda até juridicamente, se for o caso, no que diz respeito aos produtos. Então a Cooagril é esse braço do programa do semi-árido e do PaqTc pra viabilizar a venda desses produtos no mercado, não só dos artesanatos como também dos derivados do leite. Então a Cooagril faz esse papel, esse meio de campo aí de negociação, é um trabalho quase voluntário da Cooagril ela fica com uma comissão de vendas que é insignificante na minha opinião (...) o que é gerado de receita pras comunidades não é significativo pra gerar uma receita pra viabilizar essas atividades (...) Se eu tirar a cooperativa, por exemplo, do meio tanto de Amparo quanto de Cuiuiú, iam sofrer uma revés grande porque

as empresas compram o queijo lá de Amparo porque ta comprando a uma empresa que vai lá e emite a fatura e tudo mais, então o produto "Semear" é um produto da Cooagril apesar de que lá está claro que é de uma comunidade rural, o produto de Cuiuiú também a nota fiscal é emitida da Cooagril para o supermercado por exemplo da rede Pão de Açúcar. (Coordenador Geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

A cooperativa acaba por centralizar a ponta do processo em suas mãos e nas mãos do PEASA, o que reflete um modelo de empreendedorismo comunitário fadado à falta de autonomia. Outro ponto importante, é que a cooperativa atua também, direta ou indiretamente, no processo de racionalização da produção nos agro-pólos, representando a parte do empreendimento que as comunidades não conseguiram ser ou desenvolver em idéias e ações, ou seja, a grande dificuldade referente ao processo de abertura de mercado e de vendas diretas enfrentada pelas comunidades é sanada pela participação da cooperativa, continuando a deixar o entrave das vendas sem solução, sem participação das comunidades.

Além do projeto das agroindústrias o PEASA também tem atuado como consultor (Quadro VII), implementando planos de negócio voltados ao campo, seguindo, como é perceptível, a linha do SEBRAE-PB. O foco dessas consultorias é o desenvolvimento de capital social (KLIKSBERG, 2001) via difusão da proposta do empreendedorismo comunitário.

Quadro VII – Projetos desenvolvidos pelo PEASA segundo relatório de atividades de 2005.98

PROJETO	DESCRIÇÃO	FINACIAMENTO	SITUAÇÃO
Projeto Rede Paraibana de Incubadoras	Atividades voltadas a elaboração do plano de negócios e do modelo de gestão de incubadora, capacitações, extensão tecnológica em empreendedorismo agroindustrial, elaboração de estratégia de marketing compartilhado, dentre outras.	PaqTcPB, SEBRAE/PB, FINEP e CNPq	Em andamento
Projeto Peixe Vivo	Criação da marca Peixe Vivo e elaboração do Manual de Identidade Visual, elaboração de projetos de arquitetura e engenharia do entreposto de comercialização no atacado e na unidade de comercialização etc.	PaqtcPB, PMCG e SEAP/PR	Em andamento

Projeto de Exposição “Viver e Compreender o Semi-Árido”	Pré-lançamento da Exposição de painéis, artefatos e artesanato; lançamento do livro “Plantas, Prosa e Poesia do Semi-Árido”, Exposição virtual (CD-ROM e DVD) e implantação do Cactáreo no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia.	PMCG, PaqTcPB; CEDAC, SEBRAE/PB, Unicampo, FIEP, VITAE e CNPq	Em fase de conclusão
Extensão tecnológica para a Incubadora do Agronegócio de Apicultura de Mossoró – RN	Elaboração do plano de negócios e do modelo de gestão da incubadora, concepção de produtos derivados da Apicultura (marcas, rótulos, e embalagens) e capacitações diversas;	SEBRAE/RN, ESAN, Fundação Guimarães Duque, PaqTc e IGRAM	Concluído
Extensão tecnológica para a Central de Produção e Comercialização de Castanha de Caju da Serra do Mel (RN) – COPECAJU	Elaboração do plano de negócio, modelo de gestão, manual de identidade visual etc.	SEBRAE/RN, PaqTcPB e COPECAJU	Em fase de conclusão
Projeto PCHS – Sistema Integrado de Produção de Peixe, Camarão, Halófito e Sal na comunidade de Poleiros, Barra de Santa Rosa	Projeto de reestruturação, construção e ampliação do número de tanques escavados de engorda de camarões e peixes, reforma da unidade de apoio ao projeto, reconstrução da casa de máquinas e reequipamento do Sistema de produção através de Fontes Alternativas de Energia (Eólica e solar);	PactcPB, Prefeitura de Barra de Santa Rosa, Comunidade de Poleiros e SEAP/PR	Em fase de conclusão
Capacitação de comunidades rurais para criação de peixe em tanques-rede	Capacitação e implantação da produção de peixes em tanques-rede nas comunidades rurais dos municípios de Jericó, Cajazeiras, Souza, Patos, Coremas e Condado; capacitação para implementação posterior em comunidades de Boqueirão, Barra de Santa Rosa e Araçagi.	PaqTcPB, Prefeituras, Comunidades rurais e SEAP/PR	Em andamento
Projeto de desenvolvimento do sistema de informação para Apoio à Gestão de Arranjos Produtivos Locais	Capacitação de Atores Produtivos e institucionais e implantação do Portal de Informação e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL do Algodão Colorido (para região do Sertão polarizada por Patos – PB), capacitação e implementação do portal de informações e rede digital de negócios BALCOM para a APL da Mamona (região polarizada por Irecê – BA).	PaqTcPB, EMBRAPA Algodão, Governos da Paraíba (SAIA/EMATER) e da Bahia (SAA/EBDA), SEBRAE/PB e ADENE/MIN.	Em fase de conclusão

Fonte: PEASA

Os planos de negócio desenvolvidos pelo programa voltam-se todos ao *agribusiness*, trabalhando a elaboração e implementação dos projetos, capacitação dos agentes, apoio logístico, organização de sistemas de comunicação etc; acabando por

influir direta ou indiretamente nas localidades onde presta consultoria, a exemplo do Projeto da Serra do Mel e o da agroindústria de apicultura em Mossoró – RN, nos quais ou o programa já se afastou pela conclusão ou encontra-se vinculado parcialmente através de apoio técnico.

4.3 Problemas relacionados ao modelo de intervenção

Devido a amplitude da proposta, o PEASA, em 12 anos de existência, ainda não conseguiu cumprir com todos os objetivos propostos. Seu modelo de intervenção focado no desenvolvimento local ainda se mostra limitado, principalmente pela ênfase nos SPL's e no empreendedorismo comunitário:

(...) a gente não atingiu totalmente os nossos objetivos, se você tratar cada ação como um projeto, alguns projetos a gente conseguiu concluir perfeitamente outros a gente lamentavelmente não conseguiu e são fatores diversos, incluindo também um pouco de negligência do programa em função das dificuldades de equipe. (...) então a gente não cumpriu totalmente por conta dessa dificuldade e também há um pouco de negligência do programa assim, não é negligência, é dificuldade que o programa teve em gerir uma equipe tão grande quando teve na mão 8 ou 10 bolsistas. (...) coordenar essa equipe não foi fácil e a gente teve prejuízos nas comunidades inclusive por conta desse problema também de pessoas que não agiram de boa fé no que diz respeito àquela bolsa que estava recebendo do CNPq e aí terminou trazendo prejuízos para o PEASA. (Coordenador geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

A questão do corpo técnico é aqui um ponto importante a se analisar diante dos problemas do modelo de intervenção, principalmente quando se pensa a continuidade e a sustentabilidade das ações desenvolvidas pelo PEASA. A não existência de uma equipe técnica fixa e responsável pelos projetos (constituída principalmente por bolsistas) torna os acompanhamentos insipientes e o apoio em nível de capital intelectual inconstante.

O processo de modernização das estruturas produtivas locais, centro do processo de intervenção do programa, estão associados diretamente à construções e reconstruções

de um conjunto de relações sociais, principalmente porque estas acabam por definir àquelas na medida em que fazem parte de uma estrutura maior. O empenho em racionalizar a produção e o comportamento dos agentes sociais é central no processo de modernização promovido pelo programa, uma ação educativa que muitas vezes vai de encontro à cultura local, impedindo a construção de projeto coletivo de desenvolvimento.

Então a linha nossa (...) é de tentar viabilizar ações em que nós pudéssemos educar as comunidades, a partir das vocações da comunidade tentar capacitá-los a tirar melhor proveito da região que ele sobrevive sem agredir a região, daí vem a questão da sustentabilidade desse desenvolvimento, ainda que muito incipiente, porque absolutamente a gente não chega a dizer que em hipótese alguma esse desenvolvimento que a gente está promovendo é um desenvolvimento substancial, ele é um desenvolvimento incipiente. (...) Diria com toda tranquilidade até porque a universidade ela não tem condições de promover esse desenvolvimento substancial sem uma parceria mais (...) efetiva do Estado, digo do governo do estado mesmo e das prefeituras locais. Em alguns locais a gente tem todo o apoio da prefeitura local e nesses locais as atividades conseguem fluir melhor, onde falta esse apoio têm-se dificuldades. (Coordenação geral do PEASA, entrevista em 04/04/2006)

Esse desenvolvimento aparente pode ser percebido nas limitações de alguns projetos, limitações tanto técnica como de gestão. A intervenção realizada na comunidade de Poleiros, município de Barra de Santa Rosa, reflete um pouco disso. Inicialmente a proposta dessa agroindústria era trabalhar o beneficiamento de frango e ovos de capoeira, avançando também para a produção de camarão em tanques com rejeito de dessalinizador que ficou conhecido como **Projeto Seu Ciço**, uma iniciativa que rendeu ao programa o Prêmio ANPROTEC³³ e o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, ambos em 2002. Porém, o projeto foi interrompido em 2004 tendo como um dos motivos o alto custo da energia elétrica consumida, agregado ao fim dos recursos³⁴, mostrando, dessa forma, a falta de sustentabilidade técnica e financeira somada a dificuldade de implantar a idéia de empreendimento comunitário:

³³ Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores.

³⁴ O referido projeto da agroindústria de Poleiros, tendo como foco a produção de camarão, foi ampliado em 2005 e encontra-se em fase de conclusão, incluindo também a criação de peixe, produção de halófito (tipo de planta que vive em solo salgado) e sal.

Foi em Poleiros que nós ganhamos o prêmio. Apesar de todas essas dificuldades a gente conseguiu implantar o projeto (...) eram 12 famílias inicialmente e depois com o processo, com o desenrolar ficamos com 5 famílias apenas. (...) Foi lá que a gente conseguiu porque era um projeto inovador e uma grande contribuição na realidade do semi-árido. Hoje tem um número relevante de perfuração de poços, esses poços no primeiro momento beneficiam a comunidade, mas, como a água é muito salina nesses poços então é implantado um dessalinizador. Esse dessalinizador gera um rejeito que, ao mesmo tempo vem beneficiar a comunidade com água potável, vai prejudicar o meio ambiente (...) ele saliniza o solo e ele não produz mais nada. Então o projeto visa aproveitar esse rejeito pra criação de peixe e camarão, a gente ganhou o prêmio com isso aí. Então foram construídos alguns tanques lá onde esse rejeito era jogado e criavam-se camarão e peixe. Eles ainda tão criando peixe, camarão não porque o custo é alto da energia elétrica para bombear a água, então onerou muito o projeto e o custo da produção elevou-se. Então a gente teve que suspender enquanto a gente pesquisa formas alternativas de energia que sejam mais baratas para que viabilizem o projeto, vai ser agora a segunda fase. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 23/01/2005)

Esse contexto nos faz perceber a constituição de uma metodologia muitas vezes discrepante entre teoria e prática, principalmente quando se fala em empreendedorismo e ao mesmo tempo não se trabalha a autonomia desse suposto empreendedor rural. Essa visão acaba por provocar conflitos nada construtivos entre o discurso técnico-científico e o modo de vida camponês, reproduzindo uma relação de dependência já tão conhecida nas intervenções governamentais e não governamentais realizadas no semi-árido rural nordestino:

(...) eu percebo que eles ainda não têm aquela capacidade de tocar sozinhos, vamos dizer se eu me afastasse agora eu creio que ia haver uma queda grande (...) a coisa esfria e mesmo esses contatos, é direto as ligações do Brasil todo atrás, por e-mail e tudo mais (...) lá não tem telefone, a Internet muito menos, então fica difícil para eles e até por eles serem sempre acostumados (a maioria desses produtores rurais eles são acostumados a tudo vir prontinho pra eles). Então, eles não são criados pra batalhar, pra enfrentar, não são empreendedores! (Técnica responsável por Cuiuiú até 2005, entrevista em 11/08/2004)

Os juízos de valor apregoados pelo programa refletem um olhar preconceituoso sobre o homem do semi-árido, um sujeito visto como entregue a própria sorte, culturalmente estagnado e sem aptidão para o trabalho. A reprodução social do camponês é limitada, na visão dos técnicos do PEASA, ao que ele produz economicamente,

demonstrando na realidade a inaptidão do programa no desenvolvimento de discussões mais aprofundadas sobre a realidade sócio-cultural do semi-árido.

A realidade da COOAGRIL acaba por reforçar a visão acima. A cooperativa assume de certa forma o papel de fachada das unidades de produção agro-industriais, seu papel de ponte com o mercado inviabiliza o processo de empoderamento das comunidades em relação às unidades de produção e ao processo de comercialização dos produtos. As dificuldades que a cooperativa está tendo em nível de sustentabilidade mostram, assim, a contradição inerente entre sua existência e finalidade e o modelo de intervenção aplicado pelo PEASA, o empreendedorismo comunitário:

Agora tá sendo ela (a técnica do PEASA) e agente vai trabalhar para a gente aprender a fazer, porque muita gente vem pensando que a gente pode vender e, assim, eu acho que eles pensam assim – é do sítio não sabe muita coisa né! Principalmente de comercialização aí vem e mexe na cabeça da gente pra ver se agente vende por um preço menor do que ela vende (...) Eles pensam que ela é assim, como uma atravessadora, ela compra o produto a gente e futuramente ela vende por um preço que ela possa ganhar, só que não é assim. Ela tá trabalhando com a gente só que ela não tira uma porcentagem pra ela aí muita gente pensa que é assim. Fica uma porcentagem com a gente pra o material e pra cooperativa, uma peça é vendida, a luminária que é a peça mais cara tem um preço final de R\$ 78,00 (Setenta e Oito Reais), desse valor é tirada uma porcentagem para o artesão, uma para o material, uma pra o soldador e uma pra cooperativa. Nessa peça fica R\$ 28,00 (Vinte e Oito Reais) para o artesão e para cooperativa eu não sei dizer não. Só sei dessa que é minha parte, nem sei do material e é isso que a gente tem de trabalhar, tem uma parte pra cooperativa daqui e uma que vai pra lá (COOAGRIL – Campina Grande) mas para colar as etiquetas e a embalagem. Uma coisa é a comercialização da gente né, eu acho que a gente pode futuramente trabalhar para gente mesmo vender. Acha que também em relação ao telefone, na comunicação, transporte, essas coisas (...) (Artesã vice-presidente da associação de Cuiuiú, entrevista em 13/12/2004)

No modelo tradicional os empreendimentos desenvolvem e se apossam de todo o processo, desde a chegada da matéria prima até a saída da manufatura pronta para o mercado, trabalhando no ciclo de um sistema aberto com entradas e saídas alimentadas pelo *feedback*. O que ocorre é que o modelo de intervenção comunitária aplicado pelo programa não tem desenvolvido esse tipo de perspectiva, limitando a autonomia dos responsáveis diretos pela produção.

O *empreendedorismo comunitário* funcionaria, portanto, sob a ótica que visualiza o crescimento econômico como fator central do desenvolvimento social, chegando a confundir-se com ele. Os problemas de desenvolvimento do semi-árido estariam atrelados diretamente à má gestão econômica, logística e administrativa aplicada pelo modelo de produção tradicional predominante, sendo importante frisar que esse suposto modelo tradicional aqui não seria uma forma oposta a um modelo dito moderno, mas uma forma de produção não racionalizada.

(...) eles não são empreendedores, então na primeira dificuldade eles esbarram, então vamos ver, falta alguma coisa lá, vamos dizer, está com dificuldade de sisal aí quando eu ligo: - e aí gente como tá a produção? - Ah! faz uma semana que eu não trabalho, tá difícil de mais de encontrar sisal aqui. Então quer dizer é uma dificuldade básica que eles esbarram aí é preciso às vezes dizer: - gente vocês tem que ir atrás em outro canto, quem é mais que produz sisal aqui, aí eu dou aquela força assim aí é quanto eles vão. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

O diagnóstico desenvolvido pelo programa já apontava a que a organização política comunitária não é um traço cultural das localidades participantes. Mesmo assim, o programa persiste em aplicar um modelo de intervenção junto aos SPL's que se caracterize por meio de ações coletivas. O *empreendedorismo comunitário* foi, então, implantado como alternativa de desenvolvimento local, mesmo se sabendo da dificuldade que se encontraria junto às comunidades:

Quando eu cheguei ao município nosso contato lá era a prefeitura e a EMATER, como em quase todos os municípios que a gente trabalhou, e a descrição que o técnico da EMATER fazia de Cuiuiú era a das mais feias possíveis, ele dizia: - aquela comunidade aquilo é um monte de esmolar pobre só quer se aproveitar - ele sempre dizia assim - ali não dá pra muita coisa (...) Chegando na comunidade com uma descrição dessa a gente já fica um pouco assim com o pé atrás para ir conhecendo as pessoas, mas desde o primeiro momento o acolhimento foi muito bom (...) Carlos Minor sempre diz uma coisa que é interessante, foi preciso a gente conviver com eles lá, se fazer família com eles, se tornar uma família pra questão da conquista da confiança pra poder eles irem se soltando e a gente começar a desenvolver, a iniciar o trabalho com eles. Então a gente ia pra lá passava dois dias, três dias em capacitação, interagindo, conversando (...) o processo foi lento pela própria cultura deles assim de não estarem habituados, nunca terem trabalhado de uma forma associativa. (Pedagoga e coordenadora da COOAGRIL, entrevista em 26/01/2005)

É perceptível também, dentro desse tipo de intervenção, o papel centralizador que o programa acaba por desenvolver, o que tem ficado claro em algumas localidades como Cuiuiú e Poleiros na medida em que os empreendimentos comunitários tendem a permanecer com as decisões centrais focalizadas nas mãos dos técnicos responsáveis:

(...) eles não são ainda preparados, eu tenho receio de que eles não toquem para frente essa empresa deles, eu reforço muito isso que aquilo ali é deles é uma empresa e eles tem que ver aquilo ali como uma empresa de geração e fonte de renda para eles. Tem algumas pessoas que já são bem treinadas, quando tem oportunidade eu boto elas na feira (...) Agora como a maioria desses contatos é feito por telefone, por Internet, fica difícil de avaliar como seria a reação deles. Eu to batalhando por um orelhão. (...) (Técnica responsável pela agroindústria de Cuiuiú até 2005, entrevista em 11/08/2004)

Em linhas gerais, os pontos apresentados acima refletem um conjunto de situações que descortinam a fragilidade do modelo de intervenção desenvolvido pelo PEASA. Três eixos centrais podem ser apresentados para demonstrar essa fragilidade: 1. a ênfase na dimensão econômica do desenvolvimento local; 2. a aplicação do empreendedorismo comunitário onde não se possui uma cultura comunitária; e, 3. a falta de autonomia e sustentabilidade dos pólos agroindustriais. Esses três eixos compõem um ponto de reflexão que também serve de parâmetro para se analisar o fracasso ou o funcionamento precário de algumas unidades de produção agroindustriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar um modelo, forma ou tipo de desenvolvimento para o Nordeste rural semi-árido ou para qualquer outra região do mundo é visualizar inevitavelmente um processo de modernização, constituído nas relações sociais e influenciando sobre elas.

O PEASA como programa de extensão ligado à universidade pública, pretende ser um instrumento de produção do desenvolvimento local de algumas regiões do semi-árido paraibano, sendo, portanto, reprodutor de um amplo processo de modernização. O programa constitui-se a partir de um discurso não mais voltado para ampliação das infra-estruturas (as macro soluções direcionadas ao regional como o projeto hídrico); não mais adepto do modelo industrial e seus pólos de desenvolvimento já pensados pelo GTDN; mas, acima de tudo, difusor de um desenvolvimento direcionado para o micro, o local, enfatizando a geração de qualidade de vida e de inclusão social, em linhas gerais, a idéia de um desenvolvimento local sustentável para o semi-árido:

O objetivo era aumentar emprego e renda (...) essa coisa de inclusão social, criação de emprego e renda, porque as pessoas são dependentes dos programas do governo, vamos dizer emergência (...) O objetivo do PEASA era trazer uma ocupação mesmo que não fosse, vamos dizer, a principal, vamos dizer que eles hoje só vivem do artesanato, mas que eles tenham suas atividades e aquilo seja um incremento a sua renda. Então a gente como chega na comunidade as pessoas são muitos descrentes, elas não acreditam (...) no que você tá propondo de imediato, é preciso um trabalho pra conquistar, um namoro. (Coordenador geral do PEASA, entrevista em 26 de Abril de 2006)

O modelo de intervenção aplicado pelo PEASA, e denominado de **empreendedorismo comunitário**, volta-se a geração de emprego e renda via criação de agroindústrias locais. Agrega-se, portanto, o *agribusiness* aplicado dentro de uma ação coletiva, comunitária, culminando numa organização associativa de um negócio gerido

por um grupo de pessoas pertencentes a uma mesma localidade com um sistema produtivo comum.

O referido modelo busca articular uma série de conhecimentos produzidos na academia sob um aspecto multidisciplinar (agronomia, engenharia, pedagogia, administração etc), aplicando-os no planejamento e implantação das agroindústrias. O empreendedorismo comunitário, na medida em que propõe a racionalização das estruturas produtivas, apresenta, de acordo com nossa análise, um projeto de modernização, de mudança de comportamento.

O *agribusiness* é praticado nesse modelo de forma diferenciada, seguindo um caminho oposto, por exemplo, ao dos *farmers* americanos, empresários do campo que trabalham de forma individualizada. No contexto do PEASA, existe uma valorização da vertente comunitária, associativista, percebida pelo programa como alternativa para a melhoria da qualidade de vida e da dinâmica econômica das localidades assistidas, como forma mais adequada de gerir um projeto de desenvolvimento local.

O programa percebe na abordagem do empreendedorismo comunitário o único caminho para o desenvolvimento econômico das comunidades rurais do semi-árido. O processo de modernização das estruturas produtivas, tidas como ultrapassadas e inertes, seria favorecido partir da geração de um processo de ajuda mútua que desencadearia o fortalecimento dos produtores diante do mercado globalizado.

Porém, nosso estudo destaca que as localidades rurais nas quais o programa atua, em sua maioria, não possuem a tradição de um sistema de produção associativo. Os sistemas produtivos locais baseiam-se na lógica de propriedades familiares camponesas, sua organização política não se apresenta por meio de representações formais organizadas associativamente. O programa também possui essa informação colhida na época do diagnóstico realizado no semi-árido paraibano, no qual também se percebeu que nas

localidades onde se possuía algum tipo de representatividade formal esta havia sido implantada por interesses exógenos, a exemplo das necessidades do poder público local, das agências de desenvolvimento ou mesmo da própria universidade.

A implantação dos empreendimentos coletivos dentro da realidade acima apresentada mostra a ineficiência da ação do PEASA, trazendo a tona a fragilidade de uma intervenção que não leva em consideração as peculiaridades sócio-culturais locais, não provocando em seu planejamento uma discussão mais aprofundada sobre a sustentabilidade do projeto, fato que culminou no fracasso de várias unidades agroindustriais.

Essa limitação do olhar que o programa lança sobre seu ambiente de intervenção acaba por direcioná-lo para questões secundárias como a suposta ineficiência gerencial dos sistemas produtivos locais, bem como de um arcaísmo que marcaria a posição marginal da população do semi-árido diante da sociedade moderna, sua economia e seu desenvolvimento. Dessa forma, o programa assume o papel de agente modernizador dessas localidades, a partir da implantação de um amplo processo de racionalização das estruturas sociais e produtivas via mudança de comportamento, atuando sobre a diminuição da vulnerabilidade do sistema produtivo como ponto central do processo de desenvolvimento local.

A crítica que o programa faz aos membros das comunidades, em relação ao seu perfil de não empreendedores, também poderia ser feita a qualquer habitante da zona urbana, pois afinal a própria teoria da administração afirma que o empreendedor é forjado nas relações sociais. O que se encontra por trás dessa carência de desenvolvimento, digamos assim, não seria a falta de uma visão empreendedora ou racional nem a ineficiência gerencial dos sistemas produtivos locais, mas uma estrutura social moderna e excludente: uma estrutura fundiária desregulada, a má distribuição de renda que também

se estende às regiões urbanas e não semi-áridas, a falta de interesse político e de investimentos em educação, saúde e geração de emprego e renda dentre muitos outros.

O discurso e a perspectiva de uma modernização voltada agora para o desenvolvimento de capital social, vislumbrando qualidade de vida, inclusão e equidade, poderiam ser pensados como um avanço dentro do revolucionar da sociedade. Porém, quando se esbarra, por exemplo, na falta de autonomia, na dependência e na não continuidade que os diversos agentes mediadores e intervencionistas, a exemplo do PEASA, deixam no rastro de suas ações faz pensar as inúmeras limitações do modelo e de sua forma de aplicação.

Os modelos de desenvolvimento para o Nordeste (o projeto hídrico, a industrialização etc), refletindo-se na modernização da região, emergiram e se transformaram carregando consigo diversas contradições e limites poucos refletidos. A perspectiva de “convivência com o semi-árido” tem buscado apresentar, desde a década de 1990, um olhar diferenciado sobre a região e seu desenvolvimento, fato que acabou sendo abarcado pela sociedade civil organizada e pelo poder público. Um fato importante é que essa perspectiva também se reflete em modernização das estruturas, na medida em que propõe mudança de comportamento e mentalidade na relação homem/natureza.

A intervenção do PEASA segue também a perspectiva de “convivência com o semi-árido”, tendo nas tecnologias sociais a base de atuação, deixando de lado, porém, as questões de cunho ambiental, tão importantes quando se trata de semi-árido. Situação similar que ocorre na frágil articulação política do programa junto ao poder público, apesar das parcerias, criando projetos relativamente isolados das discussões e dos interesses das sociedades locais.

O PEASA, dentro das limitações de seu modelo de intervenção, tem acompanhado as tendências emergentes quanto ao desenvolvimento da região, porém,

sem provocar discussões mais aprofundadas sobre esse modelo e o tipo de modernização que se pretende. Sua ênfase no processo de racionalização das estruturas não tem sido acompanhada da promoção de autonomia das localidades em relação aos projetos, reproduzindo um modelo fadado à dependência e a ação de agentes externos. Nessa perspectiva a promoção do desenvolvimento local pretendido pelo programa tem sido incipiente, atingindo a auto-estima já tão comprometida das comunidades, reforçando o conceito pejorativo que a falta de continuidade das ações dos agentes governamentais ou não tem criado, reafirmando a falta de equidade social e de compromisso com o desenvolvimento seja local ou global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida*. Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, vol 1, nº 1, São Paulo: IEA, 1987.

ABRAMOVAY, Ricardo & BEDUSCH FILHO, Luiz Carlos. *Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil*. SOBER, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo. *O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural*. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, 23-25 de Novembro, 1998.

ALBUQUERQUE Jr, Durval Aires de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 2 ed, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Cortez, 2001.

ARAÚJO, Vicente de P. Albuquerque. *Atividades 2005 – Relatório Resumido*. Campina Grande: PEASA/UFCG, 2005.

_____. *Pesquisa e Disseminação de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Sustentável*. Anais SITADS – Seminário Internacional de Tecnologias Apropriadas para o Desenvolvimento Sustentável, Campina Grande – PB, 25-29 de Setembro de 1996.

ALENCAR Jr, José Sydrião de. *Nordeste, questão nacional, consolidação do estado nacional e semi-árido: reflexões sobre a criação e ação do BNB nos seus cinquenta anos de funcionamento*. In: Revista Conviver Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out. - dez. 2004.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6 ed., Recife: Editora Universitária/UFPE, 1998.

_____. *Análise do Semi-Árido nordestino e a visão da seca*. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

_____. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas – SP: Papirus: 1988.

_____. *Agricultura e Capitalismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

AQUINO, Joacir Rufino de. e SANTOS, Robério Ferreira dos. *Novos desafios para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nordestina*. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan/jun 2002.

AZEVEDO, Hamilton M. & MATOS, José de Arimatéia. *Avaliação da performance de sistemas integrados de produção (SIP) em propriedades dos semi-árido*. Informativo SUEP, N° 08, Campina Grande, Janeiro de 1991.

BLUM, R. *Agricultura Familiar: Estudo Preliminar da Definição, Classificação e Problemática*. Disponível em <<http://www.dataterra.org.br>> Acesso em: 19/11/2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand – Brasil, 2002.

_____ *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____ *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação e Agricultura, 1999.

BUNGE, M. *Ciência e desenvolvimento*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1980.

CARDIN, Fernandes. *A terra é chã e sua gente honrada*. Revista Conviver Nordeste Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out-dez. 2004.

CARVALHO, Otamar de. *A Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID – Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

Declaração do Semi-Árido. Propostas de Articulação no Semi-Árido Brasileiro para a Convivência com o Semi-Árido e combate à Desertificação. Recife, 26 de Novembro de 1999.

DINIZ, Paulo César O. *Ação Coletiva e Convivência com o semi-árido: a experiência da Articulação do Semi-Árido paraibano*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFCG, Campina Grande, 2002.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DUQUE, Ghislaine. *Fome Zero, Sede Zero. Um velho desafio para o PATAC*. Mimeo.

FEATHERSTONE, Mike. *Localismo, globalismo e identidade cultural*. Sociedade e Estado, Vol. XI, N° 1, Brasília: Unb, Janeiro-Julho de 1996.

FERNANDES, Marcionila. *Desenvolvimento Sustentável: antinomias de um conceito*. In: GUERRA, L & FERNANDES, M. (Org.) *Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Belém: Associação das Universidades Amazônicas, 2003.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 3 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GIDDENS, Anthony. *O mundo em descontrolado*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Enoque. Do GTDN à presente crise do Nordeste do Brasil. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

GUERRA, L. D. et al. *Uma abordagem sociológica da crise ambiental e do modelo de desenvolvimento sustentável*. In: DUQUE, G. (Org) *Agricultura Familiar e Meio Ambiente*. Ensaio e Pesquisas em Sociologia Rural, Campina Grande: UFCG, 2002.

GUIMARÃES FILHO, Clóvis & LOPES, Paulo Roberto Coelho. *Subsídios para Formulação de um Programa de Convivência com a Seca no Semi-Árido Brasileiro*. Petrolina, PE: Embrapa Semi-Árido, 2001.

HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialidade e Identidade*. Niterói: EdUFF; São Paulo:Contexto, 2002.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HELD, David & MCGREW, Anthony. *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HERMET, Guy. *Cultura e Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

KLINISBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: UNESCO, 2001.

KUTZ, Robert. *A estética da modernização*. Porto Velho – RO: Editora da Universidade Federal de Rondônia, 2001.

LIMA, João Policarpo R. Nordeste: as fontes de dinamismo segundo o GTDN e as potencialidades atuais. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

MAGALHÃES, Antônio R. Um estudo de desenvolvimento sustentável do Nordeste semi-árido. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

MARTINS, Carlos Bendito. *O que é Sociologia*. 38 ed., São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos - 57).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Paz e Terra. São Paulo. 2000. 6ª. Edição.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão Universitária: em busca de outra hegemonia*. In: Revista de Extensão/UFPB, Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, Ano I, número I, João Pessoa, Junho de 1996.

MELO, José Camino de. *O fenômeno El Niño e as secas no nordeste do Brasil*. Revista Raízes, ano XVIII, n 20, novembro de 1999.

MICHELOTTO, Regina Maria. *Universidade – Sociedade: a democratização da universidade pública*. Disponível em <<http://www.educacaoonline.pro.br>> Acesso em 14/05/2005.

MONTENEGRO, Rosilene Dias e SANTOS, Robério Ferreira dos. *A visão neoclássica da modernização*. Raízes, Campina Grande, n ° 10, Ano XIII, dez. 1994.

MORIN, Edgard. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

OF/SUEP/UFPB/No. 027/91, Campina Grande, 04 de Julho de 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO - FAO/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê Estatístico*. Brasília, FAO/INCRA, 2000.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e Escravidão: um proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil. C. 1700-1875*. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 03, 1987.

Plano Nacional de Extensão Universitária. Edição Atualizada, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, 2000-2001.

Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste – PDCT/NE, Resumo – Programa Semi-Árido, Campina Grande: SUEP/UFPB, s/d.

Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA/UFCG). Disponível em <www.peasa.ufcg.edu.br> Acesso em: 03/2004.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O NORDESTE – PDCT/NE, Resumo – Programa Semi-Árido, Campina Grande: SUEP/UFPB, s/d.

Resumo dos Trabalhos do Sub-Programa de Pesquisas – SUEP/UFPB. Informativo SUEP N° 08, Campina Grande, Janeiro de 1991.

RIBEIRO, José Paulo. *A saga da Extensão Rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Seca e Determinismo – a gênese do discurso do semi-árido nordestino*. In: Revista Conviver Semi-árido, Fortaleza, V. I, n. 4, out. - dez. 2004.

SANTANA, Jorge Fernando & SILVA, George P. da Silva. Questões institucionais do Nordeste. In: ARAÚJO, Tania B. et al. (Org.). *O GTDN: da proposta à realidade – Ensaio sobre a questão regional: o Nordeste do Brasil*. Recife: UFPE, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1996.

SCHULZE, Margot Barboza & RAMALHO, Diolinda. *O projeto GAT com percebido pelos agricultores: uma análise preliminar da racionalidade tecnológica*. Informativo SUEP, N° 08, Campina Grande, Janeiro de 1991.

SIDERSKY, Pablo. *Sobre as transformações da extensão rural e do papel do extensionista: da difusão de informações para a "facilitação de processos"*. Palestra apresentada no Seminário Nacional sobre Extensão e o Novo Espaço Rural no Nordeste Brasileiro, organização Governo do Estado de Pernambuco, GTZ e UFPE, Recife - PE, 6 à 8 de Novembro de 2002.

TONNEAU, J. P. *Desenvolvimento rural sustentável: novo paradigma ou velhas questões*. In: WANDERLEY, M. de N. B. (Org.) *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis, Campinas: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMO, 2004.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. (Org.) *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: Dinâmicas Sociais Rurais no Nordeste Brasileiro*. São Paulo: Polis, Campinas: Ceres – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMO, 2004.

Wilches-Chaux, G. *La Vulnerabilidad Global*. In *Los Desastres no Son Naturales*. A. Maskey, Ed. Lima: La Red/ITDG, 2004.

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufcg.edu.br

ATIVIDADES 2005

RELATÓRIO RESUMIDO

1. Projeto da Rede Paraibana de Incubadoras (Projeto em Andamento)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, SEBRAE/PB, FINEP e CNPq

- Incubadora de Agronegócios de Araruna – IAGROC
 - Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Incubadora;
 - Capacitação para os empreendedores candidatos nos seguintes temas: Como Implantar um Pequeno Grande Negócio Agroindustrial – IPGNA Geral; IPGNA Frutas e Castanha; IPGNA Apicultura; Elaboração de Planos de Negócios Agroindustriais;
 - Concepção e projeto dos layouts das plantas agroindustriais de processamento de derivados da fruticultura; de processamento de derivados da apicultura; e de processamento de derivados da bovinocultura leiteira;
 - Extensão Tecnológica em Empreendedorismo Agroindustrial e Acompanhamento na Elaboração de Planos de Negócios de 06 (seis) micro-empresas agroindustriais candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Concepção de Pauta de Produtos e Serviços de 06 (seis) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Criação de Marcas Próprias para 03 (três) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Design gráfico para criação e arte final de Rótulos de Produtos de 03 (três) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Elaboração da Estratégia de Marketing Compartilhado para Inserção de Produtos e Serviços de 03 (três) empresas candidatas ao Sistema de Incubação da IAGROC;
 - Design gráfico e concepção mercadológica de folder e banners institucionais para divulgação da IAGROC, suas empresas e seus produtos e serviços.
- Incubadora do Agronegócios da Caprinocultura do Cariri Paraibano – IACOC (Monteiro)
 - Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Incubadora;
 - Capacitação para os empreendedores candidatos nos seguintes temas: Como Implantar um Pequeno Grande Negócio Agroindustrial – IPGNA Geral; IPGNA Derivados de Leite Caprino; Elaboração de Planos de Negócios Agroindustriais;
 - Criação da Pauta de 10 Produtos Derivados do Leite de Caprinos, com Marca Própria Compartilhada "MILCAPRI", e acompanhamento do Lote Piloto produzido pelas Unidades de Beneficiamento de Leite, incubadas na IACOC;
 - Criação da Marca MILCAPRI e Registro no INPI;
 - Design gráfico para Criação e Arte Final de Rótulos da pauta de 10 produtos derivados de Leite Caprino;
 - Elaboração da Estratégia de Mercado para Inserção da pauta de Produtos MILCAPRI nos Mercados Local e Regional;
 - Design gráfico e concepção mercadológica de Folder e de Banner Institucional dos Produtos Derivados de Leite Caprino da marca compartilhada MILCAPRI da IACOC;
 - Elaboração de Projeto da Incubadora para submissão à Fundação Banco do Brasil e obtenção de recursos para Implantação da Estratégia de Inserção dos Produtos MILCAPRI nos Mercados Local e Regional.

2. Projeto Peixe Vivo (Projeto em Andamento)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, Prefeitura Cidade de Campina Grande e SEAP/PR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufcg.edu.br

- Criação da Marca Peixe Vivo e Elaboração do Manual de Identidade Visual (MIV) com aplicações em material gráfico, embalagens, rótulos e etiquetas de produtos, etiquetas para disquetes, vestuário de pessoal de escritório, veículos, placas de fachada, etc.;
- Elaboração dos Projetos de Arquitetura e Engenharia do Entrepasto de Comercialização no Atacado e da Unidade de Comercialização no Varejo (Loja de Peixe Vivo);
- Articulação, negociação e obtenção de terrenos públicos junto à Prefeitura Cidade de Campina Grande, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, de Obras e Serviços Urbanos e da Agência Municipal de Desenvolvimento, respectivamente, no Mercado Público das Malvinas, para construção do Entrepasto de Comercialização e no Mercado Público do Catolé, para construção da Loja de Peixe Vivo;
- Elaboração e Desenvolvimento de Kits para Apresentação e Comercialização de Peixe Vivo em Restaurantes e Supermercados através do sistema de Mini-Franquia;
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Acompanhamento do Projeto Peixe Vivo através da INTERNET;
- Elaboração do Projeto para Estudos do APL do Peixe Vivo na Paraíba com a Concepção de Cenários a partir da Matriz SWOT (FOFA);
- Elaboração de Estudos IPGNA como suporte ao Modelo de Gestão do Projeto Peixe Vivo.

3. Projetos Comunitários das Unidades de Produção Agroindustrial do Semi-Árido (Projetos em Fase de Conclusão)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, COOAGRIL, Comunidades de Cuiuiu, Jericó e Amparo, Projeto Cooperar, SEBRAE/PB, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Nordeste e Banco do Brasil

- Unidade de Produção Agroindustrial de Cuiuiu
 - Conclusão da ampliação e reforma da Unidade de Artesanato;
 - Desenvolvimento de Novos Produtos Artesanais derivados de Sisal com estudo de Design através do SEBRAETEC;
 - Desenvolvimento do Site da Unidade Agroindustrial de Cuiuiu;
 - Continuação no Apoio ao Processo de marketing e Comercialização dos Produtos da Unidade Agroindustrial;
 - Apoio Logístico no Fornecimento de Insumos, Transportes e Visitas Permanentes da Equipe de Técnicos do PEASA/PaqTcPB/COOAGRIL
- Unidade de Produção Agroindustrial de Jericó
 - Conclusão da Unidade de Processamento de Pescado, do Escritório de Instalação do SIF e Projeto e Construção da Unidade de Artesanato e Comercialização;
 - Aquisição e Implantação de Equipamentos de Refrigeração, Processamento de Pescado e de Produção de Produtos Artesanais com Pele de Peixe;
 - Capacitação da Comunidade de Recanto e Instalação de 42 Tanques-Redes.
- Unidade de Produção Agroindustrial de Amparo
 - Elaboração do Projeto e Obtenção de Recursos para Ampliação da Unidade de Processamento de Leite e Derivados para fins de Obtenção do SIF pela Unidade Agroindustrial de Beneficiamento de Leite de Amparo.

4. Projeto da Exposição “Viver e Compreender o Semi-Árido” (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: Prefeitura Cidade de Campina Grande; Fundação PaqTcPB, CEDAC, SEBRAE/PB, UniCampo, Sistema FIEP, VITAE e CNPq

- Pré-Lançamento da Exposição de Painéis, Artefatos e Artesanato;
- Lançamento do Livro Plantas, Prosa e Poesia do Semi-Árido;
- Lançamento do CD-ROM e DVD-ROM da Exposição Virtual;
- Implantação de um Cactáreo no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia;
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão e Acompanhamento da Exposição;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufcg.edu.br

- Apresentação do Projeto e da Maquete do Salão de Exposição e Museu Temático do Semi-Árido.

5. Extensão Tecnológica para Incubadora do Agronegócios da Apicultura de Mossoró (RN) (Projeto Concluído)

Parceiros: SEBRAE/RN, ESAM, Fundação Guimarães Duque, Fundação PaqTcPB e IAGRAM

- Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Incubadora;
- Elaboração do Manual de Identidade Visual da Incubadora;
- Concepção de Produtos Derivados da Apicultura com a Elaboração de Marcas; Rótulos e Embalagens;
- Capacitação em IPGNA Geral; IPGNA Apicultura; Plano de Negócios de Micro e Pequenas Empresas Agroindustriais; Marketing de Produtos Agroindustriais.

6. Extensão Tecnológica para a Central de Produção e Comercialização de Castanha de Caju da Serra do Mel (RN) – COOPERCAJU (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: SEBRAE/RN, Fundação PaqTcPB e COOPERCAJU

- Elaboração do Plano de Negócios e do Modelo de Gestão da Central de Produção e Comercialização da COOPERCAJU;
- Elaboração do Manual de Identidade Visual da COOPERCAJU;
- Concepção de Produtos Derivados da Castanha de Caju com a Elaboração de Marcas; Rótulos e Embalagens dos Produtos;
- Especificação de Equipamentos de Embalagens à Vácuo e Concepção de Layout para a Central de Agregação de Valor à Produção de Castanhas de Caju da COOPERCAJU;
- Elaboração do Portal Institucional e de Comercialização da COOPERCAJU na INTERNET.

7. Projeto PCHS – Sistema Integrado de Produção de Peixe, Camarão, Halófito e Sal na Comunidade de Poleiros – Município de Barra de Santa Rosa (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, Prefeitura de Barra de Santa Rosa, Comunidade de Poleiros e SEAP/PR

- Elaboração de Projetos de Reestruturação, Construção e Ampliação do Número de Tanques Escavados de Engorda de Camarões e Peixes (de 08 para 12 Tanques);
- Reforma da Unidade de Apoio do Projeto PCHS;
- Reconstrução da Casa de Máquinas (dessalinizador e gerador diesel);
- Re-equipamento do Sistema de Produção através de Fontes Alternativas de Energia: Eólica e Solar.

8. Capacitação de Comunidades Rurais para Criação de Peixe em Tanques-Rede (Projeto em Andamento)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, Prefeitura dos Municípios, Comunidades Rurais e SEAP/PR

- Capacitação e Implantação da Produção de Peixes em Tanques-Rede em comunidades rurais dos seguintes municípios: Jericó, Cajazeiras; Souza; Patos; Coremas e Condado;
- Capacitação de Comunidades Rurais para posterior Implantação de Produção de Peixe em Tanques-rede: Boqueirão; Barra de Santa Rosa; Araçagi.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PROGRAMA DE ESTUDOS E AÇÕES PARA O SEMI-ÁRIDO

Rua Aprígio Veloso, 882 – Bodocongó – Campina Grande – PB

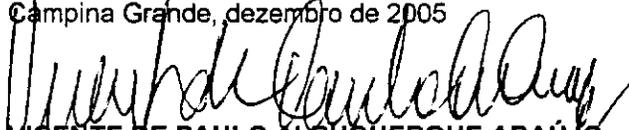
Fone/Fax – (83)3333-1556 / 3333-1481 – www.peasa.ufcg.edu.br

9. Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Informação para Apoio à Gestão de Arranjos Produtivos Locais (Projeto em Fase de Conclusão)

Parceiros: Fundação PaqTcPB, EMBRAPA Algodão, Governos Estaduais da Paraíba (SAIA/EMATER) e da Bahia (SAA/EBDA), SEBRAE/PB e ADENE/MIN

- Capacitação de Atores Produtivos e Institucionais e Implantação do Portal de Informações e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL do Algodão Colorido (para região do Sertão polarizada por Patos – PB);
- Capacitação de Atores Produtivos e Institucionais e Implantação do Portal de Informações e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL da Mamona (para a região do Sertão polarizada por Irecê – BA).

Campina Grande, dezembro de 2005


VICENTE DE PAULO ALBUQUERQUE ARAÚJO
Coordenador Geral do PEASA/UFCEG

EDITORIAL

Reza a lei da sinergia que um mais um é sempre mais que dois. Essa matemática soma com exatidão nosso sentimento em relação aos reconhecimentos obtidos pela Fundação PaqTcPB, no decorrer dos últimos dois meses. Dois projetos aprovados nos editais do Sebrae incubadora. O Projeto OásisTech, no Edital/2001, e o projeto "Seu Cíço" no Edital/2002. Duas visitas, duas reportagens. O projeto do camarão recebe a visita da revista e do programa Globo Rural. Dois prêmios, dois grandes marcos. O primeiro concedido pela Fundação Banco do Brasil, o segundo pela Anprotec. Somados multiplicam-se e repercutem a viabilidade contida nos projetos sociais.

Num momento em que o país discute a responsabilidade social, em que se reconhece muito mais rural e aposta na humanização como vetor essencial para redirecionar o novo milênio, a Fundação lado a lado com o Peasa/UFCG, se consolida perante a Anprotec ganhando o prêmio de Projeto Inovador do ano 2002, através do projeto Incubação de Micro e Pequenas Agroindústrias em Comunidades Rurais do Semi-Árido Paraibano.

Aos 15 anos, recém-debutante, a Anprotec inova abrindo espaço para a maioridade da Fundação, conhecendo na ousadia de compreender na agricultura familiar um grande desafio: a utilização da tecnologia, do conhecimento e da informação para a transformação das comunidades menos favorecidas.

O resultado desse conjunto, equacionado pelo esforço, ciência e persistência é multiplicado, dia após dia, pelo entusiasmo de cada comunitário, pela adesão de cada parceiro, pela colaboração dos técnicos, pela confiança depositada pelas instituições e pelo espaço concedido pela imprensa. É a prova que um mais um é sempre mais que dois.

São números indivisíveis, visíveis através de nossa atuação ilimitada. São meros números, apenas. São números, incontáveis, humanamente sinérgicos.

Cooagril expõe produtos agroindústrias em São Paulo

A Cooperativa Agroindustrial - Cooagril, incubada na Fundação PaqTcPB, expôs produtos agroindustriais durante o XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas - Habitats de Inovação. O evento foi realizado, de 16 a 20 de setembro, em São Paulo. Os produtos expostos resultam do programa de agroindústrias - desenvolvido no semi-árido paraibano, especialmente, na cidade de Amparo - gerenciado pela Cooagril.

A exemplo do que aconteceu no Salão e Fórum de Inovação Tecnológica, os produtos apresentados - queijos, licor de leite de cabra e artesanato de fibra de sisal - geraram vários contatos para vendas. Segundo declaração do gerente da cooperativa, Orlando Vilar, "a aceitação do público deve-se ao fato de nossos produtos serem artesanais, produzidos com higiene e excelente qualidade, é este nosso maior diferencial" afirmou Vilar.

Além do licor, são processados: o queijo coalho natural e condimentado, queijo minas frescal, e ricota, todos com a marca Semear. A agroindústria também está produzindo bebidas lácteas (achocolatado e iogurte) e doce de leite de cabra, em fase experimental, para serem utilizadas na merenda escolar.

O projeto é desenvolvido por uma equipe técnica multidisciplinar, formada por bolsistas do CNPq, coordenada pelo Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido (PEASA/UFCG), dentro do Programa Paraibano de Tecnologia Apropriada (PPTA/SICICT-PB), e com o apoio da Prefeitura Municipal de Amparo, Banco do Nordeste, Sebrae e SAIA.



Expediente

PaqTcPB Notícias é uma publicação bimensal da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba

Endereço: Rua Emiliano Rosendo Silva,
s/n, Bodocongó
CEP: 58.109-772 -
Campina Grande - PB
Telefone: (0xx83) 310-9020
Fax: (0xx83) 310-9023
E-mail: contatos@paqtc.rpp.br

Direção
Carlos Minor Tomiyoshi
Raimundo Camelo
Edição e Redação
Geneceuda Monteiro
Diagramação/Design Gráfico
Antônio Carlos /Faber Nóbrega

Composição de Fotos
Arquivo PaqTcPB
Jornalista Responsável
Geneceuda Monteiro DRT/PB 1.641
Impressão: Epigraf
Tiragem: 1000 exemplares

CAMPINA GRANDE, OUTUBRO DE 2002 - Nº8- ANO 3

Fundação PaqTcPB ganha prêmio da Anprotec

A vontade de resgatar o verdadeiro valor e potencialidade da agricultura familiar, no interior da Paraíba, e com isso gerar emprego e renda através de empreendimentos agrícolas foi a grande causa para a criação do Projeto de Incubação de Micros e Pequenas Agroindústrias em Comunidades Rurais do Semi-árido Paraibano. Tal projeto, da Fundação PaqTcPB, em parceria com o Peasa/UFCG, submetido ao Prêmio Anprotec 2002, sagrou-se vencedor na categoria de Projeto Inovador do ano.

A premiação, anunciada na abertura do XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas - Habitats de Inovação, ocorreu em 19 de setembro, em São Paulo. O seminário é um dos mais expressivos eventos de incentivo e valorização da inovação tecnológica, da transferência de tecnologia e do empreendedorismo nacional, tendo se consolidado também como modelo de referência para a América Latina.

Este prêmio, além do respaldo nacional que concede a Incubadora Tecnológica de Campina Grande, reforça os caminhos trilhados, nos últimos quatro anos, de direcionar ações, também, em prol das comunidades rurais carentes visando, além da geração de renda, o resgate da cidadania dessas populações excluídas das



**Prêmio
Anprotec 2002**

oportunidades
do processo
produtivo.

Esse
mesmo
sucesso e o
prestígio alcançado
perante os outros

Parques Tecnológicos do país, aponta para duas grandes verdades: a primeira que o mundo rural está mais vivo do que nunca e pede para ser reconhecido e valorizado em suas vocações produtivas e potencialidades. E a segunda, que é possível solucionar muitos dos problemas sociais com pouco investimento e com facilidade de implantação e reprodução.

Conforme o diretor geral da Fundação PaqTcPB, Carlos Minor Tomiyoshi, "foi uma satisfação muito grande ganhar um prêmio de uma instituição nacional como a Anprotec que reconheceu no projeto a importância de agregar o papel social, também em empreendimentos de base tecnológica. Minor ainda destaca o apoio das instituições como o Peasa/UFCG, CNPq, Sebrae, BNB, FBB e o Governo do Estado da Paraíba, que acreditaram no projeto apoiando em todos os momentos.

Página 3

**Incubadora Tecnológica
vai investir em
agroindústrias**

Página 5

**APEL: 25 anos
trilhando a linha
do sucesso**

Página 6

**Fundação PaqTcPB
adere à franquia
social**

Jerico: a multiplicação dos peixes e a redenção da comunidade

“Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar...” Após doze anos consecutivos, na construção civil, erguendo os grandes prédios paulistanos, Nicácio Vidal de Negreiros, nunca teve o direito de conhecê-los, como bem retrata Zé Geraldo, na música Cidadão. Sem identidade, Nicácio era apenas mais um “baiano”, no dizer dos sulistas, responsáveis pela construção da Paulicéia Desvairada*.

Filho de pais agricultores que não puderam lhe dar estudo, Nicácio e seus irmãos tiveram que trabalhar na agricultura logo cedo. Sem estudo, a crença no dito popular “ou bem lido, ou bem corrido” o levou para São Paulo, na esperança de ter um futuro melhor.

Cansado da vida na cidade grande, relembra a situação dos nordestinos em São Paulo, e desabafa “depois de trabalhar muito fiquei desgostoso, trabalhar tanto numa obra e depois não ter direito de entrar. Voltei pra minha terra, pra agricultura, pra onde eu nasci” declara Nicácio com o olhar fixo nas mãos.

De volta ao Nordeste, no início da década de 90, ele chega em Jericó, Alto-Sertão paraibano. A partir daí, liderando vinte famílias de pescadores “sem-terra”, começa a batalha para conquistar a terra prometida.

A guerra santa - Em 91, a exemplo do general bíblico Josué, Nicácio e seu exército de pescadores ficaram acampados numa barraca, debaixo de uma pedra, durante um ano. Como parte do grupo não resistiu e se dispersou, outro grupo foi formado, dessa vez, composto apenas por parentes.

Nessa época, “o governador tinha desapropriado 600 hectares de terra, então os membros da CPT Comissão Pastoral da Terra começaram a nos incentivar de que poderia haver uma reforma agrária, mas avisaram que era preciso fazê-la acontecer. Bastante consciente, Nicácio assegura “nenhum governo se propõe a fazer reforma agrária em lugar nenhum, a gente tem que buscar na marra, unidos

ocupamos o setor, foram três anos de luta!”

A grande conquista - Depois de quatro anos de muita resistência e união os agricultores conseguiram se apropriar da terra. “A pressão dos proprietários foi grande e pra se manter na área precisamos de muita resistência, muita coragem e força de vontade para vencer essa batalha” explica com orgulho.

A terra, cuja área ocupada mede 113 hectares, foi dividida entre dez famílias e feito um acordo para que as cinco restantes fossem para outro assentamento. Desde, então, a comunidade, denominada Recanto II vive da agricultura de subsistência e da venda do peixe.

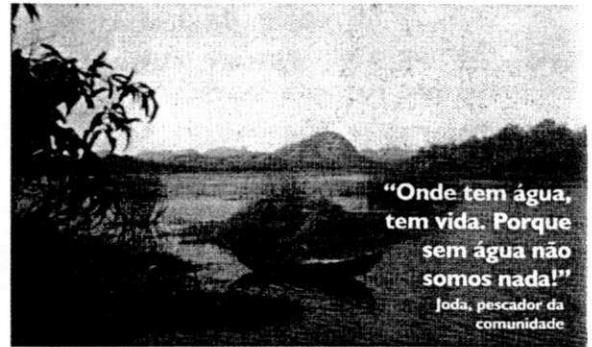
Após cinco anos assessorada pela CPT da igreja, a comunidade precisava



ser estruturada. Para suprir essa necessidade, o Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido - Peasa/UFCG e a Fundação PaqTcPB, com apoio do CNPq se engajaram na luta implantando um projeto inovador, atuando na produção, no processamento e na comercialização.

A multiplicação dos peixes - Conforme, José Vidal, irmão de Nicácio, essa parceria trouxe os primeiros benefícios. Entre eles, o peixamento do açude Carneiro, com 70 mil alevinos, para garantir a regularização dos estoques e o cadastramento dos pescadores junto à Delegacia Federal da Agricultura.

Em seguida, num trabalho persistente, paciente, constante, resgatando a alto



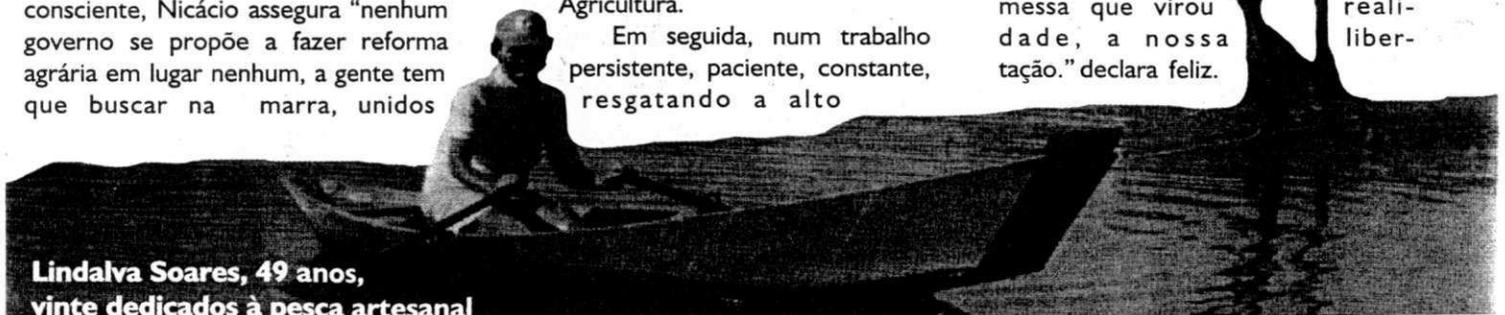
Açude Carneiro, um oásis no Alto-Sertão, garante a pesca artesanal

estima, valorizando a cidadania, capacitando e treinando a Comunidade de Recanto II deixou de vender o peixe *in natura* aos atravessadores para, através do processamento do pescado, produzir e comercializar o filé, a almôndega, a linguça e o artesanato de pele de peixe.

A soma desse trabalho, refletiu na conquista da fábrica de gelo, construção de vinte casas de tijolos, sede social, o posto telefônico, o projeto de apicultura, tanques rede para intensificar a criação de tilápias, unidades de processamento para de peixe e beneficiamento do couro da tilápia.

A redenção - José Nicácio, satisfeito, se orgulha das conquistas obtidas pela comunidade Recanto II, e ressalta que é possível melhorar a vida do agricultor “o que falta é vontade dos governantes, nós temos muita terra e muita água, o que falta é uma política agrícola que facilite e traga melhores condições para o homem do campo trabalhar. A agricultura tem solução!” dispara.

O resultado do assentamento Recanto II, em Jericó, não é um milagre. É antes de tudo, um exemplo de fé na força do homem do campo, na vontade e na persistência da comunidade e dos parceiros em enfrentar dificuldades. “Essa conquista representa a nossa redenção, uma messagem que virou realidade, a nossa libertação.” declara feliz.



Lindalva Soares, 49 anos, vinte dedicados à pesca artesanal

APEL: 25 anos trilhando a linha do sucesso

A afirmação de que “tempo é dinheiro” é uma máxima bastante expressiva no mundo empresarial, e isso, bem sabe o empresário José Clóvis Vidal.

Há mais de 25 anos no mercado, a frente da APEL - Aplicações Eletrônicas, empresa associada à Incubadora Tecnológica de Campina Grande - o empresário vem se consolidando cada vez mais.

Responsável por mais de três mil clientes, a Apel atua nos ramos de Radiodifusão Convencional, Radiodifusão Comunitária e Equipamentos de Sonorização de ambientes (Cronometria e Circuito Fechado de TV - CFTV) se destacando, principalmente, com a sonorização de trens urbanos, estações metroferroviárias e, mais recentemente, de aeroportos.

Conforme Clóvis, tudo começou com a difusão de música ambiente por linhas telefônicas (Sistema Mousike), projeto que detém até hoje a patente e foi largamente utilizado em todo o Brasil, ficando conhecido como o som das telefônicas.

Trilhos do sucesso - Após sonorizar todos os trens urbanos do Rio de Janeiro da Flumitrens, recentemente, a Apel conseguiu completar a sonorização de 61 estações metroferroviárias, na Paraíba e no eixo Rio-São Paulo. Tal façanha, além da ousadia, deve-se à falta de concorrentes na área de equipamentos de integração, devido a inexistência de empresas no mercado brasileiro que integrem, completamente, hardware e software.

Este desempenho lhe confere, hoje, o título de líder do mercado nacional neste setor.



Mão de obra feminina: capricho e qualidade no produto final

Além de uma carteira de clientes bastante significativa, formada por grandes empresas nacionais e multinacionais como a Setal, Ttrans, Alstom, Adtrans, Grupo Mpe, Metrô Rio, Demetrô de Belo Horizonte, Siemens, entre outras.

Papel social - Através de uma parceria com a prefeitura municipal de Campina Grande, a empresa cumpre seu papel social empregando cerca de 25 funcionários, entre os quais, portadores de necessidades especiais e menores ligados ao Centro do Pequeno Trabalhador.

Ao todo, são cinquenta funcionários, desse total 70% são mulheres que atuam na produção. Segundo Clóvis Vidal, “como 80% da produção é resolvida em Campina Grande mesmo, a mão de obra feminina representa uma garantia maior de qualidade ao produto devido à paciência e capricho impressos em trabalhos que pedem ajustes minuciosos” esta declaração traz por

terra a idéia de que batom e componentes eletrônicos não combinam.

A soma de todo esse conjunto, resulta na ampliação dos serviços direcionados para novas aplicações no setor de sonorização (Cronometria e CFTV). A exemplo de aeroportos, shopping centers, auditórios, clínicas, igrejas, hospitais, hotéis e demais instituições.

A empresa demonstra que mesmo estando no interior da Paraíba conseguiu se consolidar e ser destaque nacional, tornando-se referência de qualidade para o setor de sonorização de ambientes.

Seu desempenho prova que aliando tecnologia, qualidade e sobretudo criatividade é possível superar crises e vencer num mercado cada vez mais competitivo.





Incubadora Tecnológica vai investir em agroindústrias

Em 2003, a Incubadora Tecnológica de Campina Grande ITCG, da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, vai investir parte dos R\$ 85 mil reais, obtidos com aprovação do Projeto "Seu Ciço", no programa de incubação de agroindústrias em comunidades rurais do semi-árido paraibano. Os recursos do investimento são provenientes do Sebrae Nacional, dentro do Programa de Incubadoras Edital/2002.

A aprovação do projeto foi

anunciada pelo presidente do Sebrae, Sergio Moreira, em 17 de setembro, durante a abertura do XII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas.

"Seu Ciço" - O título do projeto apresentado pela ITCG ao Sebrae remete à reportagem veiculada na revista Globo Rural, julho 2002, que narra a saga do "Seu Ciço", brasileiro humilde, da zona rural, transformado em pequeno "empresário do setor de agronegócios" do semi-árido paraibano pelas ações da incubadora.

Conforme os técnicos responsáveis pelo Plano de Negócios da ITCG - julho 2002 a dezembro 2003 - as ações para o setor de agronegócios somando-se àquelas para os outros setores prioritários da ITCG: eletro-

eletrônica, TI e *design*, buscam concretizar a fé do "Seu Ciço" e expandir os benefícios da atuação da ITCG em agronegócios para outras "pequenas comunidades de agricultores familiares", do interior do Nordeste brasileiro.

Outra ação do plano de negócios é a de priorizar o desenvolvimento de mais empresas locais, assistidas por ações para incremento de transferência de tecnologias das instituições de P&D em Campina Grande e pela disponibilização de instrumentos, canais e pessoal de Marketing & Vendas.

De acordo com a equipe que aprovou o projeto "Seu Ciço", seu diferencial está no acompanhamento e controle da execução das ações através de indicadores e métrica resumo para o desempenho das empresas e da ITCG.

Portal Ceninsa

© CENINSA

cadastre-se

BalCom



O Portal CENINSA (Central de Informação para Sistemas Agroindustriais) criado para auxiliar na organização de espaços virtuais de negociação no âmbito de arranjos produtivos para o setor agroindustrial, foi lançado com sucesso, em 26 de junho de 2002.

A central reúne um conjunto de informações sobre cada um dos arranjos produtivos (abacaxi, camarão, couro-calçados e ovinocaprino), oferecendo várias possibilidades de busca e navegação para atender às demandas dos atores produtivos e curiosos. Para auxiliar na realização de negócios, o

Portal dispõe de um ambiente para edição, publicação e busca de demandas e oferta de produtos ou serviços.

Segundo o coordenador do projeto, Vicente Albuquerque, não existe nenhum projeto similar no Brasil. "A idéia original do projeto existe desde 1998 num trabalho acadêmico do Curso de Especialização do Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido da Universidade Federal da Paraíba (Peasa/UFPB) e do Programa Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (PENSA/USP)" ressaltou Vicente.

Um aspecto importante a ressaltar é a oportunidade que o Portal oferece aos diferentes atores do arranjo produtivo, para formação de redes de negócios de forma ágil e

direta com as demandas reais. O ator produtivo ou as instituições representativas são responsáveis pela alimentação do espaço virtual de negociação. Outro aspecto importante para os interessados em fazer negócios é que "a ferramenta disponibiliza o Balcom para gerir e canalizar todos os contatos entre empresas ofertantes e demandantes, através da utilização das facilidades oferecidas pelas tecnologias da informação, via Internet, " afirmou incisivo Albuquerque.

O projeto executado pela Fundação PaqTcPB, DSC/CCT/UFCG, e Peasa/UFCG, contou com a promoção da Abipti e o financiamento da Sudene/Adene, além dos parceiros institucionais.

Parceria firma contrato para utilização de software

Firmada a parceria entre a Fundação PaqTcPB e a empresa incubada Era Digital para a utilização do software Atualizare. O uso dessa ferramenta vai permitir a produção e divulgação de notícias on-line de forma mais dinâmica.

O Atualizare permite maior facilidade na criação e gerenciamento de conteúdo, sem a necessidade de programação, tornando simples o processo de atualização de conteúdo on-line. Com a simplicidade do processo de copiar, recortar e colar e um editor de textos, os usuários podem realizar o trabalho no menor tempo possível.

Para Henrique Cirne, da Era Digital, "diversos tipos de publicações on-line vão se beneficiar com a ferramenta, principalmente os periódicos on-line, agências de notícias e clipping, portais de conteúdo, jornais, revistas, rádios e retransmissoras de Tv. Henrique acrescenta que o diferencial do produto está na velocidade de atualização e na eficácia comprovada no gerenciamento de grandes volumes de conteúdo.

Atualmente, o Atualizare gerencia o conteúdo dos sites da Era Digital: paraiba.com., da Mesorregião do Cristalino, e ainda

está sob análise para contratação de várias outras empresas e instituições paraibanas, como: FACISA, Shopping Luíza Motta, IEL, PMCG, Fapesq On-Line, Rádio 98 FM, Grupo Correio de Comunicação, Sistema Paraíba de Comunicação e TV Tambaú.

Conforme Raimundo Camelo, diretor financeiro da Fundação PaqTcPB, "com o Atualizare nosso departamento de comunicação se tornará versátil, a divulgação de notícias via Internet será imediata, a assessoria divulgará as notícias em tempo real na Web, sem depender de outros profissionais" concluiu Camelo.

Fundação PaqTcPB adere à franquia social

A Fundação PaqTcPB adere ao processo de franquia social proposto pela Fundação Banco do Brasil, com o assessoramento do Instituto de Franchising/Cherto Networking Ltda. Um dos alvos da franquia é a tecnologia social "Projeto PCHS na Aqüicultura Utilizando Rejeito de Dessalinizador".

O projeto passará por um processo de estruturação de maneira detalhada e sistemática de modo que possa ser reaplicado de

forma consistente, permitindo que seus resultados sejam ampliados, atingindo outras comunidades e trazendo benefícios para toda a sociedade.

Concluído o processo de franquia social, serão preservados os direitos autorais e intelectuais da Fundação PaqTcPB, gestora da tecnologia, recebendo os respectivos créditos autorais em todas as atividades previstas no mesmo.

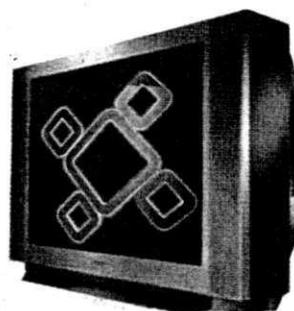
Camarão Mandacaru na telinha



Equipe durante gravação de entrevista

Quem esteve recentemente na Paraíba foi a equipe do Globo Rural, da TV Globo, liderada pelo repórter Vico Iasi. O motivo da visita foi a produção de uma matéria sobre o projeto, coordenado pela Fundação PaqTcPB e Peasa, de criação de camarão marinho com rejeito de dessalinizador. A produção gravada

em Poleiros, Barra de Santa Rosa, onde o projeto está instalado, será veiculada em breve.



No cenário gramatical, os porquês das dúvidas são inúmeros. *Por que* as pessoas não conseguem assimilar todas as regras? Será *porque* são muitas? É necessário entendê-las *por que*? Simples, *porque* se você não compreendê-las será difícil fixá-las. Mas, se você entender todos esses *porquês*, não os esquecerá.

1. PORQUÊ: como substantivo, serve para substituir as palavras motivo, razão, causa, respostas, indagação. "os porquês da dúvida são inúmeros"

2. PORQUE: quando equivale a pois, porquanto, pelo fato, uma vez que, pelo motivo que: "Simples, *porque* se você não compreendê-las será difícil fixá-las".

E ainda, quando perguntamos algo propondo uma resposta: "Será *porque* as regras são muitas?"

3. POR QUÊ: quando encerramos uma sentença: "É necessário entender *por que*?"

4. POR QUE: quando encerramos uma sentença: "Por que as pessoas não conseguem assimilar todas as regras?" Quando estiverem encerrando uma sentença, as palavras *por que* são subentendidas as palavras *por que* e *por que* motivo. "Agora entendo *por que* que você se cansou de estudar."